ANAIS 14^a SEMANA DE ENFERMAGEM DA FACCAT















A532 Anais da XIII Semana de Enfermagem da FACCAT (SENFF), 08, 09 e 10 de julho de 2024 (recurso eletrônico). / coordenação Claudia

Capellari,

Edna Thais Jeremias Martins. - Taquara, RS: FACCAT, 2024.

145 p.

Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/?q=node/5918

ISBN 978-65-87502-40-3

1. Medicina e saúde. 2. Anais. I. Faculdades Integradas de Taquara.

II. Semana de Enfermagem da FACCAT. III. Capellari, Claudia (coord.).

IV. Martins, Edna Thais Jeremias (coord.). V. Título.

Catalogação na publicação: Biblioteca Eldo Ivo Klain

Bibliotecária responsável: Tania Mayer Evangelista CRB-10/1846









Sumário

Comissão Organizadora	6
Apresentação	7
Mídia	9
	10
Modalidade E-pôster	11
A atuação do enfermeiro na gestão das equipes da Estratégia Saúde da Família: uma revisão de literatura	12
O papel da enfermagem no cuidado de crianças com micro e macrocefalia	13
Triagem auditiva neonatal: um olhar sobre a importância e os obstáculos da implementação do Tes da Orelhinha	
A importância do uso de protocolos para AVCI na emergência	15
Dispositivos eletrônicos e o sono em crianças	16
Infecções sexualmente transmissíveis em idosos: desafios enfrentados na Atenção Primária à Saú	
Entre o silêncio e o desejo: a sexualidade de idosos no Rio Grande do Sul	20
Testes rápidos na Atenção Básica: relato de experiência sobre as razões da baixa adesão dos usuários em uma unidade de saúde	
A importância do saber sobre a esquizofrenia para os profissionais da saúde mental	24
Prevalência de medidas de segurança em piscinas em residências e crianças do Rio Grande do Su	JI.25
Hemorragia pós-parto: principais fatores de riscos e prevenção	27
Preparo dos profissionais da Atenção Básica sobre saúde mental	28
A jornada da criança com fibrose cística: diagnóstico, tratamento e qualidade de vida	29
Perfil sociodemográfico e clínico de pacientes com câncer colorretal	30
Tecendo redes: a enfermagem como pilar na prevenção da violência infantil na Atenção Básica	32
Assistência de enfermagem na amamentação no pós-parto	34
O uso da profilaxia antimicrobiana na prevenção de infecção cirúrgica	35
O impacto do transtorno do espectro autista no desenvolvimento da linguagem, comunicação e habilidades motoras em crianças	36
Entre invisibilidades e resistências: o acesso à saúde de mulheres sáficas	37
Além das estatísticas: saúde sexual de mulheres sáficas	38
Desafios para a eliminação do câncer do colo do útero no Brasil: uma revisão integrativa da literatu	
Entre a teoria e a prática: o uso de métodos não farmacológicos para alívio da dor no trabalho de p	arto
Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): visita domiciliar como estratégia tecnológica para o cuidado integral	0
Intervenções de enfermagem para os pacientes com insuficiência cardíaca congestiva	









	Estresse em estudantes de enfermagem: comparação no início e no final da graduação	45
	Perfil sociodemográfico e clínico de pacientes internados por acidente vascular cerebral	47
	Perfil clínico-epidemiológico da dengue em municípios do Vale do Paranhana	49
	Sintomas depressivos em gestantes	50
	O enfermeiro frente às práticas integrativas e complementares na Atenção Primária	53
	Desafios na implementação da política de redução de danos na Atenção Primária	54
M	odalidade Oral	55
	Prevalência de parto cesáreo no Vale do Paranhana	56
	Prevalência de sobrepeso e obesidade em cuidadores de pessoa com deficiência (PCD)	59
	Tempo de tela em crianças de 0 a 11 anos	62
	Qualidade de vida de trabalhadores da indústria calçadista	65
	Perfil sociodemográfico e clínico do IAM de dois hospitais do Vale do Paranhana-RS	67
	Distúrbios osteomusculares de trabalhadores da indústria calçadista	69
	Prevalência de internação hospitalar por tentativa de suicídio	72
	Fatores de risco para doença cardiovascular entre acadêmicos de enfermagem	75
	Qualidade de vida em pacientes com doença renal crônica em hemodiálise no Vale do Paranhana	77
	Caracterização das internações relacionadas à dependência química em unidades de internações psiquiátricas	80
	Doação e transplante de órgãos	83
	Análise dos níveis de estresse e ansiedade de discentes de graduação no contexto das inundações	.85
	Manejo adequado e seguro para identificação de tromboembolismo pulmonar	87
	Cuidar com humanidade: a atuação da enfermagem nos serviços residenciais terapêuticos	88
	Avanços e desafios tecnológicos do Programa Volta para Casa: uma revisão da literatura	89
	Oxigenoterapia hiperbárica no tratamento de feridas	90
	Toxina botulínica no tratamento da paralisia cerebral espástica em crianças	91
	US no diagnóstico diferencial de úlceras de perna	92
	Residenciais terapêuticos nas práticas do reintegrar: revisão de literatura	93
	Tratamento domiciliar de feridas em uma Estratégia de Saúde da Família: relato de experiência	94
	Tecnologias sociais aplicadas para geração de renda: uma revisão da literatura	95









Comissão Organizadora

Ágatha Stheffany Kaspper

Alexânia Lauffer Moraes

Brenda dos Santos Moraes

Bruna Camili de Moura

Bruna Leticia Rinker

Daiane Monise da Silva Izaguirre

Dayla Ester de ávila

Elisama Brizolla Ribas

Emily Rodrigues Pereira

Gabrielly de Vargas

Graziela Andrade de Oliveira

Jaiane Martins Hahn

Juliana da Rosa Pereira

Juliana Kuntz de Avila

Kailane de Cássia Mendes

Kailane Rafaela Engel

Laura Paiva Martins

Monique Gabriele Lintener de Freitas

Vanessa Geovana Hahner

Vitória Reis Moraes

Vitória Wagner Krämer

Yasmin Vitória Sparremberger

Coordenação do Evento

Claudia Capellari

Edna Thais Jeremias Martins









Apresentação

A 14ª Semana de Enfermagem da FACCAT foi realizada nos dias 26, 27 e 28 de maio de 2025, reunindo estudantes, docentes, profissionais da área e convidados especiais em um evento que reforçou o compromisso com a formação crítica, ética e técnica dos profissionais de Enfermagem.

Com o tema Cuidado profissional: Enfermagem, tecnologia e humanização, o evento propôs uma reflexão profunda sobre um tripé que, cada vez mais, desafia e inspira o fazer da Enfermagem: o avanço tecnológico, o conhecimento científico e a essência humanizada do cuidado. Em um cenário de constantes transformações, em que sistemas, ferramentas e inovações se renovam a cada instante, o profissional de Enfermagem é convocado a acompanhar tais mudanças sem perder de vista aquilo que o torna essencial: o olhar atento, o toque acolhedor, a escuta ativa, a empatia genuína. Neste contexto, a tecnologia surge como uma poderosa aliada — mas é a humanização que continua a dar sentido e propósito ao cuidado profissional. A programação da semana foi cuidadosamente construída para fomentar o debate, a atualização e a troca de saberes.

No **primeiro dia**, a abertura contou com a conferência "Tecnologia, humanização e o papel do enfermeiro na perfusão extracorpórea", ministrada pela Enf^a Me. Roberta Senger e moderada pela Prof^a Dr^a Michele Antunes, proporcionando um momento de reflexão crítica sobre práticas especializadas e a importância do cuidado centrado no paciente.

No **segundo dia**, foram apresentados 50 trabalhos científicos, no formato de e-pôster ou apresentação oral, com resumos simples e expandidos. A avaliação foi realizada por docentes e enfermeiros atuantes na região do Vale do Paranhana, fortalecendo a integração entre universidade e comunidade e evidenciando a produção científica local.

O **terceiro dia** foi dedicado aos minicursos, nos quais os participantes puderam aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas da atuação profissional:

- Ultrassom na Enfermagem: Integração entre Tecnologia e Cuidado Humanizado com o enfermeiro Rodrigo do Nascimento Ceratti
- Na Linha de Frente: Agilidade e Precisão na Classificação de Risco com o enfermeiro Cristiano Rossa
- Enfermagem Líder: A Voz que Transforma o Cuidado com a enfermeira Maria Cristina Schilling

Como atividade complementar, no sábado, dia **31 de maio de 2025**, foi promovido o **curso** teórico-prático de **Atendimento Pré-Hospitalar**, em parceria com a SAT Treinamentos, proporcionando aos participantes experiências práticas e formação especializada.

Agradecemos imensamente à Direção da FACCAT, à Coordenação do Curso de Enfermagem, aos professores, estudantes, profissionais convidados, palestrantes e avaliadores — todos que, com dedicação e compromisso, contribuíram para o sucesso deste evento.

Que este momento de formação e troca siga ecoando na prática cotidiana de cada profissional que participou desta jornada. Que possamos continuar a cuidar com conhecimento, com técnica — e, acima de tudo, com humanidade.









A 14ª Semana de Enfermagem da FACCAT foi organizada pelos acadêmicos do componente curricular **Pesquisa em Enfermagem**, sob minha orientação, Prof.ª Edna Martins. Os estudantes foram os protagonistas de todas as etapas do evento: realizaram os contatos com palestrantes e participantes, cuidaram da divulgação, da organização dos ambientes, da recepção, da mediação das apresentações de trabalhos científicos e do apoio logístico geral. Essa experiência proporcionou não apenas o desenvolvimento de competências técnicas e acadêmicas, mas também o fortalecimento de habilidades de liderança, comunicação e trabalho em equipe, essenciais à formação do enfermeiro pesquisador e comprometido com a coletividade.

Edna Thais Jeremias Martins Docente do Curso de Enfermagem da Faccat Ministrante do Componente Curricular de Pesquisa em Enfermagem











Mídia

guarta-feira. 14 de maio de 2025 - 14:05

SENFF em foco: ciência e humanização

A 14ª edição da Semana de Enfermagem da Faccat (SENFF) será realizada nos dias 26, 27 e 28 de maio, no Auditório 3 do Centro de Eventos da Instituição, em um encontro que promete fomentar o conhecimento, a atualização técnica e o fortalecimento da prática humanizada na área da saúde. O evento, promovido pelo curso de Enfermagem da Faccat, é voltado a profissionais da área, acadêmicos e demais interessados, com uma programação diversificada. As inscrições podem ser feitas até 26 de maio por meio do site www.faccat.br/cursoseeventos.

Integrante da equipe de organização da SENFF, a acadêmica Daiana Izaguirre, do 8º semestre de Enfermagem e também técnica de enfermagem formada, compartilha sua experiência sobre a evolução da profissão. "Eu tenho uma noção do que é o trabalho de um enfermeiro porque já sou técnica em enfermagem, mas desde que entrei no curso de Enfermagem percebi muitas mudanças positivas na forma de trabalhar. Estamos em constante aprendizado e cada evento de qualificação é muito importante para o crescimento profissional", comenta.

A enfermeira e professora Edna Jeremias Martins, também integrante da Comissão Organizadora, reforça que os temas da semana são pensados para impactar diretamente o desenvolvimento da região. "Os enfermeiros precisam estar preparados para enfrentar os desafios do dia a dia nas instituições onde vão atuar. Devem saber liderar, gerenciar conflitos e lidar com diferentes cenários institucionais. A SENFF é uma oportunidade de ampliar essas habilidades", destaca.

A programação da semana começa na segunda-feira (26/5) com a conferência de abertura intitulada "Tecnologia, humanização e o papel do enfermeiro na perfusão extracorpórea". Na terça-feira (27/5), será a vez da apresentação de trabalhos acadêmicos nas modalidades e-pôster e oral. Encerrando o evento, na quarta-feira (28/5), será realizado o minicurso "Ultrassom na Enfermagem: Integração entre Tecnologia e Cuidado Humanizado".

Os interessados ainda poderão participar de um curso complementar, presencial e com matrícula separada: *Atendimento Pré-Hospitalar – Suporte Básico de Vida (APH/BLS)*, que ocorrerá no sábado, 31 de maio.

Mais informações em www.faccat.br/cursoseeventos ou CLIQUE AQUI

Fonte: Faccat

Acesso: https://www2.faccat.br/portal/?q=SENFF_2025









Semana da Enfermagem da Faccat discutirá ciência, tecnologia e humanização

Senf 2025 ocorre nos dias 26, 27 e 28 de maio, com programação voltada à capacitação e valorização profissional

① Publicado em: 24/05/2025 - 23:16 ø por Vinicius Linden

A 14ª edição da Semana de Enfermagem da Faccat (SENFF) será realizada nos dias 26, 27 e 28 de maio, no Auditório 3 do Centro de Eventos da Instituição. Com o tema voltado à integração entre ciência, tecnologia e auditorio 3 do Centro de Enfermagem da Faccat, o evento oferece uma programação que inclui conferências, apresentação de trabalhos acadêmicos e minicurso. A conferência de abertura, marcada para segunda-feira (26), abordará o tema "Tecnologia, humanização e o papel do enfermeiro na perfusão extracorpórea". Na terça-feira (27), será realizada a apresentação de trabalhos nas modalidades e-pôster e oral. Encerrando a semana, na quarta-feira (28), ocorre o minicurso "Ultrassom na Enfermagem: Integração entre Tecnologia e Cuidado Humanizado".

A acadêmica Daiana Izaguirre, integrante da comissão organizadora e aluna do 8° semestre de Enfermagem, destaca a importância de eventos como a SENFF na formação dos profissionais. "Cada evento de qualificação é muito importante para o crescimento profissional", afirma.

A professora e enfermeira Edna Jeremias Martins, também da comissão organizadora, ressalta que a proposta do evento é preparar os participantes para os desafios práticos do mercado. "A SENFF é uma oportunidade de ampliar habilidades como liderança, gerenciamento de conflitos e atuação em diferentes cenários institucionais", comenta.

Além da programação principal, será oferecido no sábado seguinte, 31 de maio, o curso complementar "Atendimento Pré-Hospitalar – Suporte Básico de Vida (APH/BLS)", com inscrição separada e modalidade presencial.

Mais informações e inscrições estão disponíveis no site da instituição.









Modalidade E-pôster









A atuação do enfermeiro na gestão das equipes da Estratégia Saúde da Família: uma revisão de literatura

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Adriana Leticia Lazario, Magna Roberta Birk, Gabriela Camponogara Rossato, Rubellita Holanda Pinheiro Gois.

Correspondência: adri2541@gmail.com

Introdução: No Brasil a Estratégia Saúde da Família (ESF) constitui o principal modelo de atenção à saúde, e está amparado no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito da Atenção Primária. Nesse contexto, o enfermeiro emerge como figura central na coordenação das atividades assistenciais e gerenciais da equipe multiprofissional. Objetivo: Analisar a atuação do enfermeiro na ESF, considerando a sua atuação como gestor, identificando os desafios e contribuições para a qualificação em saúde. Método: Revisão narrativa da literatura, com busca de artigos publicados nos últimos 5 anos nas bases SciELO e PubMed. Resultados: O enfermeiro, além de seu papel clínico, atua como gestor da equipe de saúde da família, sendo responsável pelo planejamento das ações, supervisão de processos, articulação com a comunidade e com os demais níveis de atenção. Entre os principais desafios relatados, destacam-se a sobrecarga de trabalho, a fragilidade na formação gerencial durante a graduação e a escassez de recursos humanos. Por outro lado, a liderança do enfermeiro é reconhecida como essencial para o fortalecimento do vínculo com o território, a organização dos fluxos de atendimento e a promoção da educação permanente da equipe. Considerações finais: A atuação do enfermeiro como gestor nas equipes da ESF é estratégica e requer habilidades técnicas, gerenciais e relacionais para garantir a resolutividade dos servicos e a integralidade do cuidado. A formação acadêmica deve ser aprimorada para incluir competências gerenciais, preparando o profissional para os desafios do cotidiano na Atenção Primária à Saúde. Além disso, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas para melhorar as condições de trabalho, oferecer suporte emocional e garantir a valorização desses profissionais, reconhecendo sua importância na consolidação

Descritores: Enfermagem, Atenção Primária à Saúde, Gestão em Saúde.

Referências

LOPES, O. C. A et al. Competências dos enfermeiros na Estratégia Saúde da Família. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, e20190145, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0145. Acesso em: 24 abr. 2025.

MENDES, M et al. Cargas de trabalho na Estratégia Saúde da Família: interfaces com o adoecimento dos profissionais de enfermagem. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 54, e03622, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019005003622. Acesso em: 16 abr. 2025.

OLIVEIRA C et al. A liderança na perspectiva de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família. Rev Gaúcha Enferm. 2020;41:e20190106. Disponível em: https://doi. org/10.1590/1983-1447.2020.20190106 Acesso em: 23 abr. 2025.

PERUZZO, E H et al. Competências gerenciais essenciais de enfermeiros na Estratégia Saúde da Família. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 73, n. 6, e20190511, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0511. Acesso em: 18 abr. 2025. SILVA, I. S.;

PINHEIRO, E. S. Desafios enfrentados por enfermeiros na gestão dos serviços na atenção primária à saúde: Brazilian Journal of Development, [S. I.], v. 8, n. 11, p. 71598?71611, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n11-057. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53851. Acesso em: 25 abr. 2025.









O papel da enfermagem no cuidado de crianças com micro e macrocefalia

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Alessandra Rodrigues Pedroso, Ágatha Stheffany Kaspper, Nicole Fachinello. Correspondência: alessandrapedr20@gmail.com

Introdução: Pré-natal, parto e pós parto são alguns dos momentos de atuação do enfermeiro na vida de uma família que está esperando um novo integrante, porém, quando uma malformação é identificada na criança, como a microcefalia ou a macrocefalia, condições que exigem cuidados constantes e pontuais, a enfermagem desempenha um papel crucial no processo dos cuidados dessa criança, oferecendo suporte, acompanhamento e acolhimento para as criancas e seus familiares. Objetivos: Demonstrar o papel da enfermagem no cuidado e na vida de crianças com macrocefalia e microcefalia, destacando suas formas de atuação. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa baseada em artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, selecionados nas bases PubMed, SciELO, Fiocruz, BIREME e na Revista de Saúde e Ciências Biológicas. Resultados: A enfermagem é fundamental na identificação preçoce dessas condições. possibilitando direcionamento e cuidados adequados, pois o acesso a serviços especializados ainda se encontra limitado, e as famílias tendem a enfrentar desafios emocionais e financeiros no cuidado das crianças portadoras dessas malformações. Estudos evidenciam que a enfermagem atua com ações de estimulação precoce, monitoramento do crescimento e apoio às famílias, principalmente na atenção primária, sendo uma ponte entre as famílias e outros serviços. Considerações finais: O cuidado a crianças com microcefalia e macrocefalia exige uma abordagem ampla, contínua e humanizada, tendo a atuação da enfermagem, com capacitação constante, como fator essencial para a promoção da saúde e garantia da qualidade de vida dessas crianças e de suas famílias.

Descritores: Microcefalia, Megalencefalia, Cuidados de Enfermagem.

Referências

BARBOSA, Rhaila Cortes. Análise espacial da oferta de estimulação precoce em crianças com Microcefalia, no Sistema Único de Saúde: no contexto da epidemia de Zika. 2022. 107 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde). Escola Fiocruz de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2022. Disponível em: www.arca.fiocruz.br/handle/icict/54446. Acesso em 04 de abril de 2025.

BOSAIPO, D. S. et al.. Itinerário terapêutico de crianças com microcefalia pelo vírus Zika. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 6, p. 2271?2280, jun. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/i/csc/a/pRFkPyPdyXLZBfhmjGCRCnJ/. Acesso em 30 de março de 2025.

BRAWLEY AM, Schaefer EW, Lucarelli E, Ural SH, Chuang CH, Hwang W, Paul IM, Daymont C. Prevalência diferente de microcefalia e macrocefalia em fetos masculinos e femininos. Front Glob Saúde da Mulher. 24 de fevereiro de 2023;4:1080175. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36911049/. Acesso em 05 de abril de 2025.

FERREIRA, Beatriz Assunção. Integralidade do cuidado de enfermagem do pré-natal ao puerpério. J Health Biol Sci. 2021; 9(1):1-6. Disponível em: https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/3995. Acesso em 6 de abril de 2025.

MENDES, Alessandra Gomes et al. Enfrentando uma nova realidade a partir da síndrome congênita do vírus zika: a perspectiva das famílias. Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 25, n. 10, pp. 3785-3794. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n10/3785-3794/pt/. Acesso em 26 de março de 2025.









Triagem auditiva neonatal: um olhar sobre a importância e os obstáculos da implementação do Teste da Orelhinha

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Alexânia Lauffer Moraes, Brenda Moraes, Catiane Alves, Tamara Pires Gusen, Monique Eva Vargas Cardoso.

Correspondência: alexanialauffermoraes@gmail.com

Introdução: A triagem auditiva neonatal, também conhecida como teste da orelhinha, é um exame realizado preferencialmente entre 24 e 48 horas de vida do bebê ou ainda no primeiro mês de vida. Esse procedimento identifica precocemente problemas auditivos, possibilitando intervenções que favoreçam o desenvolvimento da linguagem e da comunicação. Objetivo: Analisar a importância da triagem auditiva neonatal na detecção precoce de perdas auditivas e identificar obstáculos na sua implementação. Método: Trata-se de uma revisão narrativa de artigos publicados nas bases de dados Scielo e CAPES a partir de buscas em português e inglês entre 2020 a 2025. Resultados: A identificação precoce de alterações auditivas por meio da triagem neonatal possibilita condutas apropriadas, que contribuem diretamente para o desenvolvimento adequado da linguagem e da comunicação infantil. No entanto, ainda existem dificuldades na efetivação do programa, como a falta de histórico familiar de perda auditiva e a desinformação dos responsáveis, onde muitos desconhecem o exame tão pouco tem orientação adequada ainda no pré natal. As barreiras no acesso aos servicos e a elevada taxa de faltas nas reavaliações dentro dos prazos recomendados também comprometem os resultados esperados. A participação ativa das famílias, a continuidade do cuidado e o retorno para reavaliação aliadas à presença de uma rede de saúde bem estruturada e integrada são aspectos fundamentais para o êxito da triagem. Considerações finais: Entende-se que a triagem auditiva neonatal desempenha um papel indispensável na detecção antecipada de deficiências auditivas, oferecendo à criança melhores condições de desenvolvimento linguístico e social. A efetividade desse processo depende da atuação conjunta entre profissionais capacitados, serviços de saúde organizados e famílias bem informadas. Assim, reforca-se a necessidade de ampliar estratégias educativas, melhorar a infraestrutura e fortalecer políticas públicas que assegurem a continuidade e a abrangência do programa.

Descritores: Perda auditiva, Triagem neonatal, Recém-nascido.

Referências

GALVÃO ,M. B.;LEWIS, D. R. Diagnóstico audiológico lactentes após falha na triagem auditiva neonatal universal. Audioly Communication Research, v, 28, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/acr/a/MnpTNF8qGJNX4YtRKJkWjqC/. Acesso em 07 de abril de 2025.

HANNA, K. F ,et al. Conhecimento, percepção e satisfação de puérperas sobre o exame de triagem auditiva neonatal em duas maternidades privadas brasileiras. Codas, v. 37, n. 2, 2025. Disponível em https://www.scielo.br/j/codas/a/yT7LrHwXmNpTB5GVNbNgXqF/?lang=pt. Acesso em 08 de abril de 2025. PAGNOSSIM,D.F; KULKAMP,N. M;TEIXEIRA, M. C. A triagem auditiva neonatal no processo de diagnóstico e reabilitação auditiva. DISTÚRBIOS DA COMUNICAÇÃO,v 32, n. 04. 2020. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/48799. Acesso em 14 de abril de 2025.









A importância do uso de protocolos para AVCI na emergência

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Alice Castro Guimarães, Mariele Cunha Ribeiro, Monique Eva Vargas Cardoso, Rubellita Holanda

Pinheiro Cunha Gois.

Correspondência: Aliceguimaraes@sou.faccat.br

Introdução: O Acidente Vascular Cerebral Isquêmico (AVCI) ocorre devido à obstrução de um vaso sanguíneo no cérebro, interrompendo o fluxo sanguíneo em uma área específica, o que pode resultar em perda temporária ou permanente da função cerebral. O AVC é a segunda maior causa de morte no Brasil e no mundo, com maior prevalência em pessoas abaixo de 70 anos. O diagnóstico é clínico, baseado em sinais e sintomas neurológicos súbitos, e deve ser confirmado por tomografia computadorizada (TC) de crânio. O tratamento inclui trombólise mecânica ou guímica, sendo realizada em emergência. Objetivo: Descrever a importância do uso de protocolos assistenciais de AVCI pela equipe de emergência para melhores desfechos. Método: Revisão de literatura nas bases Pubmed. SciELO e Google Acadêmico. realizada em abril de 2025, nos idiomas português e inglês. Resultados: Os sinais clínicos do AVCI incluem fraqueza nos membros, desvio facial e da comissura labial, dificuldades na fala, perda de sensibilidade, comprometimento da visão, tontura, cefaléia intensa e alterações no nível de consciência. O reconhecimento precoce desses sintomas são essenciais, principalmente dentro da janela terapêutica de 4,5 horas, tempo preconizado para uso de trombolítico de alta resposta, estabelecido pelo Instituto Nacional de Distúrbios Neurológicos e Acidente Vascular Cerebral (NINDS) e recomendadas pela American Heart Association/American Stroke Association (AHA/ASA). Sistemas otimizados pela equipe multidisciplinar são essenciais para um tratamento eficaz, reduzindo seguelas e aumentando a sobrevida. Estudos mostram que a implementação de protocolos de cuidado melhora os desfechos clínicos ao padronizar condutas e agilizar o atendimento. Considerações finais: A implementação de políticas públicas eficazes, protocolos padronizados e capacitação profissional são estratégias fundamentais para melhorar a resposta ao AVCI, reduzindo mortalidade e seguelas. Associam-se a isso ações educativas comunitárias sobre sinais clínicos e a importância do atendimento especializado imediato.

Descritores: AVC isquêmico, Protocolos clínicos, Emergências.

Referências

BARELLA, R. P. et al. Perfil do atendimento de pacientes com acidente vascular cerebral em um hospital filantrópico do sul de Santa Catarina e estudo de viabilidade para implantação da unidade de AVC. Arquivos Catarinenses de Medicina, v. 48, n. 1, p. 131-143, 2019. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/10/1023423/432-1341-2-rv.pdf. Acesso em: 19 apr. 2025.

OLIVEIRA, L, L. et al. Aspectos Clínicos E Epidemiológicos Do Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo. Periódicos Brasil. Pesquisa Científica, Macapá, Brasil, v. 3, n. 2, p. 1689?1697, 2024. Disponível em: https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/218. Acesso em: 18 abr. 2025. SAMPAIO, E. E. S. et al. Fatores associados ao tempo de chegada precoce em pacientes com acidente vascular cerebral isquémico. Ciencia y enfermería, v. 28, 2022. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-

95532022000100221&Ing=es&nrm=iso&tIng=pt. Acesso em: 28 abr. 2025. SBDCV. Sociedade Brasileira de Doença Cerebrovascular. Números do AVC, 2024. Disponível em: https://avc.org.br/numeros-do-avc/. Acesso em: 17 abr. 2025.

SILVA, P. A. B. et al. Os benefícios do tratamento com trombólise no acidente vascular cerebral isquêmico. Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, v. 16, n. 2, 2024. Disponível em: https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/2014/1477. Acesso em: 28 abr. 2025.









Dispositivos eletrônicos e o sono em crianças

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Alice Castro Guimarães, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: aliceguimaraes@sou.faccat.br

Introdução: A exposição de telas por crianças é preocupante diante dos impactos negativos que o uso excessivo de telas pode causar no desenvolvimento infantil. De acordo com Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), criancas menores de dois anos não devem ser expostas a telas em nenhuma circunstância, de dois a cinco anos, o tempo de uso deve ser limitado no tempo de apenas uma hora por dia. Já para crianças de seis a dez anos, a recomendação é de uma a duas horas diárias, enquanto adolescentes entre onze e dezoito anos devem restringir o uso a, no máximo, três horas diárias (SBP, 2022). Além disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também orienta que o uso de telas seja evitado durante as refeições e nas horas que antecedem o sono, visando prevenir prejuízos à qualidade do descanso, ao comportamento e à tensão (BRASIL, 2023), Além disso, fatores como o horário de dormir, a presença de rotinas regulares e o conhecimento dos pais sobre a prática de sono, tem influência direta na qualidade de descanso da criança. Um estudo realizado com país de 468 crianças da coorte STRONG Kids 2 identificou aspectos relevantes do sono infantil, como a rotina diária, duração do sono, frequência de despertares noturnos e o tempo necessário para a criança adormecer, em diferentes estágios do desenvolvimento, entre os 3 e 24 meses de idade (FIESE et al., 2021). Diante das constantes transformações tecnológicas que marcam o mundo atual, observa-se uma ampla disseminação do acesso a dispositivos eletrônicos, tornando-se cada vez mais comum o uso desses aparelhos por uma parcela significativa da população, como smartphones, televisores e videogames. Devido a facilidade do acesso, crianças iniciam uso de telas de forma precoce e sem supervisão adequada. A introdução precoce de dispositivos eletrônicos na rotina infantil tem se mostrado um fator preocupante, especialmente considerando que a primeira infância, compreendida do nascimento até os seis anos de idade, representa um período decisivo para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional (BRASIL, 2007). Em uma pesquisa de caráter transversal, descritivo e exploratório, realizada entre setembro de 2016 e fevereiro de 2017, foi analisado o tempo de exposição às telas em crianças com idades entre 24 e 42 meses. considerando período importante para o desenvolvimento infantil (NOBRE et al., 2021). O desenvolvimento infantil é uma fase essencial para a construção de habilidades cognitivas, emocionais e sociais, exigindo que ocorra de maneira adequada para evitar possíveis prejuízos futuros. Esse processo depende diretamente da neuroplasticidade e da capacidade do cérebro de se reorganizar, que se manifesta de forma mais intensa durante a primeira infância (ABUD et al., 2024). No entanto, a exposição descontrolada às telas nesse período pode comprometer significativamente essa adaptação cerebral. Pesquisas apontam que o uso excessivo de dispositivos eletrônicos pode provocar alterações na massa cinzenta e no volume da substância branca do cérebro, além de prejudicar a consolidação da memória, o processo de aprendizagem e elevar o risco para o desenvolvimento de transtornos mentais (JACINTO et al., 2024). Além disso, os estímulos constantes promovidos por esses recursos tecnológicos afetam negativamente o sistema de recompensa cerebral, fazendo com que a criança necessite de incentivos cada vez maiores para sentir prazer, o que pode gerar desequilíbrios comportamentais (DEBASMITA et al., 2025). Segundo orienta o Manual de Orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2019), as telas devem ser evitadas em criancas menores de dois anos, limitar em um hora o uso em criancas de dois a cinco anos e de no máximo duas horas em crianças de seis a dez anos, e estes sempre com a supervisão dos responsáveis. De acordo com levantamentos do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), o uso da internet entre crianças cresceu significativamente na última década. Em 2015, apenas uma parcela modesta das criancas com menos de nove anos acessava a internet. Atualmente, esse acesso mais do que quadruplicou em algumas faixas etárias. O grupo de seis a oito anos, por exemplo, é o que mais utiliza dispositivos digitais, revelando uma tendência precoce de inserção tecnológica. Além disso, o celular se consolidou como o principal meio de acesso à internet entre crianças e adolescentes no Brasil (CETIC, 2023). Esses dados demonstram uma mudança de comportamento expressiva, tornando o uso de telas parte integrante da rotina desde os primeiros anos de









vida. Esse cenário é reforcado por estudos internacionais que indicam que os brasileiros passam, em média, mais de nove horas por dia conectados à internet, o que confirma a forte presença da tecnologia no cotidiano das famílias. Diante dessa realidade, torna-se essencial investigar como esse hábito afeta o desenvolvimento infantil, especialmente no que diz respeito ao sono, sendo assim, é importante impor limites ao uso de telas. Objetivo: Avaliar a influência da tecnologia na duração do sono de crianças de 0 a 11 anos no Rio Grande do Sul. Métodos: Trata-se de uma abordagem quantitativa, prospectiva, do tipo transversal. Serão incluídos pais ou responsáveis legais de criancas de 0 a 11 anos e que residem permanentemente no estado do Rio Grande do Sul. Serão excluídos pais ou responsáveis com criancas com diagnósticos de deficiência cognitiva. Para o cálculo do tamanho amostral considerou-se um nível de confiança de 95%, erro de 5%, proporção estimada da população de 50% e 10% de perdas de elementos. totalizando um N: 385 participantes de pesquisa. A pesquisa está sendo desenvolvida desde 2024, através da divulgação de formulários em link no google forms nas redes sociais (facebook, instagram, linkedin e whatsapp). O questionário é composto por 62 questões divididos em critérios sociodemográfico de pais e crianças, como idade, sexo, escolaridade, cor, estado civil, cidade que reside, número de filhos e questões relacionadas sobre o sono, como a hora de adormecer e despertar do filho, quantas horas de sono, o tempo de uso de eletrônico. Os participantes acessam ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). somente após aceite deste, e assim será direcionado ao preenchimento do questionário. Caso o participante não aceite, a pesquisa será encerrada. Destaca-se que o projeto já foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme CAAE número 86662725.7.0000.8135. A pesquisa segue a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Resultados: Espera-se que a exposição às telas durante a noite prejudique tanto a duração quanto a profundidade do sono infantil, já que o uso excessivo de eletrônicos à noite pode interferir nos processos naturais de adormecer, resultando em um sono mais curto e menos profundo. Além disso, crianças que passam mais de duas horas diárias em frente a dispositivos eletrônicos tendem a apresentar mais dificuldades para adormecer, interrupções durante a noite e um sono menos reparador. Por outro lado, espera-se que famílias que limitam o tempo de tela observem uma melhoria nos hábitos de adormecer de seus filhos. Acredita-se que ao reduzir a exposição a dispositivos eletrônicos, as crianças podem estabelecer uma rotina de sono mais saudável, com uma transição mais tranquila para o descanso e hábitos de sono mais consistentes e regulares. Considerações Finais: Assim, embora as telas façam parte da vida moderna e possam ter propósitos educativos, seu uso excessivo na infância acarreta riscos significativos ao desenvolvimento físico, cognitivo e emocional. Diante disso, destaca-se a importância do envolvimento ativo de pais, responsáveis e profissionais de saúde na construção de rotinas equilibradas, na valorização de atividades longe das telas e no controle do tempo de exposição digital desde os primeiros anos de vida, pois a luz azul emitida por dispositivos eletrônicos desempenha um papel crucial na regulação do ciclo circadiano, influenciando diretamente a gualidade do sono. O uso de telas antes de dormir pode interferir na produção da melatonina, hormônio essencial para a indução do sono, resultando em dificuldades para adormecer e um sono menos reparador. Esse efeito é particularmente preocupante em crianças e adolescentes, pois a exposição prolongada ao uso dos dispositivos eletrônicos, podem atrasar o início do sono e reduzir sua duração, sem alteração no horário de despertar devido às obrigações escolares.

Descritores: Criança, Sono, Tempo de tela.

Referências

ABUD, A. B. C, et al., Os impactos do uso de telas na primeira infância. Congresso Médico Acadêmico UniFOA, [S. I.], v. 10, 2024. DOI: 10.47385/cmedunifoa.1559.10.2024. Disponível em: https://conferenciasunifoa.emnuvens.com.br/congresso-medvr/article/view/1559. Acesso em: 07 maio 2025. BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Guia de telas: sobre usos de dispositivos digitais. Brasília: SECOM, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/guia-de-telas_sobre-usos-de-dispositivos-digitais versaoweb.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. O futuro hoje: estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em:









https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/futuro_hoje_estrategia_brasileirinhas_brasileirinhos.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL; NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2022. São Paulo: CGI.br, ago. 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20230825142135/tic_kids_online_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

DEBASMITA, S. et al. Algoritmos de mídias sociais e dependência química em adolescentes: impacto neurofisiológico e considerações éticas. Cureus, v. 17, n. 1, 2025. DOI: 10.7759/cureus.77145. Disponível em: https://assets.cureus.com/uploads/review_article/pdf/304975/20250207-625924-2s0rma.pdf. Acesso em: 08 maio 2025.

FIESE, B. H. et al. Bedtimes, bedtime routines, and children's sleep across the first 2 years of life. Sono, v. 44, n. 8, ago. 2021. DOI: 10.1093/sleep/zsab045. Disponível em: https://academic.oup.com/sleep/article/44/8/zsab045/6149134?login=false. Acesso em: 21 abr. 2025. JACINTO, Everson Izaquiel et al. Impactos do uso excessivo de dispositivos eletrônicos associados à neuroplasticidade infantil. Revista Educação em Saúde, v. 12, p. 84-90, 2024. Disponível em: https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/7437. Acesso em: 16 maio 2025.

NOBRE, J. N. P. et al. Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 1127-1136, 2021. DOI: 10.1590/1413-81232021263.00602019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/GmStpKgygGTtLwgCdQx8NMR/. Acesso em: 19 abr. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de orientação: crianças e adolescentes na era digital ? orientações para pais, educadores e profissionais de saúde. Rio de Janeiro: SBP, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2019/04/Manual-Saude-na-Era-Digital.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Crianças no celular: saiba o tempo ideal para cada idade. Rio de Janeiro: SBP, 2022. Disponível em: https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/criancas-no-celular-saiba-o-tempo-ideal-para-cada-idade/. Acesso em: 12 maio 2025.









Infecções sexualmente transmissíveis em idosos: desafios enfrentados na Atenção Primária à Saúde

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Amanda Chesea Ritter, Amanda Chesea Ritter, Gabriela Camponogara Rossato, Rubellita Holanda Pinheiro Cunha Gois, Magna Roberta Birk. Correspondência: amandaaaritter@sou.faccat.br

Introdução: As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre idosos são um problema de saúde pública que precisa ser abordado com maior visibilidade na Atenção Primária à Saúde (APS). Embora a vivência da sexualidade na terceira idade represente vitalidade e saúde, ainda é cercada de estigmas, dificultando ações de prevenção e cuidado. Esse cenário configura um desafio crescente para a APS. Objetivo: Analisar os desafios enfrentados pela APS no enfrentamento das ISTs em idosos. Método: Tratase de uma revisão narrativa da literatura fundamentada nas bases PubMed e na revista Acervo Saúde. Resultados: A literatura evidencia fragilidades enfrentadas pela APS no cuidado às ISTs em idosos. Entre os principais desafios estão o estigma social relacionado à sexualidade na velhice, a invisibilidade do tema nos atendimentos e o despreparo dos profissionais para abordagens adequadas. Esses fatores dificultam a busca por cuidados, contribuindo para diagnósticos tardios. Um exemplo disso é a sífilis, cuja incidência tem crescido entre idosos de forma preocupante. Soma-se a isso a baixa percepção de risco e a falta de campanhas voltadas para esse público, o que amplia a vulnerabilidade das pessoas na terceira idade. Como medidas de enfrentamento, destacam-se a ampliação da testagem, a educação permanente em saúde e campanhas de prevenção. Também são indicadas ações educativas, como rodas de conversa, grupos e abordagens psicossociais. Tais estratégias favorecem o engajamento da população idosa, promovem o autocuidado e ampliam o acesso à informação. A qualificação das equipes e a inserção contínua da temática da sexualidade na terceira idade e das ISTs na rotina dos serviços são fundamentais para fortalecer a atuação da APS. Conclusão: Analisar os desafios enfrentados na APS em relação às ISTs em idosos evidenciou a necessidade de acões educativas, acolhimento qualificado e inclusão da sexualidade na rotina dos servicos.

Descritores: Infecções Sexualmente Transmissíveis, Idoso, Atenção Primária à Saúde.

Referências

BARBOSA, A. T. de S.; COSTA, G. P. O. Vulnerabilidade da pessoa idosa frente às Infecções Sexualmente Transmissíveis. Revista Eletrônica Acervo Saúde, São Luís, v. 24, n. 4, p. e15890, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.25248/reas.e15890.2024. Acesso em: 14 abr. 2025.

BESA CASTELLÀ, M. et al. Primary care management of sexually transmitted infections (I): epidemiology, secreting syndrome. Aten Primaria, [S.I.], v. 55, n. 5, p. 102597, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.aprim.2023.102597. Acesso em: 02 abril. 2025. COM. et al. Non-pharmacological interventions for the prevention of sexually transmitted infections (STIs) in older adults: a systematic review. PLoS One, [S.I.], v. 18, n. 5, p. e0284324, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0284324. Acesso em: 02 abril. 2025.

MICK, E. O. et al. The role of primary care providers in testing for sexually transmitted infections in the MassHealth Medicaid program. PLoS One, [S.I.], v. 18, n. 11, p. e0295024, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0295024. Acesso em: 08 abril. 2025.

SANTOS, M. M. D. et al. Weaknesses in primary health care favor the growth of acquired syphilis. PLoS Neglected Tropical Diseases, [S.I.], v. 15, n. 2, p. e0009085, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0009085. Acesso em: 13 abr. 2025.









Entre o silêncio e o desejo: a sexualidade de idosos no Rio Grande do Sul

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Amanda Chesea Ritter, Amanda Chesea Ritter, Edna Thais Jeremias Martins.

Correspondência: amandaaaritter@sou.faccat.br

Introdução: O envelhecimento populacional tem transformado o cenário demográfico brasileiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) em 2022, a população com 60 anos ou mais representava 15.6% da população total do Brasil. No estado do Rio Grande do Sul, esse percentual foi ainda mais elevado, atingindo 22,9%, o maior entre todas as unidades da federação. Esse cenário de envelhecimento populacional demanda uma revisão das práticas assistenciais, sobretudo no que diz respeito à sexualidade, que ainda é frequentemente negligenciada. A vulnerabilidade da população idosa às infecções sexualmente transmissíveis, especialmente ao HIV, tem se tornado cada vez mais evidente. Entre 2015 e 2022, os casos de aids em pessoas com 60 anos ou mais aumentaram 20,3% no Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde (2023). Esse crescimento sinaliza a necessidade urgente de estratégias preventivas e educativas voltadas ao envelhecimento sexualmente ativo. Pesquisa nacional anterior mostra que 93.2% dos idosos já tiveram alguma relação sexual ao longo da vida, o que contradiz o mito da assexualidade na velhice (IBGE, 2020). A sexualidade é uma dimensão fundamental da saúde humana e permanece significativa ao longo de toda a vida, inclusive na velhice. A Organização Mundial da Saúde (2022) define saúde sexual como um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social em relação à sexualidade, não sendo apenas a ausência de doencas. Contudo, essa dimensão ainda é invisibilizada entre pessoas idosas, em razão de estigmas que associam o envelhecimento à perda de desejo, improdutividade e inatividade sexual (Maschio et al., 2010). Esses preconceitos reforcam o silenciamento da sexualidade na terceira idade tanto nos espaços sociais quanto nos serviços de saúde, resultando em omissões importantes no cuidado integral. Em estudo realizado por Monfardini et al. (2022), foram investigados os conhecimentos e atitudes de idosos sobre sexualidade em uma cidade litorânea do sul do Brasil. Os resultados mostraram que, apesar de muitos idosos valorizarem a sexualidade e reconhecerem sua importância para a qualidade de vida, ainda há grande carência de informações e orientação sobre práticas sexuais seguras, o que os torna mais vulneráveis às ISTs. A Escala de Vivências Afetivas e Sexuais do Idoso (EVASI) tem se mostrado uma ferramenta eficaz para compreender a sexualidade na velhice, ao avaliar dimensões como intimidade, desejo e práticas preventivas. No estudo de Souza Júnior et al. (2023), com 1.922 pessoas idosas brasileiras que haviam recebido orientações sobre sexualidade apresentaram escores mais altos na EVASI, o que indicou vivências afetivas e sexuais mais positivas e uma melhora significativa na qualidade de vida, especialmente nas dimensões de intimidade, autonomia e participação social. Esses achados reforcam a importância de ações educativas em saúde voltadas para esse público, bem como a relevância da EVASI como instrumento de apoio à prática clínica e ao planejamento de políticas públicas. A aplicação dessa escala pode subsidiar intervenções específicas e promover uma assistência mais qualificada e centrada no indivíduo. A atuação da enfermagem é essencial nesse contexto, especialmente por sua proximidade com os idosos e sua capacidade de desenvolver ações educativas. Segundo Silva et al. (2019), é fundamental que profissionais de saúde sejam capacitados para abordar a sexualidade de forma ética e sem preconceitos, promovendo o cuidado integral à saúde da pessoa idosa. Em revisão integrativa, Silva et al. (2019) identificaram uma prevalência geral de 3,4% de ISTs em idosos, sendo 2,6% de sífilis, 0,5% de hepatite B e 0,3% de HIV. Além disso, o estudo mostrou que mulheres idosas apresentaram 12 vezes mais chances de infecção do que os homens, reforçando a necessidade de estratégias preventivas específicas para esse grupo. O fortalecimento da atenção primária em saúde também passa pela valorização dessas vivências, promovendo o acesso à informação, ao diagnóstico preçoce e à prevenção das ISTs. A Organização Mundial da Saúde (2015) destaca a importância de políticas inclusivas que reconheçam os direitos sexuais das pessoas idosas como parte do envelhecimento ativo e saudável. Objetivos: Esta pesquisa tem como objetivo investigar a vivência da sexualidade entre idosos residentes no estado do Rio Grande do Sul, buscando compreender se os idosos incluem práticas preventivas de saúde sexual, como o uso de preservativos e a realização de testes para ISTs, em suas vivências sexuais. Métodos: Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, com









delineamento descritivo e de corte transversal. Será utilizado um formulário desenvolvido pelas autoras do projeto contendo dados sociodemográficos, saúde sexual, histórico de ISTs e A Escala de Vivências Afetivas e Sexuais do Idoso (EVASI). De acordo com Vieira (2012), a EVASI consiste em um instrumento composto por 38 itens, distribuídos em três dimensões; vivências do ato sexual, vivências afetivas e adversidades físicas e sociais. Os itens são avaliados por meio de uma escala tipo Likert de cinco pontos, variando de 1 (nunca) a 5 (sempre), sendo que escores mais elevados indicam vivências afetivas e sexuais mais positivas. Serão incluídos na amostra indivíduos com 60 anos ou mais, residentes no estado do Rio Grande do Sul, que possuam acesso à internet. Serão excluídos participantes que apresentem limitações cognitivas que impeçam o correto preenchimento do instrumento. Os dados são extraídos a partir do forms e analisados utilizando medidas como média, desvio-padrão e frequências relativas. A participação se dará de forma voluntária, mediante a leitura e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado no início do questionário eletrônico. A coleta de dados será realizada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faccat. A pesquisa seguirá os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). Resultados Esperados: Esperase que os resultados desta pesquisa revelem uma realidade preocupante no que diz respeito à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre pessoas idosas. A partir dos dados obtidos pelo formulário sociodemográfico e clínico, estima-se encontrar baixa adesão ao uso de preservativos nas relações sexuais, bem como frequência reduzida de realização de testes diagnósticos para ISTs. Também se espera observar um número significativo de idosos que nunca receberam orientações sobre saúde sexual na terceira idade, evidenciando uma lacuna no atendimento prestado pelos servicos de saúde. Paralelamente, espera-se que os escores obtidos na Escala de Vivências Afetivas e Sexuais do Idoso (EVASI) apontem vivências afetivas e sexuais impactadas por fatores emocionais, físicos e sociais, com predominância de escores baixos ou moderados nas dimensões de vivência do ato sexual e afetividade. A dimensão de adversidades físicas e sociais também poderá evidenciar limitações relacionadas à saúde, ao envelhecimento e ao contexto relacional. Com base nesses resultados, espera-se contribuir para a construção de estratégias educativas e assistenciais voltadas à saúde sexual da população idosa, qualificando o trabalho da equipe de enfermagem e demais profissionais de saúde. Além disso, os dados poderão subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas e acões no âmbito da atenção primária à saúde. que promovam o acesso à informação, a prevenção das ISTs e o bem-estar emocional e sexual na velhice. **Descritores**: Idoso, Sexualidade, Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Referências

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Sexual health and its linkages to reproductive health: an operational approach. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research/key-areas-of-work/sexual-health/defining-sexual-health.Acesso em: 10 maio 2025.

MASCHIO, M. B. M. et al. Sexualidade na terceira idade: medidas de prevenção para doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 618?624, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/TF595mvb9BMhhs9BNddtDrF/. Acesso em: 10 maio 2025. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos. Acesso em: 10 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-desaude.html. Acesso em: 10 maio 2025.

MONFARDINI, A. C. et al. Sexualidade na terceira idade: conhecimento e atitude de idosos de uma cidade litorânea do sul do país. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, v. 19, n. 1, p. 51?59, 2022. DOI: https://doi.org/10.5335/rbceh.v19i1.8302. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Épidemiológico HIV/Aids 2023. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2023/hiv-









aids/boletim-epidemiologico-hiv-e-aids-2023.pdf. Acesso em: 12 maio 2025. SILVA, M. L. G. et al. Vulnerabilidade de idosos às infecções sexualmente transmissíveis: revisão integrativa. Acta Paulista de Enfermagem. São Paulo, ٧. 32, n. 4, p. 446-453, 2019. Disponível https://www.scielo.br/j/ape/a/NXypD4MRzpP6jtnp3xbHZHm/. Acesso em: 10 maio 2025. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2015. Disponível em: https://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf. Acesso em: 10 maio 2025. SOUZA JÚNIOR, E. V. et al. Sexualidade como fator associado à qualidade de vida da pessoa idosa. Escola e20220228, Anna Nery, Rio de Janeiro, ٧. 27, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/nWyjYjCGmg7zNsyCcbjDQ8L/. Acesso em: 10 maio 2025. Vieira KFL. Sexualidade e qualidade de vida do idoso: desafios contemporâneos e repercussões psicossociais [Tese] [Internet]. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB); 2012 [cited 2020 Aug 15]. Available from: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6908/1/arquivototal.pdf









Testes rápidos na Atenção Básica: relato de experiência sobre as razões da baixa adesão dos usuários em uma unidade de saúde

Tipo de produção: Relato de experiência **Categoria:** Resumo simples

Anelize Rodrigues dos Reis, Gabriela Camponogara Rossato, Rubellita Holanda Pinheiro Cunha Gois, Magna Roberta Birck.

Correspondência: anelizereis@sou.faccat.br

Introdução: Os testes rápidos são fundamentais para o diagnóstico precoce de infecções como HIV, sífilis e hepatites B e C, sendo oferecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente na Atenção Primária. Contudo, mesmo em áreas com acesso adequado à saúde, observa-se desconhecimento sobre sua existência e importância. Segundo o Ministério da Saúde (2021), a detecção precoce dessas infecções é essencial para conter sua disseminação, contudo para que o diagnóstico seja realizado, a população precisa aderir, procurando atendimento para esse fim. A enfermagem tem papel central nesse processo, tanto na execução quanto na educação em saúde e acolhimento dos usuários. Objetivo: Relatar a experiência acadêmica durante o estágio supervisionado na UBS, evidenciando o desconhecimento da população em geral sobre os testes rápidos ofertados pelo SUS. Método: Relato de experiência vivenciado ao longo do estágio na atenção primária em saúde. As observações ocorreram durante abordagens aos usuários para a oferta de testes rápidos. Resultados: Observou-se que grande parte dos usuários, majoritariamente idosos e mulheres com maior nível de escolaridade, desconhecia a existência dos testes rápidos oferecidos pelo SUS. Muitos relataram nunca terem realizado esses exames ou tê-los feito apenas uma vez, sem compreender sua finalidade e importância para o diagnóstico precoce de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e outras doenças. Considerações: A experiência evidenciou baixa adesão aos testes rápidos, mesmo em uma população com acesso adequado aos serviços de saúde. Apesar do perfil socioeconômico e educacional favorável do bairro, o desconhecimento sobre a oferta do serviço chama a atenção. Isso reforça a necessidade de fortalecer a educação em saúde e ampliar a sobre a estratégia de detecção precoce por meio dos testes rápidos. Como intervenção, propõese capacitar os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para orientar, divulgar e estimular a adesão aos testes rápidos e a prevenção de infecções.

Descritores: Testes rápidos, Atenção Primária, Infecções sexualmente transmissíveis.

Referências

ARAÚJO, T. C. V.; SOUZA, M. B. Atuação das equipes de Atenção Primária à Saúde no teste rápido para Infecções Sexualmente Transmissíveis. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 45, n. 131, p. 1075?1087, out.-dez. 2021. DOI: 10.1590/0103-1104202113110. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/2021.v45n131/1075-1087/pt.

BARBOSA, G. A. R. de M. et al. A importância da enfermagem na utilização de testes rápidos para diagnósticos de doenças infectocontagiosas. Rev Publicadas FIJ - até 2022, [S. I.], v. 1, n. 4, p. 47?58, 2021.

Disponível

em:

http://portal.fundacaojau.edu.br:8077/journal/index.php/revistasanteriores/article/view/435

FONSECA, G. P. S. et. al. Baixa adesão na realização de testes rápidos de infecções sexualmente transmissíveis. Seven Editora. [S. 1.], p. 1049?1054. 2023. Disponível https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/1468, ROCHA, A. J. S. C. et al. Educação em saúde como ferramenta estratégica na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis: Relato de Experiência. Saúde Coletiva (Barueri), [S. I.], v. 12, n. 76, p. 10566?10575, 2022. DOI: 10.36489/saudecoletiva.2022v12i76p10566-10575. Disponível em: https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/2516.

SILVA, M. S. T.; OLIVEIRA. S. L. A. Testes Rápidos para Infecções Sexualmente Transmissíveis na Atenção Básica: desafios e estratégias da enfermagem. Rev Enfermagem Atual In Derme, [S. I.], v. 96, n. 40, p. e?021326, 2022. DOI: 10.31011/reaid-2022-v.96-n.40-art.1561. Disponível em: https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/1561.









A importância do saber sobre a esquizofrenia para os profissionais da saúde mental

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Bruna Oliveira Silveira da Silva, Mariele Cunha Ribeiro, Monique Eva Vargas Cardoso, Rubellita Holanda

Pinheiro Cunha Gois, , .

Correspondência: silveirabrubs@gmail.com

Introdução: A esquizofrenia é um transtorno mental crônico e grave que compromete o pensamento, as emoções e o comportamento. Afeta cerca de 1.6 milhão de brasileiros, surgindo geralmente no fim da adolescência ou início da vida adulta, mais cedo em homens (18 a 25 anos) e mais tarde em mulheres (25 a 35 anos). O diagnóstico, baseado nos sintomas, costuma ser tardio devido ao estigma e a dificuldade de reconhecimento. Objetivo: Descrever a esquizofrenia para ampliar o saber dos profissionais da saúde mental. Método: Trata-se de uma revisão de literatura, realizou-se busca de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos na base de dados PubMed e acrescentou-se literatura base de saúde mental, em abril de 2025. Resultados: A etiologia da esquizofrenia não é completamente explicada, sendo que fatores genéticos, neuroquímicos e ambientais influenciam. As manifestações clínicas são amplas, organizadas em sintomas positivos (delírios, alucinações e pensamento desorganizado), negativos (apatia, isolamento social, anedonia e empobrecimento da fala) e cognitivos (déficits de atenção, memória de trabalho e funções executivas). O diagnóstico é realizado conforme os critérios do Manual de Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), considerando a duração, a intensidade dos sintomas e o impacto funcional. O tratamento integra antipsicóticos, suporte psicoterapêutico e intervenções psicossociais. favorecendo a estabilização do quadro e a melhoria da qualidade de vida. Identificar sinais como isolamento, delírios e alterações no pensamento é fundamental para iniciar o tratamento precoce. Considerações: O domínio do conhecimento sobre esquizofrenia, incluindo sintomas, fatores desencadeantes, tratamento e evolução clínica é essencial para que os profissionais de saúde mental atuem de forma segura e eficaz. É válido ressaltar a necessidade de fomentar pesquisas clínicas para disseminar o conhecimento sobre este transtorno e o seu maneio.

Descritores: Esquizofrenia, Saúde Mental, Transtornos Mentais.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5). Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica de Aristides Volpato Cordioli et al. Porto Alegre: Artmed, 2014. Acesso em: 14 abr. 2025. GEBREEGZIABHERE, Y. et al. Cognitive impairment in people with schizophrenia: an umbrella review. European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience, v. 272, n. 7, p. 1139?1155, out. 2022. Disponível em: DOI: 10.1007/s00406-022-01416-6. Acesso em: 20 abr. 2025. TANDON, R. et al. The schizophrenia syndrome, circa 2024: What we know and how that informs its nature. Schizophrenia Research, v. 259, p. 1?9, fev. 2024. Disponível em: DOI: 10.1016/j.schres.2023.11.009. Acesso em: 20 abr. 2025. MARDER, S.R. UMBRICHT, D. Negative symptoms in schizophrenia: Newly emerging measurements, pathways, and treatments. Schizophrenia Research, v. 258, p. 71?77, ago. 2023. Disponível em: DOI: 10.1016/j.schres.2023.07.010.? Acesso em: 14 abr. 2025.









Prevalência de medidas de segurança em piscinas em residências e crianças do Rio Grande do Sul

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Camila Barbieri, Edna Thais Jeremias Martins, Monique Eva de Vargas Cardoso. Correspondência: milabarbieri1@gmail.com

Introdução: De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), ocorreram 300 mil mortes no mundo por afogamento em 2021, das quais 24% foram de crianças menores de 5 anos de idade e 19% entre crianças de 5 a 14 anos (BRASIL, 2025). Já nos Estados Unidos da América (EUA) o afogamento infantil é a terceira principal causa de morte relacionada a lesões não intencionais entre crianças e adolescentes de 5 a 19 anos de idade nos EUA. Em 2018, quase 900 crianças e jovens americanos com menos de 20 anos morreram de afogamento e mais de 7.200 foram atendidos em um departamento de emergência (ED) de hospital por um evento de afogamento (DENNY, S. A.; QUAN, L; GILCHRIST, J. et al., 2021). Esses dados reforcam a necessidade de campanhas educativas e acões intersetoriais para reduzir esse tipo de fatalidade evitável. O afogamento é definido como a entrada de líguido nas vias aéreas ? como traqueia, brônquios ou pulmões ? em decorrência de submersão ou imersão. Esse processo leva à deficiência de oxigênio no sangue, comprometendo o funcionamento de órgãos e tecidos. Independentemente do desfecho ? com ou sem sobrevivência ?, o indivíduo é considerado vítima de afogamento (SOBRASA, 2019). De acordo com Ribeiro e Margues (2024) em uma revisão integrativa realizada com artigos publicados de 2000 a 2024 nas línguas português, inglês e espanhol, com buscas conduzidas em bases de dados como SciELO, PubMed, EFDeportes e Google Acadêmico, com o objetivo de avaliar a importância da natação infantil na segurança aquática, mostram resultados que indicaram que crianças que praticam natação possuem maior capacidade de identificar e evitar situações de risco em ambientes aquáticos, além de desenvolverem habilidades motoras essenciais para sua própria segurança. Um acidente de afogamento envolvendo uma criança é uma experiência devastadora que pode causar profundas conseguências emocionais, psicológicas, sociais e até econômicas para toda a família. A perda de um filho(a), ou mesmo as seguelas decorrentes de um episódio de guase afogamento, geram um sofrimento intenso e duradouro. No aspecto emocional, os familiares, especialmente os pais ou responsáveis, enfrentam sentimentos de culpa, tristeza profunda, ansiedade e trauma, muitas vezes associados à sensação de que o acidente poderia ter sido evitado. Mesmo quando não há óbito, as possíveis sequelas neurológicas permanentes podem transformar radicalmente a rotina familiar, exigindo cuidados especiais, adaptações na residência e apoio profissional contínuo. Um estudo de 2013 em Helsingue avaliou 21 crianças que se afogaram e foram internadas na UTI pediátrica, mostrando que, anos depois, 57% apresentavam disfunção neurológica e 40% tinham deficiência intelectual. A dificuldade de identificar esses efeitos logo após o evento e a falta de acompanhamento adequado podem gerar consequências mais amplas para a saúde das crianças, além de aumentar os custos e a demanda por serviços de saúde (BANIHANI et al., 2023). Diante desse cenário, este projeto é necessário para conhecer a realidade local quanto à adoção de medidas de segurança em piscinas residenciais, a fim de orientar estratégias de prevenção de afogamentos. Além disso, a pesquisa poderá servir como base para o desenvolvimento de intervenções educativas, regulamentações municipais e outras ações voltadas à promoção da segurança infantil, contribuindo assim para a redução de acidentes evitáveis e para a melhoria da qualidade de vida das famílias. Uma medida que pode ajudar a reduzir números tão alarmantes é a educação em saúde, o enfermeiro desempenha um papel essencial na promoção da saúde, participando ativamente de programas e ações educativas voltadas para a melhoria das condições de vida do indivíduo, da família e da comunidade. Como educador em saúde, esse profissional atua diretamente com a população, orientando e promovendo o desenvolvimento de estratégias que incentivem atitudes saudáveis e a autonomia no cuidado com a própria saúde. Nesse contexto, sua atuação vai além da assistência, assumindo um compromisso com a transformação social por meio da educação em saúde (KIRSCH; SLOB, 2018). Objetivo: Avaliar a prevalência de medidas de segurança em piscinas em residências de crianças do Rio Grande do Sul. Métodos: Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e de delineamento transversal. A amostra partirá de 224 respostas coletadas anteriormente e teve como critérios de inclusão:









pessoas residentes em casas com crianças na faixa etária de 1 a 4 anos e com piscinas de chão, moradores do Rio Grande do Sul e famílias com acesso à internet. A coleta de dados será realizada por meio de questionário eletrônico, com 16 questões de múltipla escolha referentes medidas de segurança utilizadas na piscina, cidade que mora, dados da criança e grau de parentesco, utilizando o método de amostragem não probabilístico chamado Snowball que também é conhecido como Bola de Neve, onde os participantes indicam novos participantes, e desta forma um será passado ao outro a pesquisa a ser respondida, para que o total da amostra seja alcançada. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da FACCAT e registrado na Plataforma Brasil da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CAEE: 70458423.7.0000.8135), e cumpre os aspectos éticos e eles estão orientados pela Resolução 510 de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Resultados esperados: Espera-se que entre as medidas de segurança utilizadas, grades de proteção e coberturas de piscina sejam as mais comuns nas residências com crianças. E que os responsáveis que receberem orientações sobre prevenção de afogamentos sejam mais propensos a implementar medidas de segurança em piscinas residenciais. Considerações finais: Desse modo, a pesquisa pode oferecer dados relevantes para orientar políticas públicas, campanhas educativas e regulamentações mais eficazes para promover a prevenção de acidentes.

Descritores: Afogamento, Infantil, Educação em enfermagem.

Referências

BANIHANI, S.et al. Unintentional drownings in pediatric populations: injury prevention in the post-COVID-19 era. Cureus, [S.I.], v. 15, n. 4, e38264, 28 abr. 2023. Disponível em: https://www.cureus.com/articles/151398-unintentional-drownings-in-pediatric-populations-injury-prevention-in-the-post-covid-19-era. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde alerta para aumento de óbitos por afogamento. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/ministerio-da-saude-alerta-para-aumento-de-obitos-por-afogamento. Acesso em: 12 abr. 2025.

DENNY, Sarah A. et al.CONSELHO DE PREVENÇÃO DE LESÕES, VIOLÊNCIA E VENENO. Prevenção de afogamento. Pediatrics, [S.I.], v. 148, n. 1, jul. 2021. DOI: https://doi.org/10.1542/peds.2021-052227. PMID: 34253571. KIRSCH, Gustavo Hanich; SLOB, Edna Marcia Grahl Brandalize. Atuação do enfermeiro na educação em saúde da população. Revista Saúde e Desenvolvimento, v. 12, n. 13, 2018.

RIBEIRO, Danilo da Silva; MARQUES, Fabio Nogueira. Segurança aquática para crianças: a contribuição essencial da natação. Revista DELOS: Desarrollo Local Sostenible, v. 17, n. 29, p. 220?242, 2024. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/385663275_Seguranca_aquatica_para_criancas_a_contribuicao_essencial_da_natacao. Acesso em: 18 maio 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO (SOBRASA). Manual de afogamento: curso de emergências aquáticas. 2019. Disponível em: http://www.sobrasa.org. Acesso em: 15 maio 2025.









Hemorragia pós-parto: principais fatores de riscos e prevenção

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Camila Santos da Rosa, Monique Eva de Vargas Cardoso, Rubelita Holanda Pinheiro Cunha Gois, Mariele Cunha Ribeiro.

Correspondência: camila.rosa@sou.faccat.br

Introdução: A hemorragia pós-parto (HPP) é a principal causa de morte materna e de histerectomia periparto no mundo. Entre os anos de 2020 a 2023, foram notificadas 10.373 internações, sendo a região sudeste com maior incidência. É definida pela perda sanguínea acima de 500 ml após parto vaginal ou acima de 1000 ml após parto cesariana nas primeiras 24h. Entre diversas causas estão: lacerações do trato genital, retenção de restos placentários, distúrbios da coagulação e a atonia uterina é considerada a causa mais comum. Objetivo: Identificar os principais fatores de risco e medidas preventivas para HPP. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura em bases de dados eletrônicos, SciELO e PubMed com publicações entre os anos de 2020 e 2025 nos idiomas português e inglês. Resultados: Os principais fatores de risco para HPP são: placenta prévia, anemia, plaquetopenia, pré-eclâmpsia, coagulopatias, uso de anticoagulantes, acretismo placentário e descolamento prematuro de placenta. As medidas preventivas consistem na administração de ocitocina e o manejo ativo do terceiro período do trabalho de parto. Em casos de hemorragia, a ?hora de ouro? no manejo se caracteriza pelo controle do sítio de sangramento dentro da primeira hora após a identificação, o que contribui significativamente para reduzir a morbimortalidade materna. Consideração: O desempenho das equipes assistenciais para prevenir, diagnosticar e adotar o manejo não cirúrgico dentro da ?hora de ouro? se torna imprescindível. Além de que uma detecção precoce da hemorragia e a combinação dos tratamentos como massagem uterina, drogas ocitócicas, ácido tranexâmico e fluidos intravenosos podem reduzir o risco de complicações

Descritores: Hemorragia Pós-Parto, Hemorragia Uterina, Período Pós-Parto.

Referências

FEBRASGO, Comissão Nacional Especializada em Urgências Obstétricas da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Hemorragia pós-parto: prevenção, diagnóstico e manejo não cirúrgico, 2024. Disponível em: https://www.febrasgo.org.br/images/pec/FPS---Edicao-Especial-2024_1_Portugues-1.pdf. Acesso em:15/04/2025.

IOANNIS et. al. Randomized Trial of Early Detection and Treatment of Postpartum Hemorrhage, 2023. DOI: 10.1056/NEJMoa2303966. Disponível em: https://www.nejm.org/doi/pdf/10.1056/NEJMoa2303966. Acesso em: 14/04/2025 MATOS et. al. Panorama epidemiológico da hemorragia pós-parto no Brasil: Tendências, desafios e intervenções, 2024. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/1598/1787. Acesso em: 14/04/2025

SAÚDE, Organização Mundial. Tendências da mortalidade materna 2000 a 2020: estimativas da OMS, UNICEF, UNFPA, Grupo Banco Mundial e UNDESA/Divisão de População, 2023. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240068759 Acesso em: 14/04/2025









Preparo dos profissionais da Atenção Básica sobre saúde mental

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Damares Maroei da Rosa Conrad. Correspondência: <u>damares.conrad@gmail.com</u>

Introdução: No campo da Saúde Mental, o Rio Grande do Sul acompanha a tendência nacional de aumento nos problemas de saúde mental com um crescimento nos atendimentos relacionados à saúde mental nos últimos anos. A organização dos servicos, os fluxos de encaminhamento de pacientes e identificação precoce dos sinais de transtornos mentais são um grande desafio para assegurar os direitos dos usuários e a adesão aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de acesso do usuário à rede, incumbindo-lhe o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, prevenção e cuidado em saúde mental, as quais são compartilhadas com outros serviços mediante necessidade. Objetivo: Identificar o preparo dos profissionais de saúde da Atenção Básica para o manejo dos casos de saúde mental. Métodos: Foi realizada uma revisão de literatura, utilizando a base de dados Scielo Brasil em abril de 2025. A busca se deu utilizando os descritores em saúde, resultando em 854 artigos dos últimos cinco anos, dos quais cinco foram escolhidos para integrar esta pesquisa. Resultados: Os enfermeiros da APS relatam insegurança e despreparo técnico para manejo dos casos de saúde mental, há receio no contato com os usuários, pois não atuam em processos do trabalho específico para a Saúde Mental. Há uma lacuna significativa no preparo e no suporte oferecido aos profissionais da APS para lidar efetivamente com a saúde mental, especialmente em situações de crise. De modo similar, a equipe de saúde reporta despreparo e insatisfação com capacitações insuficientes, gerando impotência e frustração no trabalho. Considerações: Transtornos mentais vêm aumentando e é um grande problema de saúde pública no cotidiano na APS, diante disso, um maior investimento na qualificação profissional é de suma importância para a melhoria do cuidado de pessoas que sofrem com esses transtornos.

Descritores: Promoção da Saúde, Atenção Primária à Saúde, Saúde Mental.

Referências

PAULA, G. B.; et al., Mental health crisis situations: the nurse?s work in Primary Health Care. Revista Latino-Americana de Enfermagem. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/8BzdZYyJFq4jrxQMhtGXNPn/?lang=en. Acesso em: 21 de abril de 2025. PEREIRA, R. M. P.; AMORIM, F. F.; GONDIM, M. F. N. A percepção e a prática dos profissionais da Atenção Primária à Saúde sobre a Saúde Mental. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/icse/2020.v24suppl1/e190664/. Acesso em: 21 de abril de 2025.

SALGADO, J. W.; MENEGUETTI, J. A.; VIDAL, C. E. L. Saúde mental na atenção básica: percepção dos Agentes Comunitários de Saúde. Cadernos Saúde Coletiva, [S. I.], v. 31, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Sv67VYqGfkg6S5FLvQb3qbP/. Acesso em: 14 de abril de 2025.

SALGADO, M. A.; FORTES, S. L. C. L. Indicadores de saúde mental na atenção primária à saúde: avaliando a qualidade do acesso através da capacidade de detecção de casos. Cadernos de Saúde Pública. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/5b6TwpghJyXQvPxfgLnnSgF/. Acesso em: 21 de abril de 2025.

ZORZI, V. N.; et al., Promoção de Saúde Mental na atenção primária: o papel dos grupos de saúde na perspectiva de usuários e profissionais. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/frwSGcmyj4WQQNSSfShMytb/?lang=pt. Acesso em: 14 de abril de 2025.









A jornada da criança com fibrose cística: diagnóstico, tratamento e qualidade de vida

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Dayla Ester de ávila, Lúci Meuris Pandolfo, Natan da Silva Oliveira, Monique Eva de Vargas Cardoso.

Correspondência: daylaesteravila@gmail.com

Introdução: A Fibrose Cística (FC) é uma doença genética crônica, de herança autossômica recessiva, causada por mutação no gene do Regulador da Condutância Transmembrana da Fibrose Cística (CFTR). Essa alteração leva à produção de secreções espessas e viscosas, que obstruem principalmente pulmões. pâncreas e ducto biliar, comprometendo significativamente a qualidade de vida das crianças diagnosticadas. Estima-se que a FC atinja cerca de 1 a cada 7.500 nascidos vivos no Brasil. O diagnóstico geralmente ocorre na infância, por meio do teste do pezinho ou do teste do suor, permitindo intervenções precoces. Objetivos: Analisar a trajetória da criança com fibrose cística, com foco nos impactos do diagnóstico e tratamento, bem como na qualidade de vida. Método: Trata-se de uma revisão narrativa em artigos científicos publicados nas bases Scielo e Google Acadêmico, entre 2021 e 2022, além de informações disponíveis no site do Ministério da Saúde. Resultado: A fibrose cística (FC) é uma condição genética crônica e progressiva que afeta principalmente os pulmões e o sistema digestivo. O diagnóstico é geralmente realizado por meio do teste do pezinho, confirmado com teste do suor e exames genéticos. Na prática clínica, segundo a CONITEC (2022), a Ventilação Não Invasiva (VNI) é amplamente utilizada em pacientes com FC avançada. Embora não exista cura, o tratamento multidisciplinar em centros especializados contribui para melhora clínica e aumento da sobrevida, que passou de dois anos em 1950 para 30 a 40 anos atualmente. Hospitalizações frequentes, rotina intensa de cuidados e limitações físicas e sociais afetam diretamente a qualidade de vida das crianças e suas famílias. Considerações: O estudo reforça que o diagnóstico precoce, o acompanhamento contínuo e o suporte familiar são pilares essenciais para melhorar a qualidade de vida das crianças com fibrose cística.

Descritores: Fibrose cística, Diagnóstico precoce, Triagem neonatal.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS ? CONITEC. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas: Fibrose Cística. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-

br/midias/consultas/relatorios/2024/copy3_of_PCDTFibroseCstica_CP032024.pdf Acesso em: 27 Mar. 2025.

CARVALHO, Carla Patricia de; RODRIGUES, Thais Vieira; COSTA, Rodrigo Fernando Silva; et al. Fibrose cística: uma revisão de literatura. HU Revista, Juiz de Fora, v. 47, n. 3, p. 312?318, jul./set. 2021. Disponível em:https://periodicos.ufif.br/index.php/hurevista/article/view/35344. Acesso em: 04 abr. 2025.

DUARTE, Marta Cristina; NETO, José Antonio Chehuen; FELIPE, Maura Furtado Barbosa; et al. Qualidade de vida em paciente com fibrose cística. HU revistas, Juiz de Fora, v 47, jan/2022. Disponível em:https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/35344/24128. Acesso em 07 Abr. 2025.









Perfil sociodemográfico e clínico de pacientes com câncer colorretal

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Deivid de Borba Souza, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: deividboorba@gmail.com

Introdução: O câncer colorretal apresenta altas taxas de incidência e mortalidade no Brasil, com variações significativas conforme o nível de desenvolvimento sociodemográfico (SCHAEDLER et al., 2024). O câncer colorretal é atualmente o segundo tipo de câncer mais incidente em ambos os sexos no país, excluindo os casos de câncer de pele não melanoma, segundo o Instituto Nacional de Câncer (BRASIL, 2025). No Rio Grande do Sul, a taxa de incidência de câncer colorretal encontra-se entre as mais elevadas do país, especialmente em cidades do interior, como as que compõem a região do Vale do Paranhana (ULGUIM et al., 2022). Estudos indicam que fatores como idade, sexo, escolaridade e localização geográfica influenciam diretamente no diagnóstico e tratamento da doença. Compreender essas disparidades é essencial para desenvolver estratégias de intervenção mais eficazes (SCHAEDLER et al., 2024). A escolha pelo estudo do perfil sociodemográfico e clínico de pacientes com câncer de reto surgiu da observação da relevância epidemiológica dessa neoplasia no Brasil. Dentro desse grupo, o câncer de reto representa uma parcela significativa dos diagnósticos, sendo uma condição que impacta diretamente na qualidade de vida dos pacientes e exige acompanhamento contínuo. A literatura aponta que o perfil sociodemográfico pode aumentar a vulnerabilidade para o desenvolvimento do câncer, afetando o acesso às ações e procedimentos de prevenção, o tempo para definição de diagnóstico, a escolha da modalidade terapêutica e, consequentemente, o prognóstico e a sobrevida dos pacientes. Estudos regionais são fundamentais para identificar essas vulnerabilidades específicas e propor intervenções adequadas (MAIA; GRELLO; CUNHA, 2021). Estudos apontam que fatores como envelhecimento populacional, dieta pobre em fibras, sedentarismo, histórico familiar e comorbidades, como obesidade e diabetes, são prevalentes entre os pacientes com essa neoplasia (ULGUIM et al., 2022). A relevância deste estudo se manifesta tanto no âmbito social quanto acadêmico e científico. Socialmente, conhecer o perfil dos pacientes acometidos por esse tipo de câncer na região estudada contribui para a identificação de grupos vulneráveis e para o direcionamento de ações de saúde mais eficazes e contextualizadas. No campo acadêmico, o estudo colabora para suprir a escassez de pesquisas em regiões mais interioranas, fugindo do foco predominante nos grandes centros urbanos (SILVA et al., 2020). Com isso, espera-se que este estudo ajude a ampliar o conhecimento na área da saúde, especialmente nas áreas de oncologia e saúde pública. Os resultados poderão servir de base para novas pesquisas e subsidiar profissionais e gestores na formulação de estratégias de cuidado, prevenção e educação em saúde mais alinhadas com a realidade regional. Objetivos: Este estudo tem como objetivo analisar o perfil sociodemográfico e clínico de pacientes diagnosticados com câncer de reto atendidos em uma clínica oncológica localizada no Vale do Paranhana ? RS. Métodos: Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, com delineamento descritivo e retrospectivo, realizado a partir da análise de prontuários de pacientes diagnosticados com câncer de reto. A pesquisa será desenvolvida em uma clínica oncológica situada na região do Vale do Paranhana ? RS, sendo incluídos todos os pacientes diagnosticados com câncer de reto entre os meses de junho de 2024 a junho de 2025. Os critérios de inclusão envolveram pacientes com diagnóstico confirmado por laudo histopatológico, com idade igual ou superior a 18 anos, e que realizaram acompanhamento ativo na instituição. Serão excluídos prontuários com dados incompletos. Os dados serão coletados através de prontuário eletrônico, contendo variáveis sociodemográficas (idade, sexo, estado civi e cidade em que reside) e clínicas (estadiamento, tipo de tratamento, comorbidades associadas, fatores de risco e tempo de diagnóstico). Resultados Esperados: Espera-se que o estudo revele um predomínio de pacientes do sexo masculino com idade superior a 60 anos. O estadiamento avancado do câncer de reto está associado à maior demora entre o diagnóstico e o início do tratamento. Acredita-se que pacientes com menor nível de escolaridade tendem a ser diagnosticados em estágios mais avançados da doença. Possivelmente, a quimioterapia seja o tratamento mais utilizado entre os pacientes diagnosticados com câncer de reto na instituição. Considerações: A compreensão do perfil sociodemográfico e clínico de pacientes com câncer de reto permite identificar padrões e fatores que influenciam diretamente no processo de adoecimento e na









resposta terapêutica. O conhecimento gerado por este estudo poderá auxiliar profissionais de saúde, gestores e pesquisadores no planejamento de ações mais direcionadas ao diagnóstico precoce, prevenção e tratamento da doença. Além disso, contribui para a construção de estratégias educativas, voltadas à promoção da saúde e ao empoderamento dos pacientes frente à sua condição. Espera-se que os resultados sirvam de base para novas investigações e para a elaboração de intervenções específicas que promovam maior adesão ao tratamento, bem como a melhoria da qualidade de vida das pessoas acometidas por essa neoplasia. Dessa forma, o presente estudo busca não apenas preencher lacunas no campo da pesquisa em saúde, mas também fomentar transformações na prática clínica e na organização do cuidado oncológico.

Descritores: Câncer Colorretal, Oncologia Clínica, Perfil de Saúde.

Referências

BRASIL. Câncer de cólon e reto. Disponível em: https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/numeros/estimativa/sintese-de-resultados-e-comentarios/cancer-de-colon-e-reto. Acesso em: 21 abr. 2025.

MAIA, A. E. S.; GRELLO, F. A. DE C. G.; CUNHA, K. DA C. Perfil Sociodemográfico e Clínico de Pacientes com Câncer Cadastrados no Programa de Visita Domiciliar de um Hospital da Rede Pública. Revista Brasileira de Cancerologia, v. 67, n. 2, p. 05864, 2021.

SCHAEDLER, A. C. et al. Disparidades sociodemográficas no câncer colorretal no Brasil, 1990-2019. Saúde em Debate, v. 48, n. 143, p. e8880, 2024.

SILVA, M. J. R. B. et al. Características sociodemográficas e clínicas de pessoas adoecidas por câncer colorretal submetidas ao tratamento cirúrgico. Research, Society and Development, v. 9, n. 8, p. e527985829?e527985829, 2020.

ULGUIM, C. K. et al. Perfil Epidemiológico de Pacientes com Câncer Colorretal. Revista Médica do Paraná, v. 79, n. 2, p. 1616, 2022.









Tecendo redes: a enfermagem como pilar na prevenção da violência infantil na Atenção Básica

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Djênifer Fernanda da Costa Becker, Magna Roberta Birk, Gabriela Camponogara Rossato, Rubellita Holanda Pinheiro Cunha.

Correspondência: djenifercosta@sou.faccat.br

Introdução: A violência representa uma das piores experiências adversas na infância interferindo no curso normal do desenvolvimento infantil. É um grande problema social e de saúde que chega como demanda no cotidiano da Atenção Básica (AB). A Violência infantil (VI) abrange atos de abuso físico, psicológico, sexual, negligência e exploração. No Brasil entre 2011 e 2018 as notificações de VI chegaram a 46 mil por ano. No Rio Grande do Sul entre os anos de 2014 e 2018 ocorreram 8.716 notificações de violência sexual, sendo que 4,6% dessas na AB. Objetivo: Descrever o papel do enfermeiro na identificação e no manejo nos casos de VI. Método: Revisão narrativa realizada em abril de 2025, com artigos publicados nos últimos 5 anos, nas bases de dados SciELO e PubMed, e com consulta no Conselho Nacional de Justica. Resultados: Na AB através do acolhimento, uso de linguagem acessível e visitas domiciliares o enfermeiro pode se aproximar do público infantil e usar essas estratégias como vigilância e cuidado. Esse profissional pode identificar sinais precoces de VI a partir da consulta de enfermagem observando alterações no comportamento, lesões físicas recorrentes, atrasos no desenvolvimento e sinais indiretos de negligência por parte dos cuidadores. Exerce ainda um papel fundamental na articulação com a rede de proteção social, realizando notificações de suspeitas de violência, acionando as instituições responsáveis, como os Conselhos Tutelares, Centro Referência da Assistência Social e escolas. O elo entre estas áreas garante o cuidado adequado e que esses casos sejam tratados com a devida seriedade. Considerações finais: Investir em capacitações para os profissionais da AB é de extrema importância para que estes possam intervir de forma precoce no casos, evitando maiores prejuízos no desenvolvimento físico e emocional das vítimas, garantindo os direitos humanos das crianças.

Descritores: Atenção Primária à Saúde, Maus-tratos Infantis, Enfermagem.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). FÓRUM NACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. Me proteja: campanha de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Brasília: CNJ, 2020. 39 p. Disponível em: https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/bitstream/123456789/553/1/me-proteja-campanha-contra-violencia-infantojuvenil-foninj-unicef.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

CORREIA, Beatriz. O. P. de C. et al. A importância da Atenção Primária à Saúde na identificação da violência infantil. Revista Eletrônica Acervo Saúde, São Luís, v. 15, n. 7, p. e10728, 23 jul. 2022. DOI: 10.25248/reas.e10728.2022. Disponível em:https://doi.org/10.25248/reas.e10728.2022. Acesso em: 19 abr. 2025.

LOURENÇO, Samara. S. et al. Notifications of sexual violence against children and adolescents in Rio Grande do Sul, Brazil: a descriptive study, 2014-2018. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 32, n. 2, e2022853, 2023. DOI: 10.1590/S2237-96222023000200004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000200004. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARCOLINO, Emanuella. C. et al. Violence against children and adolescents: nurse?s actions in primary health care. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 75, supl. 2, e20210579, 2022. DOI: 10.1590/0034-7167-2021-0579. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0579. Acesso em: 18 abr. 2025.

PACHECO, Samantha. S. et al. Atuações de enfermeiros da atenção primária na prevenção de abuso sexual infantil em contexto escolar. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v. 17, n. 13, p. 1-18, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.13-242. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.13-242. Acesso em: 18 abr. 2025.

RUBIO, Carla. A. R. et al. Rede de proteção às crianças/adolescentes vítimas de violência: revisão de escopo. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e18142023, 2025. DOI: 10.1590/1413-









81232025303.18142023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232025303.18142023. Acesso em: 17 abr. 2025.









Assistência de enfermagem na amamentação no pós-parto

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Fabiane de Lima Pereira, Rubellita Holanda Pinheiro Cunha Gois, Monique Eva de Vargas Cardoso,

Mariele Cunha Ribeiro.

Correspondência: fabianelimap@gmail.com

Introdução: O aleitamento materno é crucial para o desenvolvimento infantil, uma vez que além de estreitar lacos afetivos entre mãe e filho oferece benefícios nutricionais e imunológicos essenciais para a criança. Por certo, a cada parto é uma experiência nova para as parturientes, até mesmo para aquelas que já passaram por essa experiência anteriormente. No entanto, por questões técnicas e por vezes emocionais, as mulheres primíparas são tendenciosas a terem maior dificuldade na amamentação, motivo pelo qual são essenciais as orientações quanto a importância do aleitamento exclusivo e seus benefícios. Objetivo: Analisar o papel do enfermeiro na assistência a amamentação no puerpério. Método: Trata-se de uma revisão de literatura, realizada em abril de 2025, a partir da busca na base de dados PubMed elegeu-se 4 artigos, em inglês, publicados nos últimos 5 anos. Resultados: Pode-se observar que a orientação do enfermeiro é determinante na prevenção de intercorrências como a pega incorreta, dor mamilar, fissuras e ingurgitamento mamário. A demonstração prática de técnicas de amamentação, e aconselhamento emocional logo no puerpério reduzem as taxas de desmame precoce entre as mulheres. O apoio adequado à amamentação pós-parto e durante o período hospitalar contribui para o sucesso da amamentação pósalta. As primíparas requerem maior atenção durante a prática. Considerações: Com isso, se torna extremamente construtiva a atuação de enfermeiros capacitados para instruir as puérperas quanto às possíveis dúvidas, sendo a atuação desses profissionais fundamental para ajudá-las a superar os desafios da amamentação, reduzindo o desmame precoce e garantindo práticas seguras.

Descritores: Aleitamento Materno, Paridade, Cuidados de Enfermagem.

2115%2824%2900087-3. Acesso em: 21 abr. 2025.

Referências

JIANG, Mei et al. Comparation of knowledge, attitude and social support of exclusive breastfeeding between primiparae and multiparae after delivery within 6 months in Changsha, China: a cross-sectional study. Transl Pediatr, v. 11, n. 8, p. 1323-1335, 2022. DOI: 10.21037/tp-22-327. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9442209/pdf/tp-11-08-1323.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025. LOJANDER, Jaana; AXELIN, Anna; NIELA-VILÉN, Hahhakaisa. Breastfeeding exclusivity, difficulties, and support in the first days after hospital discharge: A correlational study. Midwifery, European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology, [S.I.], v. 290, p. 76-82, mar. 2024. DOI: 10.1016/j.ejogrb.2024.03.012. Disponível em: https://www.ejog.org/action/showPdf?pii=S0301-

TORREGLOSA, Mariana Ruiz et al. Effectiveness of individualized counseling on the duration of exclusive breastfeeding: study protocol for a multicenter, randomized, parallel, and open clinical trial. Trials, v. 24, n. 1, p. 483, 15 jul. 2023. DOI: 10.1186/s13063-023-07490-y. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10350262/pdf/13063_2023_Article_7490.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

YILAK, Gizachew et al. Prevalence of ineffective breastfeeding techniques and its associated factors among breastfeeding mothers in Ethiopia: A systematic review and meta-analysis. PLoS ONE, v. 19, n. 6, 13 jun. 2024. DOI: 10.1371/journal.pone.0303749. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11175424/pdf/pone.0303749.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.









O uso da profilaxia antimicrobiana na prevenção de infecção cirúrgica

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Gislaine Schwertz de Oliveira, Mariele Cunha Ribeiro, Monique Eva Vargas Cardoso, Rubellita Holanda

Pinheiro Cunha Góis.

Correspondência: schwertzgislaine@gmail.com

Introdução: Segundo o Centers for Disease Control and prevention (CDC) infecções de sítio cirúrgico são infecções que ocorrem no local da cirurgia, podendo afetar a pele, tecidos profundos ou órgãos, geralmente dentro de 30 dias após o procedimento ou até um ano, em casos de implantes. A profilaxia antimicrobiana (PA) é amplamente utilizada na prevenção de infecções de sítio cirúrgico (ISCs), reduzindo complicações ao paciente e evitando gastos desnecessários às instituições. A escolha do antibiótico deve considerar o tipo de cirurgia e o perfil do paciente, atentando ao momento e a duração do uso. Objetivo: Analisar a importância da profilaxia antibiótica no pré-operatório na prevenção de infecções cirúrgicas como medida de seguranca do paciente. Método: Trata-se de uma revisão de literatura, em base de dados eletrônicos PubMed, com publicações entre os anos de 2020 a 2025, nos idiomas português e inglês, realizada em abril de 2025. Resultado: A profilaxia antimicrobiana é fundamental na prevenção de ISCs, especialmente em procedimentos limpos e complexos. As ISCs não só afetam a saúde dos pacientes, como também sobrecarregam financeiramente os sistemas de saúde. O uso adequado da PA e com tempo de uso reduzido contribui para a segurança do paciente, evita a resistência bacteriana e melhora os desfechos clínicos. Além disso, essa prática fortalece a qualidade da assistência, promovendo um cuidado mais seguro, eficaz e centrado no paciente. Embora eficaz, a PA pode causar efeitos adversos e aumentar a resistência bacteriana, sendo essencial avaliar seus riscos e benefícios antes da administração. Considerações: O uso adequado da profilaxia antimicrobiana é essencial para prevenir infecções, garantir a segurança do paciente e fortalecer a qualidade da assistência. Essa prática contribui para um cuidado mais seguro e eficaz na rotina cirúrgica para, assim, obtenção de desfechos cirúrgicos satisfatórios.

Descritores: Antibioticoprofilaxia, Infecção da Ferida Cirúrgica, Paciente Cirúrgico.

Referências

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medidas de prevenção de infecção relacionada à assistência à saúde. Brasília: ANVISA, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-4-medidas-de-prevencao-de-infeccao-relacionada-a-assistencia-a-saude.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Guideline for the prevention of surgical site infection, 2017. Atlanta: CDC, 2017. Disponível em: https://www.cdc.gov/infectioncontrol/quidelines/ssi/index.html. Acesso em: 29 abr. 2025.

DHOLE, S.; MAHAKALKAR, C.; KSHIRSAGAR, S.; BHARGAVA, A. Antibiotic prophylaxis in surgery: current insights and future directions for surgical site infection prevention. Cureus, [S. I.], v. 15, n. 10, p. e47858, 28 out. 2023. DOI: https://doi.org/10.7759/cureus.47858. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10680052/. Acesso em: 14 abr. 2025.

LEEM, G. et al. Randomized Trial of Prophylactic Antibiotics for Endoscopic Retrograde Cholangiopancreatography in Patients With Biliary Obstruction. American Journal of Gastroenterology, v. 119, n. 1, p. 183-190, jan. 2024. DOI: 10.14309/ajg.00000000000002495. Epub 2023 sep. 15. PMID: 37713527; PMCID: PMC10758346. NAGATA, K. et al. Effect of antimicrobial prophylaxis duration on health care-associated infections after clean orthopedic surgery: a cluster randomized trial. JAMA Network Open, [S.I.], v. 5, n. 4, e226095, 1 abr. 2022. DOI: 10.1001/jamanetworkopen.2022.6095. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35412627/. Acesso em: 14 abr. 2025.









O impacto do transtorno do espectro autista no desenvolvimento da linguagem, comunicação e habilidades motoras em criancas

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Larissa Maria Guimarães.

Correspondência: <u>larissamaria1605@gmail.com</u> Introdução: O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento que se manifesta nos primeiros anos de vida, comprometendo a comunicação, interação social e comportamento. Estima-se que 1% da população mundial seja diagnosticada com TEA, e cerca de 75% apresenta deficiência intelectual e dificuldades motoras e sensoriais, impactando negativamente a autonomia e

Estima-se que 1% da população mundial seja diagnosticada com TEA, e cerca de 75% apresenta deficiência intelectual e dificuldades motoras e sensoriais, impactando negativamente a autonomia e gualidade de vida. Nesse contexto, tecnologias educativas e assistivas estão sendo desenvolvidas para apoiar o desenvolvimento infantil, facilitando aprendizagem, interação social e atividades cotidianas. Objetivo: Analisar o impacto do autismo no desenvolvimento da linguagem, comunicação e habilidades motoras em crianças. Método: Trata-se de uma revisão narrativa baseada na pesquisa de artigos completos e gratuitos na língua portuguesa e inglesa, publicados nos últimos 5 anos e disponíveis na base de dados Scielo. Resultados: O estudo destaca a relação entre dificuldades motoras e sociais em crianças com TEA, observando que 30% enfrentam desafios em comportamento, aprendizagem e comunicação. A intervenção precoce e a avaliação fisioterapêutica são fundamentais para o desenvolvimento motor. Além disso, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem se mostrado eficaz na adaptação escolar. A pesquisa ressalta a necessidade de mais estudos para promover a inclusão e autonomia dessas criancas. O desenvolvimento da linguagem e da comunicação em crianças com TEA está diretamente relacionado às habilidades motoras e ao uso de recursos educativos especializados. Tecnologias assistivas são essenciais para promover autonomia e facilitar o aprendizado, tornando intervenções que integrem aspectos motores e tecnológicos fundamentais para o desenvolvimento dessas crianças. Considerações: O autismo impacta significativamente o desenvolvimento da linguagem, comunicação e habilidades motoras em crianças. A escassez de diagnóstico, tecnologias e suporte especializado, somada à baixa capacitação docente, reforca a necessidade de políticas públicas, formação profissional e intervenções baseadas em evidências que favoreçam o desenvolvimento global dessas crianças.

Descritores: Deficiências do Desenvolvimento, Transtorno Autístico, Assistência Integral à Saúde...

Referências

BATISTA, Daniele Mesquita; GOULART, Emilly Vasconcelos; OLIVEIRA, Ana Ricelly Pereira de; SANTOS, Pamela Farias; VALOIS, Rubenilson Caldas; FERREIRA, Maria Goreth Silva. Tecnologias assistivas e educativas para crianças com transtorno do espectro autista: um estudo bibliométrico. Cogitare Enfermagem, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ce.v29i0.95019. Acesso em: 23 de março de 2025.

MARTINS, Juliana dos Santos; CAMARGO, Síglia Pimentel Hoher. A adaptação de crianças com autismo na pré-escola: estratégias fundamentais na Análise do Comportamento Aplicada. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5014. Acesso em: 22 de março de 2025.

NASCIMENTO, Iramar Baptistella do; BITENCOURT, Cristiano Rech; FLEIG, Raquel. Estratégias para o transtorno do espectro autista: interação social e intervenções terapêuticas. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0047-2085000000326. Acesso em: 22 de março de 2025. TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vânia Reis; FERNANDES, Conceição Santos. Incidência de transtorno global do desenvolvimento em crianças: características e análise a partir dos CAPSi. Psicologia USP, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-6564e210002. Acesso em: 21 de abril de 2025.









Entre invisibilidades e resistências: o acesso à saúde de mulheres sáficas

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Laura Patrícia Correa, Magna Roberta Birk, Rubellita Holanda Pinheiro Cunha Gois, Gabriela

Camponogara Rossato.

Correspondência: laurapcorrea2000@gmail.com

Introdução: Mulheres sáficas categoria que abrange lésbicas, bissexuais e aquelas que mantêm relações afetivo-sexuais com outras mulheres constituem um grupo historicamente marginalizado nas políticas e práticas de saúde pública. A noção de "sáfica" propõe uma compreensão ampliada das sexualidades dissidentes, ultrapassando os limites das classificações tradicionais de orientação sexual ao incluir múltiplas formas de vivência afetiva e corporalidades que desafiam a lógica heteronormativa. Ainda que avanços normativos sinalizem a importância da equidade no acesso aos serviços, pesquisas contemporâneas evidenciam que o sistema de saúde brasileiro permanece estruturado de modo a inviabilizar tais experiências. Esse cenário aponta para a necessidade de um olhar interseccional e crítico que reconheça as especificidades dessas mulheres e contribua para a construção de um cuidado mais ético, sensível e inclusivo. Objetivo: Conhecer o que existe na literatura sobre o acesso à saúde de mulheres sáficas. Metodologia: Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados SciELO, onde foram selecionados cinco artigos que se enquadram na temática proposta. Resultado: Com base nos artigos analisados, evidencia-se que mulheres saficas enfrentam barreiras persistentes no acesso aos servicos de saúde, como a invisibilização de suas demandas, a discriminação institucional e a carência de preparo técnico e sensibilidade por parte dos profissionais. Os estudos apontam que essas mulheres muitas vezes evitam buscar atendimento por medo de julgamento ou por experiências negativas anteriores, o que compromete a prevenção e o cuidado integral. Conclusão: Para superar essas barreiras, é essencial investir em formação profissional com enfoque em diversidade sexual, além da criação e fortalecimento de políticas públicas que promovam equidade e acolhimento.

Descritores: Minorias Sexuais e de Gênero, Saúde sexual, Homossexualidade Feminina.

Referências

AZEVEDO, A. F. de et al. Saúde sexual e acesso aos serviços para mulheres lésbicas em Manaus, Amazonas, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 121-132, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/yJyGBbt8xz73yhqXfDpkRjQ/. Acesso em: 10 abr. 2025.

CORRÊA, Jaciane Ribeiro; SOUSA, Michelle Cordeiro de; FERREIRA, Laiane Marques. Mulheres sáficas: uma análise interseccional sobre seus acessos e experiências no campo da saúde. Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023. Disponível em: https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/7026. Acesso em: 24 abr. 2025.

SANTOS, F. J. dos; LUZ, R. M. da. Mulheres que fazem sexo com mulheres: práticas sexuais, prevenção de IST/HIV e atendimento em saúde. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 34, e220287, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812022000701687. Acesso em: 10 abr. 2025.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Por debaixo do arco-íris: perspectivas de mulheres lésbicas e bissexuais sobre saúde e doença. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 1-14, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/TktzBBsC6RFZmrCHMZz7k4R/?lang=pt. Acesso em: 14 abr. 2025. SILVA, A. das N.; GOMES, R. Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 3, p. 5351?5360, nov. 2021. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2021.v26suppl3/5351-5360/. Acesso em: 14 abr. 2025.









Além das estatísticas: saúde sexual de mulheres sáficas

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Laura Patrícia Correa, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: laurapcorrea2000@gmail.com

Introdução: No cenário brasileiro, observa-se que a saúde sexual de mulheres sáficas, aquelas que se identificam como lésbicas ou bissexuais e se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres, ainda é marcada por negligência, invisibilidade e ausência de políticas públicas direcionadas. Embora a população LGBTQIA+ tenha conquistado alguns direitos civis nas últimas décadas, as mulheres sáficas, que fazem parte desta população, continuam enfrentando barreiras estruturais, simbólicas e institucionais que comprometem seu acesso pleno e equitativo aos serviços de saúde (Silva et al., 2020). A saúde sexual é considerada um dos pilares fundamentais para o bem-estar humano, sendo reconhecida como direito pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015). Uma das expressões mais preocupantes dessa negligência é a ausência de estratégias específicas voltadas à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre mulheres sáficas. A falsa ideia de que relações sexuais entre mulheres envolvem menor risco de contágio acaba por alimentar estigmas e desinformações, resultando em subnotificações e no desinvestimento em ações preventivas voltadas a esse público (Brasil, 2022). A literatura aponta que essas mulheres estão igualmente vulneráveis a ISTs como HPV, sífilis e clamídia, especialmente quando há múltiplas parcerias, uso de objetos compartilhados sem proteção e ausência de acompanhamento ginecológico regular (Figueiredo et al., 2023). A invisibilidade dessa realidade compromete a construção de estratégias de cuidado que sejam de fato efetivas. Outro fator agravante está relacionado à formação dos profissionais de saúde. Ainda há uma lacuna significativa no preparo ético e técnico para o atendimento a pessoas LGBTQIA+, o que gera experiências negativas para mulheres sáficas, como constrangimento, preconceito ou omissão de informações. Esse cenário desestimula a busca por cuidados médicos, fazendo com que muitas dessas mulheres evitem os serviços por medo de iulgamento ou da não escuta de suas demandas específicas (Monteiro et al., 2019). Soma-se com a carência de materiais educativos, campanhas preventivas e profissionais capacitados sobre a sexualidade e saúde de mulheres sáficas, o que contribui para sua invisibilidade e limita o acesso a cuidados adequados (Berrut et al., 2022). Além disso, as práticas sexuais sáficas são frequentemente excluídas dos sistemas de registro e vigilância em saúde, dificultando o levantamento de dados sobre prevalência de ISTs, uso de métodos de proteção e barreiras de acesso aos serviços. No Rio Grande do Sul, estado onde esta pesquisa está inserida, essa guestão é ainda mais crítica, dado o contexto de desigualdades sociais e culturais que agravam a vulnerabilidade de populações já marginalizadas (Garcia et al., 2021). A ausência de dados desagregados por identidade de gênero e orientação sexual impede a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, perpetuando a exclusão institucional. A cultura heteronormativa que estrutura a sociedade brasileira também é um elemento determinante nesse processo. As identidades de gênero e orientações sexuais divergentes do padrão heterossexual são frequentemente silenciadas e marginalizadas, o que impacta diretamente no reconhecimento das necessidades de saúde específicas dessas populações (Silva et al., 2021). A identidade, nesse contexto, torna-se um eixo importante na consolidação de movimentos sociais e na luta por reconhecimento, políticas públicas e atenção adequada. O apagamento da experiência lésbica no Brasil tem raízes históricas profundas. A construção da identidade lésbica ocorreu de forma marginalizada, sendo frequentemente excluída dos diálogos, tanto no movimento feminista quanto no movimento homossexual hegemônico. Conforme argumenta Garcia (2018), as mulheres sofreram com o apagamento sistemático de sua sexualidade até meados do século XX, quando os direitos sexuais começaram a ser discutidos no cenário internacional. Objetivos: Diante de tais lacunas e desafios, esta pesquisa busca investigar a saúde sexual de mulheres sáficas no contexto do Rio Grande do Sul, com foco em suas práticas sexuais, acesso aos serviços de saúde e prevalência de ISTs. Métodos: Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, com delineamento descritivo e corte transversal, realizada com mulheres sáficas maiores de 18 anos que tenham tido relações sexuais com outras mulheres no último ano. A investigação será realizada por meio da aplicação de um formulário online contendo questões objetivas, elaborado com base na revisão da literatura e nos objetivos da pesquisa. O instrumento









será submetido à avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). Somente após a aprovação ética, o formulário será disponibilizado virtualmente para a participação das mulheres sáficas que compõem o público-alvo da pesquisa. Os dados serão organizados em planilhas no Microsoft Excel e posteriormente analisados com auxílio de software estatístico, utilizando medidas como média, desvio-padrão e frequências relativas. Resultados: Os resultados esperados desta pesquisa visam contribuir significativamente para a visibilidade e compreensão da saúde sexual de mulheres sáficas no contexto do Rio Grande do Sul. Espera-se identificar lacunas no acesso a servicos de saúde, especialmente relacionados à prevenção, diagnóstico e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), bem como apontar barreiras estruturais, simbólicas e institucionais que dificultam o cuidado integral a esse grupo. Através da análise das respostas ao formulário, pretende-se evidenciar padrões de práticas sexuais, uso (ou não) de métodos de proteção e freguência de consultas ginecológicas, além de compreender o nível de informação que essas mulheres possuem sobre saúde sexual. Também se espera identificar percepcões das participantes sobre o acolhimento recebido nos servicos de saúde, incluindo possíveis experiências de preconceito, omissão ou negação de atendimento, o que pode influenciar diretamente na busca por cuidados. A pesquisa poderá revelar ainda a insuficiência de campanhas educativas e materiais informativos voltados às especificidades da sexualidade sáfica, refletindo a persistente invisibilidade desse grupo nas políticas públicas de saúde. A partir dos dados obtidos, pretende-se fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias mais inclusivas e eficazes de promoção da saúde sexual, com base em evidências. A expectativa é de que os resultados contribuam para a formação de profissionais da saúde mais preparados, sensíveis às demandas da população LGBTQIA+, além de fomentar discussões no âmbito acadêmico, institucional e político. Considerações: As considerações finais desta pesquisa apontam para a urgência de se romper com a invisibilidade histórica que cerca a saúde sexual de mulheres sáficas. Os desafios enfrentados por esse grupo revelam não apenas lacunas no acesso aos servicos de saúde. mas também uma profunda carência de políticas públicas inclusivas, formação adequada de profissionais e produção de dados que contemplem suas especificidades. A realização deste estudo busca contribuir com a construção de um olhar mais sensível e equitativo sobre as práticas sexuais, o cuidado ginecológico e a prevenção de ISTs entre mulheres sáficas.

Descritores: Minorias Sexuais e de Gênero, Saúde sexual, Homossexualidade Feminina.

Referências

BERRUT, Sylvan; DESCUVES, Anne; ROMANENS-PYTHOUD, Stéphanie; JEANNOT, Émilien. Santé sexuelle et reproductive des femmes ayant des rapports sexuels avec des femmes en Suisse. Santé publique, Paris, v. 34, n. esp. 2, p. s133?s143, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37336727/. Acesso em: 14 de maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico de ISTs. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acesso em: 10 maio 2025.

FIGUEIREDO, T. M.; ALMEIDA, R. R.; SANTOS, M. A. Vulnerabilidades às ISTs entre mulheres que fazem sexo com mulheres: uma revisão integrativa. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 57, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/i/reeusp. Acesso em: 10 maio 2025.

GARCIA, L. T.; OLIVEIRA, M. A.; RIBEIRO, P. R. Invisibilidade das mulheres lésbicas e bissexuais nas políticas públicas de saúde no Sul do Brasil. Ciência & saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 3743?3752, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc. Acesso em: 10 maio 2025.

GARCIA, M. V. Mulheres e sexualidade: uma análise da invisibilidade social da mulher lésbica. Revista estudos feministas, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1?10, 2018.

MONTEIRO, S. S.; VILLELA, W. V.; SOUZA, L. D. Silêncios e barreiras no cuidado em saúde sexual de mulheres que fazem sexo com mulheres. Physis: revista de saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/yGPBGLXyxGBd46tmbSvbvQc/. Acesso em: 10 maio 2025. OMS? Organização Mundial da Saúde. Sexual health, human rights and the law. Geneva: WHO, 2015. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789241564984. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVA, A. das N.; GOMES, R. Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura. Ciência & saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 3, p. 5351?5360, 2021. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2021.v26suppl3/5351-5360/. Acesso em: 14 abr. 2025.









Desafios para a eliminação do câncer do colo do útero no Brasil: uma revisão integrativa da literatura

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Letícia Inês Vieira Dienstmann, Magna Roberta Birk, Rubellita Holanda Pinheiro Cunha Gois, Gabriela

Camponogara Rossato.

Correspondência: leticiadienstmann@sou.faccat.br

Introdução: Apesar de ser uma doença prevenível e com altas chances de cura quando diagnosticada precocemente, o câncer de colo do útero ainda representa um dos principais desafios na saúde pública. Objetivo: Analisar, com base na literatura científica, os fatores que contribuem para o aumento da incidência do câncer do colo do útero no Brasil. Método: Revisão integrativa da literatura com artigos publicados nos últimos cinco anos, selecionados nas bases SciELO e PubMed. Resultados: O uso de anticoncepcionais orais (ACO) e o tabagismo aumentaram significativamente o risco de alterações cervicais, com elevação superior a cinco vezes, especialmente quando associados à história de citopatológico alterado. Obstáculos como baixa cobertura vacinal, rastreamento insuficiente e desigualdade no acesso ao tratamento representam os principais desafios na saúde. Discussão: A persistência do câncer do colo do útero como um problema de saúde pública no Brasil reflete não apenas falhas nas estratégias de prevenção primária e secundária, mas também a interseção entre fatores comportamentais, desigualdades sociais e a ineficiência das políticas públicas de saúde. Considerações: É crucial uma abordagem mais integrada e equitativa para superar as barreiras enfrentadas, considerando as diferenças regionais e sociais do Brasil. Para avançar na eliminação do câncer do colo do útero, é essencial fortalecer as políticas públicas, melhorar o acesso à prevenção e garantir diagnóstico precoce e tratamento adequado para todas as mulheres.

Descritores: Câncer de Colo do Útero, Papanicolau, Atenção Primária.

Referências

Azevedo e Silva G et al. Avaliação das ações de controle do câncer de colo do útero no Brasil e regiões a partir dos dados registrados no Sistema Único de Saúde. Cad Saúde Pública. 2022 Jul 25;38(7):e00041722. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311XPT041722 Acesso em: 20/04/2025

Cerqueira et al. Controle do câncer do colo do útero na atenção primária à saúde em países sul-americanos: revisão sistemática. 2022;46:e107. Disponível em: https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.107>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Treco et al. Prevalência e fatores associados às alterações cervicais em unidades do Sistema Único de Saúde. Rev Gaúcha Enferm. 2021;42:e20200233. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200233. Acesso em: 20 abr. 2025. Santos et al. Estimativa de Incidência de Câncer no Brasil, 2023-2025. Revista Brasileira de Cancerologia, [S. I.], v. 69, n. 1, p. e?213700, 2023. DOI: 10.32635/2176-9745.RBC.2023v69n1.3700. Disponível em: https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/3700. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil assume compromisso para erradicação do câncer de colo de útero. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/novembro/brasil-assume-compromisso-para-erradicacao-do-cancer-de-colo-de-utero. Acesso em: 20 abr. 2025.









Entre a teoria e a prática: o uso de métodos não farmacológicos para alívio da dor no trabalho de parto

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Letícia Inês Vieira Dienstmann, Edna Jeremias Martins. Correspondência: <u>leticiadienstmann@sou.faccat.br</u>

Introdução: A adoção de práticas humanizadas no contexto obstétrico, particularmente no manejo da dor durante o parto, reflete um avanco significativo nas políticas de atenção à saúde materna. No entanto, sua efetiva implementação nos serviços de saúde ainda enfrenta obstáculos estruturais, institucionais e profissionais. O medo relacionado ao parto tem sido associado a maior duração do trabalho de parto, intensificação da percepção da dor, impacto negativo na experiência subjetiva do parto e aumento na demanda por cesarianas eletivas. (ALIZADEH-DIBAZARI; MAGHALAIN; MIRGHAFOURVAND, 2024). A análise do cuidado desde o acompanhamento pré-natal até o momento do parto permite identificar fragilidades na assistência e subsidia a construção de um modelo de cuidado mais centrado nas necessidades da mulher, respeitando sua autonomia e experiência subjetiva. Os métodos não farmacológicos (MNF) para alívio da dor fazem parte das estratégias de práticas humanizadas amplamente utilizados durante o trabalho de parto como recursos de suporte físico e emocional. É um método que não exige complexidade em sua aplicação e possui base no conhecimento científico, sendo uma tecnologia leve-dura (BIGARAN et al., 2021). Técnicas como massagem, hidroterapia, deambulação, relaxamento quiado e estimulação elétrica transcutânea são MNF e têm demonstrado eficácia na redução da dor, do estresse e da ansiedade, além de contribuírem para a diminuição do tempo de trabalho de parto (SILVA et al., 2022). Em um estudo transversal foram analisados 560 prontuários de parturientes, dessas, 137 (24,5%) utilizaram a hidroterapia para alívio da dor, sendo esse o método mais utilizado. Além disso, a idade média de 25 anos, solteiras e com o ensino médio completo estiveram associados ao uso de métodos não farmacológicos. Apesar das vantagens comprovadas, a adoção dos MNF na prática clínica enfrenta barreiras, um dos fatores que pode estar associado a baixa adesão dos métodos é a falta de conhecimento das mulheres, isso se dá devido ao déficit no atendimento pré-natal (KLEIN; GOUVEIA, 2022). Permitir que a parturiente esteja acompanhada por uma pessoa de sua escolha durante o parto e nas primeiras horas após o nascimento tem se mostrado uma conduta relevante para o fortalecimento do cuidado humanizado. Essa presença está relacionada a um uso mais frequente dos métodos não farmacológicos de alívio da dor, pois favorece o início da amamentação na primeira hora de vida e proporciona à mulher maior sensação de segurança e bem-estar ao longo do processo. Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer o parto como um evento fisiológico, social e emocional, cuja vivência pode ser profundamente influenciada pela qualidade da assistência prestada (NICOLOTTI; LACERDA, 2022). No Brasil, iniciativas como a Rede Cegonha e os programas de humanização do parto vêm reforçando a necessidade de práticas baseadas em evidências e respeito à individualidade das gestantes (BRASIL, 2017). Objetivo: Conhecer a prevalência de métodos não farmacológicos utilizados pelas gestantes no trabalho de parto, além de identificar o método mais utilizado. Métodos: Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de delineamento transversal. A amostra será composta por puérperas e a coleta de dados será realizada em um hospital referência em obstetrícia, situado no Vale do Paranhana, estado do Rio Grande do Sul. Os critérios de inclusão serão puérperas com idade igual ou superior a 18 anos, que tenham realizado parto normal e que estejam nas primeiras 48h de pós-parto. Como critério de exclusão, serão desconsideradas puérperas analfabetas, em razão da natureza do instrumento de coleta. As participantes serão convidadas a integrar o estudo mediante leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após a anuência e assinatura do termo, será aplicado um questionário autoaplicável individual, composto por questões sociodemográficas, como idade e escolaridade. Será questionado se a puérpera foi orientada sobre a importância do pré-natal, número mínimo de consultas, se foi incentivada e informada sobre o direito de conhecer a maternidade onde iria realizar o seu parto, se houve alguma orientação sobre os benefícios dos métodos não farmacológicos, se teve acompanhante na sala de parto, se no parto a equipe orientou sobre o uso dos métodos, se foram utilizados métodos não farmacológicos e se sim, quais foram esses métodos (bola, chuveiro, caminhar, massagem, entre outros). Os dados obtidos serão organizados inicialmente em









um banco de dados no programa Microsoft Excel, em seguida será realizada análise estatística descritiva com o intuito de levantar os principais resultados. Este estudo segue a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o parecer consubstanciado registrado no CAEE nº 82556624.1.0000.8135. Resultados esperados: Esperase identificar a prevalência do uso de métodos não farmacológicos para o alívio da dor durante o trabalho de parto, bem como verificar qual método é mais utilizado entre as parturientes atendidas no hospital de referência. Pretende-se ainda analisar se as gestantes recebem, durante o pré-natal, orientações adequadas quanto ao uso e aos benefícios desses métodos, identificando possíveis lacunas no processo educativo. Ademais, busca-se compreender o papel da equipe de saúde na oferta e utilização dos métodos não farmacológicos, analisando sua atuação no contexto da humanização da assistência ao parto. A partir dos dados obtidos, espera-se contribuir para a construção de práticas assistenciais mais qualificadas, fundamentadas em evidências científicas e centradas nas necessidades e no protagonismo da mulher. Considerações: A valorização de práticas humanizadas no contexto do parto, especialmente por meio do uso de métodos não farmacológicos para o alívio da dor, representa um caminho promissor para a gualificação da assistência obstétrica no Brasil. A proposta deste estudo, ao investigar a utilização dos MNF pelas gestantes, suas orientações durante o pré-natal e a atuação da equipe de saúde, busca contribuir para o fortalecimento de um modelo de cuidado centrado na mulher, no respeito às suas escolhas e na promoção de um parto mais seguro e acolhedor. Mesmo sem a apresentação de resultados consolidados neste momento, os achados esperados apontam para a necessidade de ampliar o acesso à informação e à orientação adequada, bem como de investir na formação contínua das equipes multiprofissionais. Apesar dos benefícios amplamente reconhecidos, a implementação efetiva dos métodos não farmacológicos ainda encontra entraves significativos na prática clínica. Entre os desafios está a falta de conhecimento por parte das gestantes, a carência de formação específica entre os profissionais de saúde e a pouca valorização dessas práticas pelas instituições. Um aspecto essencial para transformar esse cenário é a integração das enfermeiras obstétricas na assistência ao parto e nascimento, no entanto, a falta de reconhecimento de suas competências ainda limita sua atuação. Essa situação é agravada pela manutenção de um modelo centrado no profissional médico, o que perpetua relações hierárquicas nas equipes e dificulta uma abordagem verdadeiramente interdisciplinar. Assim, torna-se indispensável superar a resistência à mudança por parte de alguns profissionais, considerando as necessidades percebidas pelas gestantes e puérperas e promovendo um cuidado baseado na escuta e na tomada de decisões compartilhadas. A identificação de barreiras e potencialidades no uso dos MNF poderá servir de base para o desenvolvimento de estratégias institucionais e educativas mais eficazes, que assegurem o protagonismo da mulher no processo do parto. Dessa forma, a pesquisa visa não apenas evidenciar práticas eficazes, mas também estimular a reflexão crítica sobre os desafios estruturais e humanos ainda presentes na assistência obstétrica, reforçando a importância de um cuidado baseado em evidências, respeito e autonomia.

Descritores: Gestante, Parto normal, Parto humanizado...

Referências

ALIZADEH-DIBAZARI, Z.; MAGHALAIN, M.; MIRGHAFOURVAND, M. The effect of non-pharmacological prenatal interventions on fear of childbirth: an overview of systematic reviews and meta-analysis. BMC Psychiatry 24, 415 (2024). https://doi.org/10.1186/s12888-024-05870-5

BIGARAN, L. T et al. Trabalho de parto: usos de métodos não farmacológicos para alívio da dor. Revista Research, Society and Development, v.10, n. 11, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19443 BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

KLEIN, B. E.; GOUVEIA, H. G.. Utilização de métodos não farmacológicos para alívio da dor no trabalho de parto. Cogitare enfermagem, v. 27, p. e80300, 2022. DOI: https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.80300 NICOLOTTI, C. A.; LACERDA, J. T.. Avaliação da organização e práticas de assistência ao parto e nascimento em três hospitais de Santa Catarina, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, n. 10, p. e00052922, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311XPT052922 SILVA, S. A. et al. Utilização de métodos não farmacológicos para o alívio da dor durante o trabalho de parto normal: revisão integrativa de literatura. Research, Society and Development, [S. I.], v. 11, n. 16, p. e118111637778, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i16.37778.5









Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): visita domiciliar como estratégia tecnológica para o cuidado integral

Tipo de produção: Pesquisa de campo (com resultados) **Categoria:** Resumo simples

Luciana Santos da Rosa, Alisson Jean Arnhold do Nascimento, Elen Mewius Brito, Inajara da Silva Ferreira Silveira, Júlia Lemes dos Santos, Thiago da Silva.

Correspondência: Lucianaoberdan@hotmail.com

Introdução: A visita domiciliar é uma importante estratégia tecnológica para o cuidado integral em saúde mental, permitindo que os profissionais acompanhem os usuários de forma interdisciplinar no contexto familiar. Objetivo: Identificar na literatura que tecnologias podem contribuir no cuidado integral junto a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Método: Revisão de literatura, conduzido nas bases de dados Pubmed, Lilacs e Scielo no período de abril/2025, para responder à pergunta norteadora: A visita domiciliar pode contribuir como tecnologia para o cuidado integral na RAPS? Critérios de inclusão: artigos acadêmicos, publicados em periódicos com resumo e texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Não foi realizada restrição quanto ao ano de publicação. Resultados e discussão: Na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a visita domiciliar é uma tecnologia leve e relacional que fortalece o cuidado em saúde mental ao promover o vínculo entre equipe e usuário, permitindo uma escuta qualificada no ambiente. Essa prática contribui para a construção de projetos terapêuticos singulares adequados à realidade, articulando cuidado e gestão de forma mais humanizada. A visita domiciliar favorece a identificação de fatores sociais que influenciam o sofrimento psíquico, possibilitando intervenções mais eficazes. Embora estudos apontem avancos como acolhimento, gratuidade e reinserção social, ainda há desafios no cuidado na RAPS. Nesse contexto, a visita domiciliar destaca-se como estratégia essencial para superar essas fragilidades, garantindo um cuidado integral e contínuo. Considerações finais: A visita domiciliar contribui para a melhoria da qualidade de vida, reconhece o papel da família na vida do paciente com transtorno mental. É uma tecnologia que enfrenta desafios como a sobrecarga de trabalho e a necessidade de lidar com questões complexas do contexto familiar e social. Fortalece os vínculos aos que têm dificuldades de transporte, mobilidade ou de acesso à rede de saúde, fornecendo uma melhor orientação e acolhimento.

Descritores: Saúde Mental, Visita Domiciliar, Cuidado Integral.

Referências

BATISTA, Tarciso Aparecido. Avaliação da eficácia da psicoeducação domiciliar individual em relação à psicoeducação em grupo para pacientes com transtorno afetivo bipolar. Ribeirão Preto: Clinical_trials/Observational_studies, 2019.

MORAIS, Ana PatríciPereira; GUIMARÃES, José Maria Ximenes; ALVES, Lana Valéria Clemente; MONTEIRO, Ana Ruth Macedo. Produção do cuidado na atenção psicossocial: visita domiciliar como tecnologia de intervenção no território. Cienc saude colet (impr), 2021.

NACAMURA, Paula Antunes Bezerra; SALCI, Maria Aparecida; COIMBRA, Valéria Cristina Christello; JAQUES, André Estevam; PIRATELLI FILHO, Mauro Belino; PINI, Jéssica dos Santos; HARMUCH, Camila; PAIANO, Marcelle. Avaliação de quarta geração em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. Esc. Anna Nery Rev. Enferm, 2022.









Intervenções de enfermagem para os pacientes com insuficiência cardíaca congestiva

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Luciano Rosa, Rubellita Holanda Pinheiro Cunha Gois, Mariele Ribeiro cunha, Monique Cardoso Eva

Vargas Cardoso. Correspondência: ctrluciano@gmail.com

Introdução: A Insuficiência Cardíaca Congestiva (ICC) trata-se da incapacidade do miocárdio de bombear o sangue para todo o organismo, gerando déficit de perfusão, podendo levar a síndrome congestiva por alta pressão de enchimento intracavitária. Globalmente a Insuficiência cardíaca (IC) afeta mais de 23 milhões de pessoas. No Brasil, a má adesão às terapias e o controle inadequado da hipertensão e diabetes são os principais fatores de risco. Objetivo: Descrever as principais intervenções de enfermagem para os pacientes com insuficiência cardíaca congestiva. Método: Trata-se de uma revisão de literatura dos últimos sete anos, em bases de dados eletrônicos como SciELO e Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) com publicação em 2018. Resultados: O processo de enfermagem permite ao enfermeiro identificar, compreender e predizer as necessidades individuais dos pacientes. As principais intervenções de enfermagem para estes pacientes incluem: avaliação e monitoramento contínuo dos sinais vitais, permitindo intervenções rápidas em caso de descompensação, educação em Saúde: Orientação sobre a importância da adesão ao tratamento, incluindo medicações, dieta e atividades físicas, para melhorar a qualidade de vida; gerenciamento de sintomas: Avaliação e maneio de sintomas como dispneia, edema e fadiga, garantindo o conforto e promoção de Autocuidado: Incentivo à prática de atividades que promovam a autonomia, como a automonitorização de peso e a identificação de sinais de alerta. Essas intervenções são fundamentais para reduzir complicações e promover uma melhor qualidade de vida para esses pacientes. Considerações: A Insuficiência Cardíaca Congestiva (ICC) requer uma abordagem multidisciplinar, na qual a enfermagem desempenha um papel vital. Os enfermeiros colaboram com outros profissionais de saúde para implementar planos de cuidado integrados e promovem estilos de vida saudáveis. Essa atuação contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e a redução de hospitalizações.

Descritores: Insuficiência Cardíaca, Terminologia Padronizada em Enfermagem, Cuidados de Enfermagem.

Referências

ARJUNAN, P. TRICHUR, R. V. The impact of nurse-led cardiac rehabilitation on quality of life and biophysiological parameters in patients with heart failure: a randomized clinical trial. J Nurs Res, 2020. Disponível em: <10.1097/JNR.000000000000000407>. Acesso em: 26 de abril 2025.

JAARSMA, P. et al. Self-care of heart failure patients: practical management recommendations from the Heart Failure Association of the European Society of Cardiology. European Journal of Heart Failure, v. 23, p. 157?174, 2021. Disponível em: <10.1002/ejhf.2008>. Acesso em: 29 abril 2025.

LEMOS, D. M. P. et al. Taxonomias de enfermagem no planejamento de alta hospitalar: estudo quase experimental.

2020.

Disponível

em:









Estresse em estudantes de enfermagem: comparação no início e no final da graduação

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Luciano Rosa, Edna Thais Jeremias Martins, Cláudia Capellari. Correspondência: ctrluciano@gmail.com

Introdução: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), o estresse é uma resposta natural a situações difíceis. Um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), destaca a necessidade urgente de que tomadores de decisão e defensores da saúde mental intensifiquem seus compromissos e ações para transformar atitudes e abordagens em relação à saúde mental e seus determinantes. A complexidade do currículo, a responsabilidade inerente ao cuidado com a vida humana e a pressão para um bom desempenho acadêmico, são apenas alguns dos fatores que contribuem para o aumento do estresse nesses estudantes(HIRSCH, 2018). De acordo com a APA (2023), o estresse pode afetar o corpo de diversas maneiras, manifestando-se em sintomas físicos e emocionais que impactam a saúde geral. Esses sintomas incluem dores de cabeça, problemas digestivos e alterações no sono, evidenciando a importância de estratégias de manejo do estresse para preservar o bem-estar. A APA enfatiza a necessidade de abordagens holísticas para o manejo do estresse, que incluam exercícios físicos, técnicas de relaxamento, apoio social e intervenções psicológicas. Lavoie-Tremblay et al. (2021), em pesquisa qualitativa, realizada com 26 estudantes de enfermagem, apontou altos níveis de estresse devido a exigências acadêmicas, com consequências adversas em suas vidas profissionais e pessoais. A sobrecarga de trabalho, a falta de tempo para atividades de lazer e a dificuldade em conciliar estudos com outras responsabilidades são fatores que contribuem para o estresse nesses estudantes. Além disso, a exposição a situações de sofrimento e morte durante os estágios clínicos pode gerar um impacto emocional significativo, aumentando o risco de burnout e outros problemas de saúde mental. De acordo com Osorio-SpuleR et al. (2023), em estudo transversal, correlacional, realizado no Chile e na Espanha (2017-2018), com 1.368 estudantes o indica que estudantes de enfermagem experimentam um nível notável de exaustão emocional, influenciado por fatores como sexo, responsabilidades e o estresse associado a metodologias de ensino específicas. Objetivo: Analisar e comparar os níveis de estresse entre estudantes de enfermagem ingressantes e concluintes da graduação na Faculdade Integrada FACCAT, em Taguara-RS Métodos: Pesquisa prospectiva, do tipo transversal e abordagem quantitativa. O estudo será realizado com estudantes de enfermagem de uma instituição do Vale do Paranhana. No primeiro momento, serão explicados os procedimentos de coleta de dados, riscos e benefícios pelo pesquisador. Como riscos mínimos, tem-se a possibilidade de constrangimento ao responder ao questionário do estudo, e por benefícios aos participantes da pesquisa, pode-se pontuar os dados da coleta de dados, pois a participação é um meio de ficar a par de suas conhecer qual seu nível de estresse. Sucederá na sequência a disponibilização de link do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse, será configurado a fim de enviar aos participantes uma cópia das respostas, logo após o preenchimento estiver completo. Ademais, não haverá configuração para preenchimento obrigatório das perguntas. Assim que ler o TCLE e após o acadêmico clicar em ?concordo em participar?, ele será direcionado ao questionário sociodemográfico. Caso não esteja de acordo em participar, o questionário não prosseguirá para o próximo passo. A amostra incluirá estudantes ingressantes que serão considerados os estudantes do primeiro ano de formação acadêmica, matriculados num componente curricular que corresponde ao primeiro semestre, na matriz curricular. Já como concluintes, serão considerados os que tiverem concluído 80% ou mais da matriz curricular. Atualmente a instituiçãopossui 29 alunos ingressantes e 18 acadêmicos concluintes. Osdados serão analisados utilizando estatísticas descritivas e inferenciais para identificar diferenças significativas entre os grupos. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa das Faculdades Integradas de Taguara, Rio Grande do Sul, Brasil, sob CAAE: 59968722.4.0000.8135 e parecer número: 5.530.900. Ressalta-se que a pesquisa foi desenvolvida à luz da Resolução 466/2012. Resultados Esperados: Esperamos que os estudantes concluintes apresentem níveis de estresse significativamente mais elevados do que os ingressantes, devido à maior carga de exigências acadêmicas. A identificação dos principais fatores de estresse pode fornecer informações importantes para o desenvolvimento de intervenções direcionadas, visando melhorar a saúde mental e o desempenho acadêmico dos estudantes.









Considerações: Estudar o estresse em diferentes fases da formação é fundamental para promover um ambiente educacional que favoreça a saúde mental e o sucesso acadêmico. Essa pesquisa não apenas contribuirá para a compreensão do fenômeno do estresse entre estudantes de enfermagem, mas também poderá ajudar a implementar estratégias que melhorem a qualidade do ensino e, consequentemente, a qualidade do cuidado prestado aos pacientes no futuro. A longo prazo, espera-se que os resultados desta pesquisa possam ser utilizados para a criação de políticas e programas de apoio aos estudantes de enfermagem, visando a promoção da saúde mental e a prevenção do estresse. Além disso, a pesquisa poderá contribuir para a formação de profissionais de enfermagem mais preparados e resilientes, capazes de lidar com os desafios da profissão e de oferecer um cuidado de qualidade aos pacientes.

Descritores: Estresse Psicológico. Estudantes de Enfermagem. Habilidades de Enfrentamento.

Referências

Referências: APA - AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Stress effects on the body. 2023. Disponível em: https://www.apa.org/topics/stress/body. Acesso em: 5 maio 2025.

HIRSCH, Carolina Domingues; et al., Fatores percebidos pelos acadêmicos de enfermagem como desencadeadores do estresse no ambiente formativo. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 27. 2018. Disponível em:< https://www.scielo.br/j/tce/a/KTNJLpSq7X73DGkf6zzkVpf/.> Acesso em: 19 mai. 2025. COSTA, Ana Lúcia Sigueira, POLAK, Catarina. Construção e Validação de Instrumento para a Avaliação

COSTA, Ana Lúcia Siqueira, POLAK, Catarina. Construção e Validação de Instrumento para a Avaliação de Estresse em Estudantes de Enfermagem (AEEE). Rev. Esc. Enferm. USP. São Paulo, 2009. Disponível em:https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000500005. > Acesso em: 30 abr. 2023.

LAVOIE-TREMBLAY, Mélanie et al. (2021). Sources of stress and coping strategies among undergraduate nursing students across all years. Canadian Journal of Nursing Research. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/08445621211028076. Acesso em: 18 de Abril 2025.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Stress. 2023. Disponível em: https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/stress Acesso em: 19 de Abril 2025. OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Stress. 2023. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao Acesso em: 17 de Maio 2025.

OSORIO-SPULER, x et al. Emotional exhaustion in nursing students. A multicenter study. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 57, e20220319, 2023. Disponível em:https://www.scielo.br/j/reeusp/a/Sn4d73X7vRrrKkjnPqj895q/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 10 maio 2025.









Perfil sociodemográfico e clínico de pacientes internados por acidente vascular cerebral

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Milene Voltz Monteiro, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: milenevoltz@sou.faccat.br

Introdução: O Acidente Vascular Cerebral (AVC), representa uma das principais causas de morte e incapacidade funcional no Brasil e no mundo, gerando impactos significativos na saúde pública e na qualidade de vida dos indivíduos afetados. De acordo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), em parceria com o Ministério da Saúde, o Brasil registrou, no ano de 2023, um total de 105.173 mil óbitos atribuídos do AVC, considerando tanto eventos classificados como isquêmicos e hemorrágicos quanto aqueles registrados de forma não especificada, conforme a Classificação Internacional da Doença (BRASIL, 2023). Em uma pesquisa global, responsável por reunir e analisar informações de saúde a nível mundial, no ano de 1990 a 2019, foram registrados mais de 12 milhões de novos casos de AVC em todo o mundo, dos quais cerca de 6.5 milhões resultaram em óbito. A maioria desses casos ocorreu em países de baixa e média renda, onde as limitações no acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento especializado dificultam a intervenção adequada, evidenciando a gravidade dessa doença nesses contextos (FEIGIN, et al., 2021). No Brasil, registros nacionais do Portal de Transparência do Registro Civil, indicaram uma elevação progressiva da mortalidade do AVC entre os anos de 2019 a 2024, superando, inclusive, os óbitos por infarto agudo do miocárdio. Em 2024 foram registrados mais de 84 mil óbitos por essa causa (CRC NACIONAL, 2025), Além de seu impacto clínico e social, o AVC também representa um elevado custo para o Sistema Único de Saúde (SUS), devido a internações prolongadas, necessidade de reabilitação intensa, readmissões frequentes e acompanhamento multiprofissional, podendo chegar a US\$27,4 mil por paciente (DITTRICH, et al., 2024). Esses dados confirmam a magnitude do AVC como um problema crônico e recorrente, cuja prevenção e o controle requerem intervenções direcionadas, especialmente para populações de maior vulnerabilidade. Fatores como idade avançada, sexo masculino, baixa escolaridade, histórico familiar e presenca de comorbidades crônicas, como hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitues, estão diretamente associados ao aumento do risco de ocorrência e de complicações decorrentes do AVC (LOPES, 2020 e LIMA, 2021). Diante dessa realidade, torna-se essencial investigar o perfil sociodemográfico e clínico dos pacientes internados por AVC, de modo a identificar padrões que permitam a atuação mais precisa dos profissionais de saúde. O levantamento dessas informações contribui não apenas para elaboração de políticas públicas baseadas em evidências, mas também para a melhoria da assistência prestada em unidades hospitalares e serviços de reabilitação. No contexto, da enfermacem, esse conhecimento auxilia no desenvolvimento de planos de cuidado mais individualizados, favorecendo o reconhecimento precoce de sinais clínicos, o manejo adequado de fatores de risco e a implementação de ações preventivas que podem reduzir a morbimortalidade associada ao AVC (ALVES, 2024). Portanto, falar sobre o AVC é, sobretudo, reconhecer a urgência e compreender uma realidade que impacta profundamente a vida de milhares de pessoas e suas famílias todos os anos. Como futura profissional de enfermagem, torna-se de extrema importância estudar e discutir o perfil sociodemográfico e clínico dos pacientes acometidos por essa condição, pois através desses dados conseguimos planejar e consolidar uma assistência mais humanizada, eficaz e centrada nas reais necessidades da população. Este estudo nasce do desejo de compreender mais para cuidar melhor, e reforça o papel da enfermagem como agente fundamental na prevenção, no cuidado e na reabilitação do paciente com AVC. Objetivos: Analisar o perfil sociodemográfico e clínico de pacientes internados com diagnóstico de AVC, por meio da descrição de suas características sociodemográficas e clínicas, bem como da verificação de possíveis associações entre essas características e o tipo de AVC apresentado. Métodos: Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, retrospectiva, de delineamento transversal. A amostra será não probabilística, do tipo conveniência, a partir de prontuários eletrônicos de pacientes com Classificação Internacional de Doenças (CID-10) I64, (Acidente Vascular Cerebral (AVC) não especificado como hemorrágico ou isquêmico) nos últimos três anos. Serão incluídos pacientes com 18 anos ou mais, com diagnóstico de AVC e excluídos pacientes que foram transferidos para outras instituições por não constar a informação do desfecho do caso. Serão coletadas variáveis sociodemográficas, como sexo,









idade, escolaridade e raca, além de dados clínicos referente a internação, como tipo de AVC, tempo de internação, exames complementares, dependência funcional e desfecho. As coletas de dados ocorrerão em duas instituições de saúde, localizadas respectivamente no Vale do Paranhana e no Vale dos Sinos. O acesso aos dados do servico será autorizado apenas mediante a anuência das instituições participantes. O projeto está de acordo com as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa solicitará a dispensa do consentimento, por ser realizada sem contato com o paciente, além de não ser utilizado dados pessoais para fins fora da pesquisa. Os dados quantitativos serão descritos por média e desvio-padrão (DP). variáveis categóricas serão apresentadas por frequências absolutas e percentuais, e os dados serão coletados através do levantamento de variáveis em uma tabela no programa Excel. Os resultados poderão ser representados por meio de gráficos, tabelas ou descritos em forma de texto corrido. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa das Faculdades Integradas de Taguara, Rio Grande do Sul, Brasil, sob CAAE: 81912124.8.0000.8135 e parecer número: 7.056.989. Resultados Esperados: Acreditase que a majoria dos casos analisados será composta por AVC do tipo isquêmico, em comparação a forma hemorrágica, corroborando com os dados epidemiológicos amplamente descritos na literatura. Quanto ao perfil sociodemográfico, projeta-se uma major predominância de indivíduos do sexo masculino, com idade superior a 60 anos, evidenciando a relação entre o processo de envelhecimento e a maior suscetibilidade a eventos cerebrovasculares. No que tange às condições clínicas, espera-se que a hipertensão arterial sistêmica (HAS) se destaque como a comorbidade mais frequente entre os pacientes internados, sendo reconhecida como o principal fator de risco modificável para a ocorrência de AVC. Considerações: Dessa forma, a presente pesquisa contribuirá para o entendimento do perfil sociodemográfico e clínico dos pacientes internados com diagnóstico de AVC, proporcionando uma análise detalhada dos fatores de risco e das características predominantes dessa população. Os dados obtidos possuem o potencial de influenciar as práticas de saúde pública, fornecendo informações essenciais para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes em prevenção, diagnóstico precoce e tratamento, com foco particular nos grupos mais vulneráveis, como idosos e pacientes com comorbidades, em especial a hipertensão arterial sistêmica. Espera-se que os achados deste estudo fortaleçam as estratégias de saúde pública e assistência, aprimorando a resposta ao AVC e permitindo a implementação de ações mais eficientes na prevenção. controle dos fatores de risco e no atendimento adequado à população afetada.

Descritores: Acidente Vascular Cerebral, Perfil de Saúde, Hospital.

Referências

ALVES FCR. et al. Assistência de enfermagem ao paciente com acidente vascular cerebral. Acervo Saúde. Revista eletrônica. Vol. 24. 2024. Disponível em: : https://doi.org/10.25248/REAS.e17500.2024. Acesso em 14 de abril de 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade? SIM/DATASUS. Óbitos por Acidente Vascular Cerebral. 2023. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def. Acesso em 14 de abril de 2025.

CRC NACIONAL. Sistema de Registro Civil Nacional ? CRC Nacional. Disponível em: https://sistema.registrocivil.org.br Acesso em 14 de abril de 2025.

DITTRICH LB, et al. Cost evaluation of acute ischemic stroke in Latin America: a multicentric study. Lancet Reg Health Am. 2024 Dec 6;41:100959. doi: 10.1016/j.lana.2024.100959. Disponível em: https://doi: 10.1016/j.lana.2024.100959. Acesso em 14 de abril de 2025.

FEIGIN et al. GBD Stroke Collaborators. Global, regional, and national burden of stroke and its risk factors, 1990?2019: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2019. The Lancet. Sep 2021. DOI: https://doi.org/10.1016/S1474-4422(21)00252-0. Acesso em 14 de abril de 2025.

LIMA BAM, et al. Perfil epidemiológico dos pacientes internados por acidente vascular cerebral no nordeste do Brasil. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 1, 2021. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5155. Acesso em 14 de abril de 2025.

LOPES, C. C. C. et al. Fatores de risco e características sociodemográficas do AVC isquêmico no Brasil? revisão sistemática. In: Avanços na Neurologia e na sua Prática Clínica 3. São Paulo: Atena Editora, 2020. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/573845/1/Avan%C3%A7os%20na%20Neurologia%20e%20na%20sua%20Pr%C3%A1tica%20Cl%C3%ADnica%203.pdf. Acesso em 14 de abril de 2025.









Perfil clínico-epidemiológico da dengue em municípios do Vale do Paranhana

Tipo de produção: Pesquisa de campo (com resultados) **Categoria:** Resumo simples

Sabrina Leticia Weber, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: sabrinalweber1999@gmail.com

Introdução: A dengue é uma doença viral, transmitida por um vetor o mosquito-fêmea Aedes aegypti. Pode ocorrer nas formas assintomática ou sintomática e em três fases clínicas. A febril é caracterizada pela temperatura corporal alta (39°C a 40°C), de início abrupta e com duração de dois a sete dias, associada a artralgias, mialgias, dor retro-orbitária, cefaleia e adinamia. A fase crítica se inicia com o declínio da febre entre o terceiro e o sétimo dias, podendo apresentar sinais de alarme como dor abdominal intensa e contínua, vômitos persistentes, letargia, sangramento. Por fim, a fase de recuperação, que ocorre com a reabsorção do líquido extravasado, levando à melhora do quadro clínico. No ano de 2024, até a semana epidemiológica 26, o estado do Rio Grande do Sul apresentou 94,6% dos seus municípios infestados pelo Aedes aegypti, com registro de 267 óbitos. Objetivo: descrever o perfil clínico-epidemiológico dos casos de dengue confirmados e notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Método: estudo observacional, transversal, retrospectivo, do tipo censo, realizado no primeiro semestre de 2024 em dois municípios do Vale do Paranhana/RS. Resultados: o número total de casos notificados e confirmados foi de 1.321, sendo 52,08% do sexo feminino, a faixa etária de 19 a 39 anos foi de 34,82%, raça branca de 95,38%, a zona urbana concentrou 96,06%, casos autóctones nos municípios (66,54%). Dos casos notificados. 95.53% não foram hospitalizados, predominou o quadro de dengue sem sinais de alarme (98,25%) e obteve-se cura em 99,77% dos casos. Os sinais clínicos predominantes foram febre (90,23%), mialgia (82,06%) e cefaleia (80,09%). Conclusão: a denque é prevalente no Vale do Paranhana/RS, sendo necessárias estratégias de prevenção, identificação, diagnóstico e tratamento.

Descritores: Dengue, Aedes, Vigilância em Saúde Pública.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Dengue: diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança. 6. ed. ? Brasília. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/dengue/dengue-diagnostico-e-manejo-clinico-adulto-e-crianca. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Dengue. 2024 Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue. Acesso em: 07 abr. 2025 .

Centro Estadual de Vigilância de Saúde (CVES). Informativo epidemiológico semestral dengue e outras arboviroses SE 01 a 26/2024. [Internet]. Porto Alegre (RS): Secretaria Estadual da Saúde; 2024. Disponível em: https://cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/202407/09140550-informativo-epidemiologico-arboviroses-se-01-a-26-2024-1.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

Brasil. Secretaria da Saúde. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Comunicado de Risco de Dengue n° 08/2024. Porto Alegre (RS): Secretaria Estadual da Saúde; 2024. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202402/20153532-2024-02-20-comunicado-de-risco-08-2024.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.









Sintomas depressivos em gestantes

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Vitoria Manoela Grooders, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: <u>groodersv@gmail.com</u>

Introdução: Conforme a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a depressão é um transtorno mental que impacta vários aspectos da vida cotidiana, como o sono, alimentação, os estudos e o trabalho. Ela afeta mais mulheres do que os homens e pode ter diversas causas, incluindo fatores genéticos. biológicos, ambientais e psicológicos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a depressão é a principal causa de incapacidade no mundo e atinge mais de 300 milhões de pessoas globalmente. Em casos graves, a depressão também pode levar ao suicídio. Conforme Pupio e Theodoro (2024), a gestação é um período de intensas mudanças físicas e emocionais que podem favorecer o surgimento da depressão, especialmente quando associadas a fatores como histórico de transtornos mentais, vulnerabilidade social e falta de apoio. Essas condições impactam a saúde materna e fetal. tornando essencial a inclusão da saúde mental no cuidado pré-natal. Segundo Lima et al. (2023), em um estudo longitudinal com 272 gestantes, realizado em São Paulo, a freguência de sintomas depressivos durante a gestação apresentou variação nas diferentes etapas da gravidez, sendo de 27,2% na primeira, 21,7% na segunda e 25,4% na terceira. Entre os principais fatores de proteção identificados estavam a maior escolaridade, a gestação planejada e a continuidade da gestação, por outro lado, a vivência ou histórico de violência psicológica se destacou como fator de risco recorrente ao longo do período gestacional. De acordo com Garfield et al. (2023), em uma pesquisa com 113 mulheres, predominantemente composta por mulheres afro-americanas, com média de idade de 24,7 anos, 42% apresentaram sintomas depressivos pós-parto elevados e 30% relataram sintomas acentuados de estresse pós-traumático. Os sintomas depressivos estavam significativamente associados ao estresse póstraumático, ansiedade-estado, idade materna e ausência do pai do bebê, fatores que, juntos, explicaram 67% da variância dos escores depressivos. Sousa e Andrade (2022) destacam, a partir de uma revisão da literatura, a importância de uma abordagem integral por parte dos enfermeiros durante o pré-natal, considerando não apenas os aspectos clínicos, mas também os psicossociais. A autora reforca que esse acolhimento ampliado pode contribuir significativamente para a redução dos níveis de ansiedade e depressão em gestantes, além de gualificar o acompanhamento pré-natal. Segundo Porcel e Silva (2023), apesar das barreiras na implementação do cuidado de enfermagem, ele é eficaz na redução dos sintomas depressivos. A identificação precoce permite adotar estratégias adequadas e encaminhar para assistência especializada, promovendo a saúde mental para essas gestantes e reduzindo custos no sistema de saúde. De acordo com Bonatti et al. (2021) em um estudo de coorte prospectiva realizado com 193 gestantes de baixo risco obstétrico atendidas na Atenção Primária à Saúde, os resultados indicaram que 25,4% das participantes apresentaram sintomas depressivos durante a gestação. Objetivo: Investigar a prevalência de sintomas depressivos em gestantes atendidas em um hospital de uma cidade do Vale do Paranhana no ano de 2025. Métodos: Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de campo e com abordagem descritiva. A coleta de dados da pesquisa será realizada no dia da consulta previamente agendada, as gestantes serão convidadas a participar do estudo enquanto aquardam atendimento, em uma sala de espera composta por usuárias de um programa de pré-natal de um município localizado no Vale do Paranhana. Serão incluídas na pesquisa mulheres com 18 anos ou mais e excluídas aquelas com diagnóstico prévio de transtornos psiquiátricos graves. A coleta de dados será realizada pela acadêmica de enfermagem Vitoria Manoela Grooders, por meio de um questionário estruturado onde serão coletados dados sociodemográficos (idade, raça/cor, escolaridade, estado civil, ocupação, renda familiar mensal e existência de relação com parceiro fixo. Também será investigada a presenca de rede de apoio social, identificando quem a compõe, guando presente), obstétricos (idade gestacional atual, se a gestação foi planejada, número total de gestações, número de partos anteriores, número de filhos nascidos vivos, presença de outros filhos além da gestação atual, tipo de parto do último filho, histórico de amamentação, e se o aleitamento materno foi exclusivo), e dados clínicos e psicossociais (presença de comorbidades clínicas e, em caso positivo, quais são, antecedentes pessoais de distúrbios emocionais, histórico de depressão anterior, ocorrência de depressão









durante gestações passadas, histórico familiar de depressão com identificação do familiar afetado, se a gestante realiza acompanhamento psicológico atualmente e se faz uso de medicação, se sim, gual medicamento utiliza). Além disso, será utilizada a Escala de Depressão de Beck-Segunda Edição (BDI-II), instrumento validado no Brasil para rastreamento e avaliação da intensidade dos sintomas depressivos categorizando os níveis de sintomas conforme os critérios: depressão mínima (0-13), leve (14-19), moderado (20-28) e grave (29-63) (GORENSTEIN; ANDRADE, 1996). Os dados coletados serão organizados no programa Microsoft Excel, e posteriormente analisados com auxílio de ferramentas estatísticas. Serão respeitados os princípios éticos conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), com garantia de sigilo, anonimato e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto original foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa conforme CAAE n° 83247124.0.0000.8135. Resultados Esperados: Espera-se que entre 10% a 20% das gestantes apresentem sintomas depressivos moderados a graves, os principais fatores associados esperase incluir: ausência de apoio familiar, gravidez não planejada e histórico de transtornos mentais. Além disso, espera-se que primigestas (mulheres na primeira gestação) e aquelas sem vínculo afetivo estável apresentem maior prevalência de sintomas. Considerações Finais: A depressão na gestação é um problema de saúde pública ainda subdiagnosticado. A identificação precoce de seus sintomas, associada ao conhecimento dos fatores de risco, é fundamental para garantir o bem-estar da gestante e do bebê. Neste contexto, a enfermagem desempenha um papel estratégico, atuando tanto na prevenção quanto no encaminhamento adequado para serviços especializados. Ao investigar a prevalência de sintomas depressivos entre gestantes de um município do Vale do Paranhana pode contribuir com dados locais que fundamentam a melhoria da atenção pré-natal e o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental materna. A ampliação do olhar da equipe de saúde, especialmente da enfermagem, para além das condições clínicas e obstétricas, é essencial para uma assistência integral, humanizada e eficaz. A detecção precoce dos sintomas depressivos pode viabilizar intervenções mais eficazes, melhorar a qualidade de vida da gestante e do recém-nascido, além de fortalecer o papel da enfermagem na atenção integral à saúde da mulher.

Descritores: Depressão, Gestantes, Sintomas Psíquicos.

Referências

BECK, A. T.; STEER, R. A.; BROWN, G. K. Manual for the Beck Depression Inventory-II. San Antonio, TX: Psychological Corporation, 1996.

BONATTI, A. T. et al. Do depressive symptoms among pregnant women assisted in Primary Health Care services increase the risk of prematurity and low birth weight? Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/9rZWxSPNYK7Tj6FZqCHDJff/. Acesso em: 14 de maio 2025.

GARFIELD, Lindsey et al. Fatores de risco para sintomas depressivos pós-parto em mulheres de baixa renda com bebês de muito baixo peso ao nascer, 2023. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4313576/. Acesso em: 05 de maio de 2025.

LIMA, Marlise de Oliveira Pimentel; TSUNECHIRO, Maria Alice; BONADIO, Isabel Cristina; MURATA, Marcella. Sintomas depressivos na gestação e fatores associados: estudo longitudinal, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/NMBmYV38fbJcTFTGmDXLzWh/abstract/?lang=pt Acesso em: 05 de maio de 2025.

PUPIO, Camilly Gouveia; THEODORO, Maria Fernanda de Almeida. Alterações psicofisiológicas e ambientais relacionadas à depressão na gestação: revisão integrativa. Ciências da Saúde, v. 28, n. 137, p. 31?45, ago. 2024. DOI: 10.69849/revistaft/fa10202408311345. Disponível em https://revistaft.com.br/alteracoes-psicofisiologicas-e-ambientais-relacionadas-a-depressao-na-gestacao-revisao-integrativa/ Acesso em: 17 de maio de 2025.

PORCEL, Giovanna da Silva; SILVA, Mônica Maria de Jesus. O cuidado de enfermagem à gestante com depressão: revisão integrativa da literatura. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas, 2023. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/190898 Acesso em: 05 de maio de 2025. SOUSA, Bianca Mikaelly da; ANDRADE, Josiane. Saúde mental das gestantes: a importância da assistência de Enfermagem. Mental Health of Pregnant Women: the importance of nursing care. Salud









Mental de la Mujer Embarazada: la importancia del cuidado de Enfermería, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28493 Acesso em: 05 de maio de 2025.









O enfermeiro frente às práticas integrativas e complementares na Atenção Primária

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Viviane Melo da Silva, Gabriela Camponogara Rossato, Magna Roberta Birk, Rubellita Holanda Pinheiro Cunha Gois.

Correspondência: viviane.melo@sou.faccat.br

Introdução: Às Práticas Integrativas e Complementares (PIC's) configuram-se como um conjunto de abordagens terapêuticas fundamentadas na compreensão do processo envolvendo saúde-doencacuidado, centradas na escuta qualificada, criação de vínculo e integralidade do cuidado. Essas práticas estimulam mecanismos de autorregulação do organismo, promovendo o reequilíbrio. A atuação do enfermeiro em PIC´s na Atenção Primária em Saúde (APS), está organizada no Brasil através da Resolução 739/24. Objetivo: Refletir sobre a atuação do enfermeiro frente às PIC's na APS, destacando desafios e possibilidades da inserção no cotidiano da APS. Método: Trata-se de uma revisão da literatura, realizada em abril de 2025, onde após a delimitação dos descritores, foram analisados artigos nas bases de dados Scielo e PubMed, publicados nos últimos 5 anos. Resultados: Através da implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) as PIC's se tornaram possíveis no cenário da APS, tendo ganhado visibilidade por incorporar abordagens terapêuticas não convencionais, ampliando assim o escopo de cuidado em saúde. Estudos mostram que as terapias complementares mais utilizadas são auriculoterapia, acupuntura, utilização de fitoterápicos, homeopatia e Medicina Tradicional Chinesa. Existem desafios nesse contexto, como baixa adesão dos enfermeiros para aplicar as PIC's, falta de estrutura nas unidades e baixo apoio institucional para implementação dessas práticas. Um estudo realizado no Paraná mostrou que apenas 22% dos enfermeiros capacitados em PIC's as aplicam. Isso pode estar associado à falta de receptividade por parte do usuário, predominância do modelo biomédico, falta de apoio da gestão e carência de espacos físicos. Considerações: As PICs fortalecem o cuidado com baixo custo e eficácia reconhecida. O enfermeiro, por sua formação e vínculo com a comunidade, desempenha papel fundamental na implementação dessas práticas. No entanto, ainda há obstáculos significativos. Investimentos em formação profissional, sensibilização da população e políticas públicas são fundamentais para consolidar a presença das PIC's na APS.

Descritores: Atenção Primária à Saúde, Terapias Complementares, Enfermagem.

Referências

CARDOSO, A. P. P. et al. Práticas integrativas e complementares ofertadas pela enfermagem na Atenção Primária à Saúde. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 46, spe. 1, p. 152-164, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/yyMJm4f47BCgX6Qwnkk48pJ. Acesso em: 9 maio 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-11042022E110.

CÓNSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). Resolução Cofen n. 739, de 5 de fevereiro de 2024. Estabelece normas para a atuação da equipe de enfermagem na Atenção Primária à Saúde. Brasília, DF: COFEN, 2024. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-739-de-05-de-fevereiro-de-2024/. Acesso em: 9 maio 2025.

FERREIRA, B. W. R. C. et al. Práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde em uma capital do Nordeste brasileiro. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 48, n. 143, e9122, out./dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/2358-289820241439122p1. SOUSA, L. A. et al. Terapias complementares na educação, extensão comunitária e pesquisa em enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 74, n. 2, e20200449, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/i/reben/a/5Mw7FK6nxsBpzBYx3qqdNBi/. Acesso em: 9 maio 2025.

MILDEMBERG, R. et al. Práticas integrativas e complementares na atuação dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 27, p. e20220074, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/nqkRRm9kYgLW55LHwqyyVsw/. Acesso em: 9 maio 2025.









Desafios na implementação da política de redução de danos na Atenção Primária

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

William Cezar Mello, Magna Roberta Birk, Gabriela Camponogara Rossato, Rubelita Holanda Pinheiro Cunha Gois.

Correspondência: williamcezarmello@gmail.com

Introdução: Os profissionais da saúde por vezes possuem um entendimento limitado e até estigmatizado sobre a política de redução de danos (RD), mas reconhecem a importância da prática, porém recorrem aos métodos tradicionais e eventualmente se guiam pelo modelo biomédico, enfatizando a doença e focando no tratamento, desconsiderando todos os outros aspectos que compõem a saúde do usuário. Objetivo: Identificar os desafios para implementar a política de Redução de Danos na Atenção Básica. Método: Tratase de uma revisão narrativa da literatura, foram utilizadas as bases de dados do Pubmed e Scielo, integram a amostra 5 artigos Resultados: Dentre os artigos pesquisados, foi observado que os profissionais adotam o modelo biomédico, isto sugere que os profissionais abordam seus cuidados através de perspectivas que priorizem o tratamento da condição clínica, desconsiderando os outros aspectos que influenciam na sua saúde, além de evidenciar práticas que perpetuam o preconceito e estigma. Discussão: A RD tem como objetivo reduzir danos a saúde de usuários que fazem uso de substâncias psicoativas. ,Embora Embora muitos profissionais compreendam que a política faz apologia ao uso destas substâncias e enxergam a RD como meio de alcançar a abstinência e a internação, evidenciando que possuem uma resistência em reconhecer a autonomia e os direitos dos usuários de procurarem estratégias de autocuidado. Os discursos dos profissionais frequentemente incorporam suas crenças religiosas e morais, limitando sua capacidade de realizarem abordagens mais abrangentes e empáticas. Conclusão: Portanto, foi possível identificar que os desafios para a implementação política de Redução de danos, foram a compreensão rasa dos profissionais sobre a própria política, A utilização da abordagem biomédico, e ainda incorporam os em seus discursos os aspectos morais e religiosos que estigmatizam os usuários. Desta forma se faz necessário capacitações e treinamentos contínuos para os profissionais trazendo um olhar mais humanizado, considerando a singularidade e respeitando suas experiências e necessidades.

Descritores: Atenção Primária à Saúde, Redução de Dano, Pessoal da Saúde.

Referências

CAVALCANTI, Amanda Carla; SANTOS, Suely. O olhar da Agente Comunitária de Saúde para estratégias de redução de danos no território. Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506, v. 18, n. 2, p. 49-71, 2021.

PEREIRA, Sarah Salvador et al. Redução de danos no contexto de substâncias psicoativas: discursos da enfermagem da atenção primária à saúde. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 55, p. e20200529, 2021.

PIRES, Roberto Rocha C.; SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Desafios do multiprofissionalismo para a redução de danos em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas. Saúde e Sociedade, v. 30, p. e200072, 2021.

SOUZA, Fabiana Érica; RONZANI, Telmo Mota. Desafios às práticas de redução de danos na atenção primária à saúde. Psicologia em Estudo, v. 23, p. e2306, 2020. TRINDADE, Amanda de Vargas. Desmistificação da Redução de Danos. 2020.









Modalidade Oral









Prevalência de parto cesáreo no Vale do Paranhana

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Anelize Rodrigues dos Reis, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: anelizereis@sou.faccat.br

Introdução: O Brasil ocupa posição de destaque entre os países com maiores taxas de partos cesáreos no mundo. Em 2021, aproximadamente 57% dos partos realizados no país ocorreram por meio de cesariana, e no estado do Rio Grande do Sul essa taxa chegou a 64%, superando amplamente a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera aceitável um índice entre 10% e 15% (BRASIL, 2024). Segundo Uprety et al. (2023), em um estudo transversal realizado no Hospital Universitário de Dhulikhel, no Nepal, com uma amostra de 1.246 mulheres entre 15 e 45 anos, foi observada uma prevalência de cesarianas de 39,7%, sendo que mulheres na faixa etária de 30 a 45 anos apresentaram 2,23 vezes mais chances de realizar cesárea. Segundo Rossetto et al. (2020), em um estudo transversal realizado em um hospital referência do oeste catarinense, com uma amostra de 307 puérperas, foi identificado que fatores como tipo de financiamento do parto, idade materna e número de consultas prénatais influenciaram significativamente a ocorrência de cesarianas eletivas. Essa realidade tem despertado crescente preocupação na comunidade científica e entre gestores de saúde, em razão das complicações potencialmente evitáveis associadas à cesariana sem indicação clínica. Além das implicações clínicas, a realização de cesarianas sem indicação médica também está associada a riscos aumentados de complicações para as gestantes e os recém-nascidos. Segundo Oliveira (2025), em um estudo quantitativo transversal com uma amostra de 3.568 gestantes atendidas em hospitais públicos e privados do estado do Rio de Janeiro, observou-se que a realização de cesarianas sem indicação clínica está associada a riscos de infecções, hemorragias, prematuridade e dificuldades respiratórias neonatais. A OMS destaca que o aumento da taxa de cesariana não resulta, necessariamente, em melhores desfechos perinatais e reforça que o procedimento só deve ser indicado quando houver benefício claro para a mãe ou o bebê (OPAS, 2021). Em concordância com isso, o Ministério da Saúde do Brasil também tem demonstrado preocupação com o número excessivo de cesáreas e recomenda, por meio da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, instituída pela Portaria nº 1.067/2005, a promoção do parto normal como prática prioritária. Essa diretriz tem sido reafirmada em documentos mais recentes, como a Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal de 2022, que atualiza e complementa as orientações anteriores (BRASIL, 2005; BRASIL, 2022). As diretrizes preconizadas pelo Ministério da Saúde ressaltam a necessidade de um cuidado centrado na gestante, valorizando sua autonomia, promovendo um pré-natal qualificado e incentivando decisões conscientes e respeitadas durante o processo de parto (BRASIL, 2022). A escolha deste tema se justifica pela relevância de compreender os múltiplos fatores que contribuem para a elevada taxa de cesarianas no Brasil, abrangendo aspectos clínicos, sociais, econômicos, culturais e institucionais. No Vale do Paranhana, localizado no estado do Rio Grande do Sul, ainda há uma carência de investigações que abordam com profundidade a prevalência e os fatores associados ao parto cesáreo. Pesquisas com enfoque regional são fundamentais para a construção de diretrizes e práticas alinhadas às necessidades locais, favorecendo a melhoria da atenção obstétrica e a diminuição de intervenções desnecessárias. Um exemplo dessa abordagem é o Projeto Parto Adequado, desenvolvido pela ANS a partir de 2015, cujo objetivo é gualificar o atendimento às gestantes e reduzir a realização de cesáreas sem indicação clínica (Agência Nacional de Saúde Suplementar ? ANS, 2023). O fortalecimento do protagonismo da mulher na escolha da via de parto é elemento central para uma atenção obstétrica mais humanizada, segura e efetiva. Além disso, estudos com enfoque regional são fundamentais para suprir lacunas da literatura científica e contribuir com dados que orientem políticas públicas mais efetivas. Essas investigações fortalecem a saúde coletiva, a atuação da enfermagem obstétrica e o desenvolvimento de modelos assistenciais centrados na eguidade, no respeito às escolhas da mulher e na segurança do cuidado. Objetivo: Conhecer a prevalência de partos cesáreos no Vale do Paranhana e identificar os principais fatores associados à sua realização, com ênfase nas indicações clínicas e nas características sociodemográficas das gestantes. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa quantitativa, do tipo transversal, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em 01 de outubro de 2024. A coleta de dados está sendo realizada entre agosto e novembro de 2024 e será



26, 27 e 28 de maio de 2025





no mesmo período em 2025 em dois hospitais do Vale do Paranhana. A amostra compreende puérperas com idade ? 18 anos, nas primeiras 48 horas do pós-parto, que tenham realizado o pré-natal na região. Será utilizado um questionário autoaplicável e impresso, contendo questões sociodemográficas e objetivas sobre o acompanhamento recebido durante o pré-natal e informações referentes à decisão pela via de parto. Serão excluídas puérperas analfabetas, devido à natureza autoaplicável do instrumento, bem como aguelas que tiveram natimorto. A pesquisa seguirá os princípios da Resolução nº 510/2016, com o devido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi aprovada pelo CEP conforme CAAE nº 82556624.1.0000.8135. Resultados esperados: Espera-se identificar a prevalência de partos cesáreos na região do Vale do Paranhana e compreender os principais fatores associados à escolha ou indicação dessa via de parto. Os dados deverão evidenciar o peso das características sociodemográficas, do acesso à informação e da qualidade do pré-natal na decisão pela cesárea. Considerações: Com base nos resultados esperados, esta pesquisa busca fornecer evidências que subsidiem a elaboração de protocolos e a revisão de práticas institucionais, com o objetivo de reduzir cesarianas realizadas sem indicação clínica. Visa-se também fortalecer a autonomia das mulheres, permitindo uma escolha informada sobre a via de parto, com ênfase na segurança e no bem-estar materno-infantil, conforme orientam as Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal (BRASIL, 2016). Segundo o Jornal da USP (2023), a elevada taxa de cesarianas no Brasil está associada a fatores culturais, econômicos e institucionais, o que evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a humanização do parto e a autonomia das mulheres nas decisões sobre o nascimento. Em estudo quantitativo transversal com base em dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), Rodrigues et al. (2022) analisaram 11.755.836 partos realizados no Brasil entre 2015 e 2019, identificando que a região Sudeste apresentou a maior prevalência de cesarianas, com 60.3% dos nascimentos por essa via, superando todas as demais regiões do país. Ademais, os achados poderão ser utilizados pelas equipes de saúde como base para a reavaliação de condutas, capacitações e aprimoramento das práticas assistenciais. Ao investigar a prevalência e os fatores associados à escolha pelo parto cesáreo, espera-se fomentar um debate qualificado sobre a humanização do parto e o respeito à autonomia da mulher, contribuindo para a construção de um modelo de atenção obstétrica mais seguro, equilibrado e centrado na mulher. Dessa forma, este estudo amplia a compreensão sobre as decisões obstétricas na região e colabora diretamente para o aperfeicoamento do cuidado e para a formulação de políticas públicas mais humanizadas e eficazes.

Descritores: Cesárea, Cuidado Pré-Natal, Saúde da mulher.

Referências

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar ? ANS. Parto Adequado ? Estratégias de Qualificação da Jornada da Gestante: a trajetória de 2015 a 2023. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/ans/ptbr/assuntos/noticias/sobre-ans/ans-divulga-relatorio-sobre-parto-adequado. Acesso em: 12 maio 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal: versão preliminar. Brasília: Ministério da Saúde. 2022. Disponível https://atencaoprimaria.es.gov.br/Media/AtencaoPrimaria/Mulher/Diretriz%20Nacional%20de%20assisten cia%20ao%20Parto%20Normal-2022.pdf. Acesso em: 12 maio 2025. BRASIL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Gravidez na adolescência e partos cesáreos. Porto Alegre: SPGG, 2024. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/gravidez-na-adolescencia-e-partos-cesareos. Acesso em: 11 maio 2025. JORNAL DA USP. Brasil tem o segundo maior número de cesáreas no mundo, apesar dos riscos. São Paulo, 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-tem-o-segundo-maiornumero-de-cesareas-no-mundo-apesar-dos-riscos/. Acesso em: 12 maio 2025. OLIVEIRA, A. C. V. Fatores associados ao parto cesáreo: uma análise comparativa usando dois modelos lineares generalizados. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Estatística) ? Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2025. Disponível em: https://estatistica.uff.br/wp-content/uploads/sites/33/2025/04/119054044BIB-Ana-Clara-Vasconcelos-de-Oliveira.pdf. Acesso em: 12 maio 2025. OPAS ? ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Taxas de cesarianas continuam a aumentar em meio a crescentes desigualdades no acesso. 16 jun. 2021. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/16-6-2021-taxascesarianas-continuam-aumentando-em-meio-crescentes-desigualdades-no-acesso. Acesso em: 10 maio 2025. PEREIRA, J. H. R. et al. O parto é, de fato, discutido nas consultas de pré-natal? Brazilian Journal of Development, Curitiba, 1, 12345-12360, 2022. Disponível ٧. 8, n. p.









https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43354. Acesso em: 12 maio 2025. RODRIGUES, J. C. T. et al. Cesarianas no Brasil: uma análise epidemiológica das tendências e seus fatores determinantes. Revista Contemporânea, v. 4, n. 1, p. 48-53, 2022. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7338. Acesso em: 1 maio 2025. UPRETY, S. et al. Prevalence and factors associated with cesarean section in Dhulikhel Hospital, Kathmandu University Hospital. PLOS ONE, v. 18, n. 9, e0289264, 2023. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0289264. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37795728/. Acesso em: 13 maio 2025.









Prevalência de sobrepeso e obesidade em cuidadores de pessoa com deficiência (PCD)

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Lúci Meuris Pandolfo, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: lucipandolfo88@gmail.com

Introdução: De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a definição de pessoa com deficiência não considera somente os impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais a longo prazo, mas também o impedimento de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade com demais pessoas, reconhecendo a importância de eliminar as barreiras ambientais e sociais para promover a inclusão dos mesmos. No Brasil, dados recentes apontam para a expressiva presença de pessoas com deficiência na população. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, divulgada pelo IBGE, estima-se que cerca de 18,6 milhões de brasileiros com dois anos ou mais de idade possuem algum tipo de deficiência, o que corresponde a aproximadamente 8.9% dessa faixa etária (BRASIL, 2023). Em pesquisa realizada com 51 cuidadores de pessoas com deficiência física, com idades entre 19 e 63 anos, observou-se que a sobrecarga física e emocional compromete significativamente a qualidade de vida desses indivíduos. Além disso, os cuidadores tendem a reduzir sua participação em atividades sociais e a modificar negativamente sua rotina diária, o que reforça a necessidade de ações voltadas ao cuidado também desses sujeitos (TRIGUEIRO et al., 2020). O cuidador é a pessoa que assume a responsabilidade de prestar assistência contínua a alguém que se encontra doente ou em situação de dependência, oferecendo apoio nas tarefas essenciais do cotidiano, como alimentação, higiene pessoal, lazer, administração de medicamentos e acompanhamento a serviços de saúde (Diniz et al., 2018). Os indicadores mais importantes para avaliar o estado de vida destes cuidadores, estão os dados antropométricos, como o índice de massa corporal (IMC), a relação cintura-quadril (RCQ) e a pressão arterial (PA). Estes marcadores podem trazer condições de risco cardiovascular, obesidade e síndrome metabólica, especialmente quando associados a sobrecarga do cuidado diário (OLIVEIRA et al., 2010). O sobrepeso e a obesidade são caracterizados pelo acúmulo excessivo de tecido adiposo, que ultrapassam os limites considerados normais pelos critérios antropométricos. Essas condições fazem parte das Doencas Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) sendo fatores de risco para a morbimortalidade em adultos, estando associadas a aproximadamente 63% dos óbitos globais decorrentes das DCNT (MELO et al., 2009). A obesidade é uma das condições crônicas mais prevalentes no mundo, afetando cerca de 650 milhões de pessoas. Além dos fatores individuais, o ambiente em que o cuidador está inserido também exerce influência significativa sobre os hábitos relacionados à saúde, interferindo na constância de comportamentos saudáveis. No Brasil, conforme os dados do sistema Vigitel, se tem um crescimento notável da obesidade entre adultos com 18 anos ou mais, atingindo o percentual de 22,4% em 2021 (BRASIL, 2023). Choi et al. (2023) destacam que a prevalência de obesidade é maior entre pais de criancas com deficiência física ou intelectual em comparação àqueles cujos filhos não possuem essas condições. Dados de uma pesquisa com 110 pais de crianças e adolescentes com deficiência intelectual e de desenvolvimento reforçam essa constatação, revelando que mais da metade dos participantes apresentavam obesidade e 25,7% estavam com sobrepeso. Reforça-se a importância do fortalecimento das redes de suporte e das parcerias entre cuidadores familiares e profissionais, com o objetivo de minimizar os impactos físicos e emocionais decorrentes da sobrecarga do cuidado (BRASIL, 2023). Objetivo: Avaliar a prevalência de obesidade e sobrepeso dos de cuidadores de PCD em um servico especializado no Vale do Paranhana. Além disso, correlacionar grau de independência do indivíduo nas atividades da vida diária (AVDs) com obesidade e sobrepeso. Método: Trata-se de um estudo do tipo transversal, descritivo, prospectivo de abordagem quantitativa. A amostra será composta por cuidadores de PCD que acompanham seus familiares durante atendimentos odontológicos em um hospital na região do Vale do Paranhana, Rio Grande do Sul. Esta instituição é referência estadual, tanto para atendimentos particulares guanto encaminhados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do Sistema de Regulamentação de Consultas Especializadas (Gercon). A coleta de dados será realizada na sala de espera da instituição, nos dias em que os pacientes realizarem procedimentos previamente agendados (duas vezes por semana). Os critérios para inclusão estabelecidos são: ser cuidador principal da pessoa









com deficiência, ter idade igual ou superior a 18 anos e estar prestando cuidados contínuos há mais de 6 meses. Já os critérios de exclusão será: cuidadores que não residem com a pessoa com deficiência (para que os participantes tenham vivência cotidiana direta com os cuidados prestados), cuidadores remunerados (por ser uma pesquisa voltada a cuidadores informais), pessoas analfabetas (para que tenham compreensão dos instrumentos de coleta de dados, como formulários e questionários). Para a realização da pesquisa, serão coletados dados sociodemográficos como idade, sexo, escolaridade do cuidador. Além disso, serão coletados dados sociodemográficos por meio de formulários digitais (Google Forms), e a pesquisadora realizará a aferição da pressão arterial, o cálculo do índice de massa corporal (IMC) e relação cintura-quadril (RCQ) dos participantes. Será utilizado também o Índice de Barthel é amplamente empregado na avaliação da capacidade funcional, sendo um instrumento validado que mensura o grau de independência do indivíduo nas atividades da vida diária (AVDs), incluindo cuidados pessoais, mobilidade, locomoção e controle das eliminações (FERRARESI; PRATA; SCHEICHER, 2015). Desta forma, permitindo uma análise precisa dos aspectos antropométricos e de saúde dos cuidadores. Podendo compreender as condições de vida e os riscos associados à prática do cotidiano do cuidado. Os resultados poderão ser representados por meio de gráficos, tabelas ou descritos em forma de texto corrido. Este estudo segue a resolução 466/2012, sendo aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa das Faculdades Integradas de Taguara, Rio Grande do Sul, Brasil, sob CAAE: 82861824.5.0000.8135 e parecer número: 7.083.604. Resultados esperados: Acredita-se que haverá prevalência maior de 50% de obesidade e sobrepeso entre cuidadores de PCD. pressão arterial alterada ou RCQ acima dos valores de referência, desta forma evidenciando o risco de obesidade, sobrepeso e doencas cardiovasculares. Considerações finais: Um olhar ampliado sobre a saúde dos cuidadores informais de pessoas com deficiência, para que seia possível não melhorar somente a vida dos cuidadores, mas garantir também a continuidade e a qualidade da assistência prestada às pessoas com deficiência. Levando em consideração que a sobrecarga do cuidado, aliada a negligência do autocuidado contribui significativamente para o adoecimento desses cuidadores. Sendo reforçado que é fundamental o fortalecimento das redes de suporte e parcerias entre cuidadores familiares e profissionais, a fim de minimizar os impactos físicos e emocionais advindos da sobrecarga do cuidado.

Descritores: Pessoas com Deficiência, Cuidadores, Obesidade.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 maio 2025. BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc. Acesso em: 14 de maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Obesidade: ficha informativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/promocao-da-saude/fact-sheet-obesidade. Acesso em: 10 maio 2025. CHOI, S. K. et al. Prevalence of overweight and obesity among parents of children with and without developmental disabilities: findings from a nationally representative data set. Preventing Chronic Disease, v. 20, p. E61, 2023. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10264551/. Acesso em: 10 maio 2025.

FERRARESI, Juliana Rizzatto; PRATA, Melina Galetti; SCHEICHER, Marcos Eduardo. Avaliação do equilíbrio e do nível de independência funcional de idosos da comunidade. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 499?506, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/FSwxJgkYYmMWxg3DCSh3T8t/. Acesso em 15 de maio 2025.

MELO, Silvia Pereira da Silva de Carvalho et al. Sobrepeso, obesidade e fatores associados aos adultos em uma área urbana carente do Nordeste Brasileiro. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 23, e20036, 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rbepid/2020.v23/e200036/. Acesso em: 15 maio 2025

MELO, Simone Patrícia da Silva Costa; CESSE, Eurídice Maria de Carvalho; LIRA, Pedro Israel Cabral de. Sobrepeso, obesidade e fatores associados aos adultos em uma área urbana carente do Nordeste









brasileiro. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, e200036, 2020. Disponível https://www.scielo.br/j/rbepid/a/d3Mg79yX3bTkDBS3hc55LLw/. Acesso em: 15 de maio 2025. OLIVEIRA, Mirele Arruda Michelotto de; FAGUNDES, Regina Lúcia Martins; MOREIRA, Emília Addison Machado; TRINDADE, Erasmo Benício Santos de Moraes; CARVALHO, Tales de. Relação de indicadores antropométricos com fatores de risco para doença cardiovascular. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. n. 4. 451?457, abr. 2010. Disponível https://www.scielo.br/j/abc/a/sJGB8KS489VpFbQ3kTbtMmr/. Acesso em: 12 maio 2025 SILVA, Tauana Bueno de Quadros da; FONTANA, Darielli Gindri Resta; JANTSCH, Leonardo Bigolin; COLOMÉ, Isabel Cristina dos Santos; COSTA, Marta Cocco da. Cuidadores domiciliares de pessoas com deficiência intelectual no contexto rural e seus desafios. Cogitare Enfermagem, v. 26. e72567, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cenf/a/Dt5MWLsbx5FBRRCkh3zMgPb/?lang=pt. Acesso em: 11 maio de 2025.

TRIGUEIRO, L. C. DE L. et al. Perfil sociodemográfico e índice de qualidade de vida de cuidadores de pessoas com deficiência física. Fisioterapia e Pesquisa, v. 18, n. 3, p. 223?227, set. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fp/a/8TwzpC8yrD4PqmLYvYdPdpk. Acesso em: 14 de maio de 2025. 2025.









Tempo de tela em crianças de 0 a 11 anos

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Arthur Luiz Balbino da Silva, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: luiarth.balbino@gmail.com

Introdução: Com o rápido avanço da tecnologia, intensificado a partir da pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, a população mundial foi impulsionada a adquirir conhecimentos no uso de dispositivos eletrônicos, o que transformou significativamente o cotidiano. Nesse contexto, observou-se um aumento expressivo no uso dessas tecnologias, especialmente entre crianças, sendo os dispositivos móveis incorporados como ferramentas essenciais para o ensino remoto e a interação educacional(DOMHOFF et al., 2022). No início de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.100/2025, que restringe o uso de celulares e tablets por estudantes da educação básica durante o horário escolar, exceto em situações pedagógicas, emergenciais, de saúde ou acessibilidade. O objetivo é promover um ambiente escolar mais saudável, reduzir o uso excessivo de telas e prevenir danos à saúde mental e social dos alunos. Às escolas, cabe orientar os estudantes sobre os riscos do uso imoderado da tecnologia e oferecer suporte psicológico, reforcando a importância do equilíbrio entre o uso da tecnologia e o bem-estar no contexto educacional (BRASIL, 2025). Uma revisão de literatura identificou que o uso excessivo de telas por crianças em idade pré-escolar está associado a atrasos na linguagem, dificuldades de atenção e problemas de comportamento, como impulsividade e baixa regulação emocional. A exposição prolongada também compromete atividades essenciais ao desenvolvimento, como brincadeiras, interação social e leitura (LIMA et al., 2024). Dados de 2022 apontam que o tempo de tela entre crianças e adolescentes aumentou 50% desde 2020, passando de 162 para 246 minutos diários. Em crianças de até 2 anos, esse aumento tem sido associado a atrasos na comunicação e alterações sensoriais. Diante disso, o papel dos pais na regulação do uso de dispositivos torna-se fundamental. Estudar as estratégias adotadas por eles e os desafios enfrentados pode ajudar a aprimorar abordagens mais eficazes e promover um uso mais saudável da tecnologia (DOMHOFF et al., 2022). Em um estudo realizado na Malásia, uma intervenção digital chamada Stop and Play, entregue por meio do WhatsApp, envolveu mães de crianças em idade pré-escolar de famílias de baixa renda. A intervenção resultou em uma redução média de 202 minutos por dia no tempo de tela das crianças (RAJ et al., 2023). Em um ensaio clínico randomizado, Poonia et al. (2024) demonstraram que a educação dos pais focada na limitação do tempo de uso de telas resultou em uma redução significativa no uso diário de dispositivos por crianças de 9 a 10 meses. Após seis meses de acompanhamento, apenas 3% das crianças do grupo educacional ultrapassam uma hora diária de exposição às telas, em comparação com 53% no grupo controle. Além disso, foram observadas melhorias nas habilidades motoras finas e adaptativas nas crianças do grupo educacional. Estudos indicam que o monitoramento parental e a definição de limites claros reduzem significativamente o tempo de tela das crianças. Morawska et al. (2023) destacam que muitas intervenções focam em crianças mais velhas e contam com pouco envolvimento dos pais. Intervenções breves, centradas nos responsáveis e baseadas em metas, monitoramento e substituição do tempo de tela por outras atividades têm mostrado maior eficácia. Os autores recomendam ainda mais estudos longitudinais e maior atenção aos contextos familiares e às ferramentas de avaliação. Em um estudo recente, Carneiro et al. (2023) destacam que o uso excessivo de dispositivos eletrônicos por crianças tem contribuído significativamente para o aumento de distúrbios visuais na infância. Os autores ressaltam, ainda, o papel estratégico do enfermeiro na atenção primária à saúde, especialmente por meio da puericultura e de programas como o Saúde na Escola, atuando na identificação precoce, orientação familiar e encaminhamento adeguado de casos com suspeita de alterações na acuidade visual. A partir dos resultados desta pesquisa diante da relevância do tema e dos dados já discutidos, o autor considera que o tempo de tela em criancas de 0 a 11 anos, a compreensão das estratégias parentais para limitar o tempo de tela e os desafios encontrados, é fundamental para subsidiar ações educativas mais eficazes. Ainda que os resultados desta pesquisa não estejam disponíveis. acredita-se que os dados a serem obtidos poderão confirmar a hipótese de que muitos pais enfrentam desafios significativos no controle do uso de dispositivos eletrônicos, especialmente em contextos de alta demanda ocupacional ou baixa orientação digital, para a enfermagem, esse conhecimento é de extrema









importância, pois contribui para o desenvolvimento de práticas educativas direcionadas às famílias, no âmbito da promoção da saúde infantil. A atuação do enfermeiro, especialmente na Atenção Primária à Saúde, pode ser fortalecida com base nesses achados, promovendo orientações individualizadas ou em grupo sobre o uso consciente de telas, prevenção de atrasos no desenvolvimento infantil e incentivo a atividades que favoreçam o vínculo familiar e o bem-estar das crianças. Objetivos: O propósito principal dessa pesquisa é identificar o tempo de uso de dispositivos eletrônicos por crianças de 0 a 11 anos, além de identificar estratégias utilizadas para limitar o tempo de uso de telas pelos pais e responsáveis. Método: Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa, transversal, prospectiva Os critérios de inclusão serão pais ou responsável direto por crianças com idade entre 0 a 11 anos, residir no Rio Grande do Sul e ter acesso à internet para responder ao instrumento de forma on-line, como critérios de exclusão pais de crianças com distúrbios neurológicos graves, crianças com diagnósticos médicos prévios que afetem o desenvolvimento o uso de tecnologia, como deficiências cognitivas e crianças sem acesso regular a dispositivos eletrônicos. Como instrumento de coleta será utilizado um questionário estruturado. Para o cálculo do tamanho amostral considerou-se um nível de confianca de 95%, erro de 5%, proporção estimada da população de 50% e 10% de perdas de elementos, totalizando um N: 385 participantes de pesquisa. O questionário será dividido em secões: Dados demográficos (idade, escolaridade, número de filhos, ocupação dos pais); Hábitos digitais da criança (frequência, horários, tipos de dispositivos utilizados); Estratégias parentais (definição de horário, uso de aplicativos de controle, mediação restritiva, negociação, retirada do dispositivo); Antes de iniciar o questionário, os participantes serão convidados a ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em formato digital, garantindo o sigilo, anonimato e a voluntariedade da participação. Os dados coletados serão organizados em planilhas eletrônicas. Serão realizadas análises descritivas (freguência, média e desvio padrão) para identificar padrões e verificar associações entre variáveis sociológicas e as estratégias parentais adotadas." A coleta ocorrerá somente após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faccat, conforme os preceitos da Resolução nº 510/2016 Conselho Nacional de Saúde. Resultados Esperados: Espera-se que esta pesquisa identifique padrões de uso de dispositivos eletrônicos por crianças de 0 a 11 anos, considerando faixa etária, horários, tipos de aparelhos e contextos de uso. Também busca mapear as estratégias parentais para limitar o tempo de tela e os desafios enfrentados. Os dados deverão contribuir para entender como fatores sociodemográficos como escolaridade, ocupação, número de filhos e acesso digital influenciam o controle parental sobre a tecnologia. Considerações: Este estudo, de abordagem quantitativa, tem como propósito investigar o tempo de uso de dispositivos eletrônicos por crianças de 0 a 11 anos, bem como compreender as dificuldades enfrentadas pelos familiares na definição de limites e as estratégias parentais adotadas para regular essa exposição. A crescente presença das tecnologias digitais na rotina infantil tem gerado debates relevantes sobre os impactos dessa prática no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças. A investigação se insere em um contexto de crescente preocupação pública e acadêmica com o uso excessivo de telas na infância, especialmente diante de transformações sociais e comportamentais intensificadas nos últimos anos. Considerando que o ambiente familiar exerce papel central na mediação das interações digitais das crianças, torna-se fundamental compreender como os pais e responsáveis estão lidando com esse desafio, e de que forma suas práticas se articulam com fatores como tempo disponível, acesso à informação, recursos socioeconômicos e conhecimento técnico, Ainda que os resultados não sejam aqui apresentados, a reflexão metodológica e teórica construída ao longo do estudo permite apontar para a importância de ampliar o debate sobre o uso consciente da tecnologia na infância. Além disso, evidencia-se a necessidade de políticas públicas, orientações escolares e programas de apoio às famílias que promovam uma relação mais equilibrada com os dispositivos digitais, respeitando os direitos das crianças ao desenvolvimento saudável e à proteção frente aos riscos digitais.

Descritores: Crianças, Tempo de tela, Tecnologia.

Referências

BRASIL. Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CLXIV, n. 10, p. 3, 14 jan. 2025. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15100-13-janeiro-2025-796892-publicacaooriginal-174094-pl.html. Acesso em: 14 maio 2025.









CARNEIRO, B. R. SKONIECZNY, N. E.; SPINELLO, A. H.CÂNDIDO DE BORTOLI, C. DE F. Impacto do uso de dispositivos eletrônicos na visão das crianças em idade escolar. Journal of Nursing and Health, v. 13, n. 1, p. e13122373, 14 nov. 2023. Acesso em: 4 maio. 2025.

DOMOFF, S. E.; RISTORI, C. R.; YU, B. et al. Problematic media use and parent?child interactions during the COVID-19 pandemic: A longitudinal study. Journal of Child Psychology and Psychiatry, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1111/jcpp.13662. Acesso em: 13 maio 2025.

LIMA, Mirella Maria et al. IMPACTO DO TEMPO DE TELA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E COMPORTAMENTAL DE CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR. Periódicos Brasil. Pesquisa Científica, Macapá, Brasil, v. 3, n. 2, p. 1472?1479, 2024. DOI: 10.36557/pbpc.v3i2.194. Disponível em: https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/194. Acesso em: 14 maio. 2025

MORAWSKA, Alina; MITCHELL, Amy E.; TOOTH, Leigh R. Managing screen use in the under-fives: recommendations for parenting intervention development. Clinical Child and Family Psychology Review, v. 26, p. 943?956, 2023. DOI: 10.1007/s10567-023-00435-6. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10567-023-00435-6. Acesso em: 22 abr. 2025.

POONIA, Y.; KHALIL, S.; MEENA, P.; SHAH, D.; GUPTA, P. Parental education for limiting screen time in early childhood: a randomized controlled trial. Indian Pediatrics, v. 61, n. 1, p. 32?38, 15 jan. 2024. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38183249. Acesso em: 22 abr. 2025.

RAJ, D.; AHMAD, N.; MOHD ZULKEFLI, N. A.; LIM, P. Y. Intervenção de educação em saúde digital Stop and Play para reduzir o tempo excessivo de tela entre pré-escolares de famílias de baixo nível socioeconômico: ensaio clínico randomizado por cluster. Journal of Medical Internet Research, [S.I.], v. 25, e40955, 2023. DOI: 10.2196/40955. Disponível em: https://www.jmir.org/2023/1/e40955. Acesso em: 17 maio 2025.









Qualidade de vida de trabalhadores da indústria calçadista

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Bruna Oliveira Silveira da Silva, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: <u>silveirabrubs@gmail.com</u>

Introdução: A indústria calçadista brasileira desempenha um papel crucial na economia nacional, especialmente em regiões como o Rio Grande do Sul, onde concentra-se uma significativa parcela da produção e geração de empregos (ABICALÇADOS, 2023). No entanto, apesar da relevância econômica, muitos trabalhadores enfrentam condições laborais adversas, como longas jornadas, tarefas repetitivas e ambientes insalubres, o que pode comprometer sua saúde física e mental (PEREIRA et al., 2020). Estudos recentes indicam que, além dos problemas físicos, os trabalhadores do setor calçadista também lidam com questões psicológicas, como estresse, ansiedade e insatisfação, que afetam diretamente sua qualidade de vida (PINHEIRO; CAVALCANTE, 2023). A avaliação desses aspectos é fundamental para compreender as reais condições enfrentadas por esses profissionais e identificar áreas que necessitam de intervenção. especialmente no Vale do Paranhana, que é um dos principais polos calçadistas do mundo, possuindo aproximadamente 616 indústrias (ABICALÇADOS, 2023). Compreender esses elementos é essencial para o desenvolvimento de estratégias que promovam melhorias nas condições de trabalho e, consequentemente, na saúde e satisfação dos trabalhadores. Além disso, a valorização da saúde e bemestar dos trabalhadores contribui para o aumento da produtividade e redução de custos relacionados a afastamentos e tratamentos médicos. Portanto, investir na melhoria das condições de trabalho é benéfico tanto para os colaboradores quanto para as empresas do setor calçadista. Este estudo se justifica pela necessidade de compreender as condições de trabalho na indústria calcadista e seu impacto na qualidade de vida dos trabalhadores. Os resultados obtidos podem subsidiar a implementação de políticas públicas e práticas empresariais que visem à melhoria do ambiente de trabalho e à promoção da saúde ocupacional. Isso é especialmente relevante para a Enfermagem, que desempenha um papel fundamental na promoção da saúde do trabalhador, na prevenção de doenças ocupacionais e na construção de ambientes laborais mais saudáveis por meio de ações educativas, preventivas e de vigilância em saúde. Portanto, a realização deste estudo é de suma importância para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e justo para os profissionais da indústria calçadista, refletindo positivamente na sociedade como um todo. Objetivo: Analisar a qualidade de vida dos trabalhadores da indústria calcadista do Vale do Paranhana. Rio Grande do Sul. Métodos: A pesquisa se dará através de um estudo transversal de natureza quantitativa, com delineamento exploratório-descritivo. A pesquisa será realizada em quatro indústrias calçadistas do Vale do Paranhana, que foram escolhidas por conveniência devido a proximidade territorial. A amostra será composta por aproximadamente 330 trabalhadores, conforme cálculo amostral prévio. Serão incluídos trabalhadores com pelo menos 6 meses de atuação na empresa, idade acima de 18 anos. Serão excluídos trabalhadores afastados por licenca médica durante o período de coleta de dados. A avaliação da qualidade de vida será por meio da aplicação do instrumento WHOQOL-Bref, desenvolvido e padronizado pela Organização Mundial da Saúde para a avaliação da qualidade de vida. O questionário é composto por 26 questões que estão divididas em quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. Para fins de análise, serão adotados os seguintes critérios de classificação dos escores, conforme recomendações encontradas na literatura: baixa qualidade de vida (escores entre 0 e 49), moderada qualidade de vida (escores entre 50 e 69) e alta qualidade de vida (escores entre 70 e 100). Cada item é respondido em uma escala tipo Likert de 1 a 5, e os escores de cada domínio são convertidos para uma escala de 0 a 100, sendo que valores mais altos indicam melhor percepção da qualidade de vida. Além disso, haverá um questionário desenvolvido pelas pesquisadoras, com dados sociodemográficos, como idade, sexo, tempo de servico na empresa, cargo ocupado e escolaridade. Os dados quantitativos serão analisados por meio de estatística descritiva e inferencial. A coleta de dados ocorrerá apenas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faccat. O estudo atenderá aos preceitos éticos definidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Resultados Esperados: Espera-se que os resultados revelem uma percepção moderada ou baixa da qualidade de vida por parte dos trabalhadores da indústria calçadista, especialmente nos domínios físico, psicológico e ambiental, conforme









os parâmetros avaliados pelo instrumento WHOQOL-Bref. No domínio físico, o WHOQOL-Bref avalia o impacto de problemas de saúde física e sintomas associados à qualidade de vida, incluindo a presenca de dores e desconfortos e, a partir do levantamento de dados laborais e de qualidade de vida, espera-se subsidiar sugestões para intervenções estratégicas, como a implementação de políticas de saúde ocupacional, programas de escuta e acolhimento psicológico, práticas de gestão participativa, capacitação de lideranças para atuação humanizada, além da reorganização ergonômica dos postos de trabalho. Tais medidas são fundamentais para promover a valorização dos trabalhadores, a redução do absenteísmo, e o fortalecimento de uma cultura organizacional baseada no cuidado, na ética e na dignidade humana. Considerações: A qualidade de vida dos trabalhadores da indústria calçadista é comprometida por condições laborais que priorizam a produtividade em detrimento do bem-estar físico, mental e social. A alta demanda física, aliada a fatores psicossociais, como pressão por metas e falta de reconhecimento, resulta em desgaste contínuo, adoecimento e desmotivação. Compreender como esses trabalhadores percebem sua saúde e bem-estar é fundamental para transformar essas condições em ambientes de trabalho mais humanos e sustentáveis. Este estudo visa identificar esses aspectos, subsidiando políticas públicas e práticas empresariais para melhorar a saúde ocupacional, com foco em ergonomia, saúde mental e bemestar. A promoção da qualidade de vida no trabalho deve ser vista não apenas como prevenção de doenças. mas como um passo para fortalecer a cultura organizacional e garantir o respeito aos direitos trabalhistas. A partir dos resultados, espera-se propor acões concretas que beneficiem tanto os trabalhadores quanto as empresas, alinhando a responsabilidade social e a sustentabilidade do setor.

Descritores: Qualidade de Vida, Saúde Ocupacional, Condições de Trabalho.

Referências

ABICALCADOS. Relatório Setorial da Indústria Calcadista Brasileira. 2023. Disponível em: https://abicalcados.com.br. Acesso em: 01 maio 2025. FERREIRA, M. C. et al. Qualidade de vida no trabalho: uma abordagem centrada no bem-estar. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 21, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20141629. Acesso em: 01 maio 2025. PEREIRA, A. C. L et al. Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 45, e18, 2020. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.1590/2317-6369000035118. Acesso em: 01 maio 2025. PINHEIRO M., et al. Bem-estar no trabalho: qualidade de vida no trabalho de colaboradores de uma empresa do setor calcadista na cidade de Orós-Ceará. Revista Encontros Científicos UniVS, São Paulo, v. 5, n. 2, 2023. Disponível em: https://rec.univs.edu.br/index.php/rec/article/view/340. Acesso em: 01 maio 2025. SANTOS, JV de O. et al. Fatores psicossociais relacionados ao aparecimento de distúrbios osteomusculares em membros inferiores nos trabalhadores de uma indústria de calçados/ Fatores psicossociais relacionados ao aparecimento de distúrbios osteomusculares em membros inferiores em trabalhadores da indústria calcadista. Revista Brasileira de Desenvolvimento , [S. I.] , v. 11, pág. 25330?25343. 2019. DOI: 10.34117/bjdv5n11-199. Disponível https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/4663. Acesso em: 01 maio. 2025.









Perfil sociodemográfico e clínico do IAM de dois hospitais do Vale do Paranhana-RS

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Daiane Fülber, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: daiane.fulber@hotmail.com

Introdução: O infarto agudo do miocárdio (IAM) continua figurando entre as principais causas de morbimortalidade em âmbito global, configurando-se como um desafio persistente e crescente para os sistemas de saúde, independentemente do nível de desenvolvimento socioeconômico. De acordo com o Ministério da Saúde (BR), o IAM caracteriza-se como uma emergência cardiovascular de elevada gravidade, provocada pela obstrução súbita de uma artéria coronária, o que compromete a irrigação sanguínea do miocárdio e resulta na necrose do tecido cardíaco. Dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) reforçam a relevância do tema ao apontarem que as doenças cardiovasculares são responsáveis por aproximadamente 30% de todos os óbitos nas Américas, refletindo não apenas seu impacto na saúde pública, mas também suas implicações econômicas e sociais. Mesmo com a contribuição dos avanços tecnológicos e terapêuticos para a redução da mortalidade em determinados grupos, o número absoluto de casos de IAM continua alto. Segundo Oliveira et. al 2022 em um estudo epidemiológico de pacientes com IAM realizado em Minas Gerais microregião de Itajubá observou que a maior incidência de IAM foi no sexo masculino com 66,67%, em relação a patologia associada a Hipertenção Arterial Sistêmica (HAS) se destacou com 67,74% seguido de Diabetes Mellitus (DM) com 35,48%. A compreensão do perfil sociodemográfico e clínico dos pacientes acometidos pelo IAM é fundamental para se criar estratégias eficazes de prevenção, diagnóstico e manejo, sobretudo em localidades onde os dados epidemiológicos são escassos ou desatualizados, como o Vale do Paranhana. Conforme apontado por Silva, Duprat e Dórea (2020), em estudo retrospectivo, realizado a partir de 155 prontuários de pacientes atendidos emergência, houve também prevalência do sexo masculino, idade entre 60 a 79 anos e os principais fatores de risco identificados foram hipertensão arterial, diabetes mellitus do tipo 2 e tabagismo. No Vale do Paranhana, situado na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, há uma carência significativa de estudos detalhados sobre as características dos pacientes internados pelo IAM. A região, marcada por heterogeneidade social e econômica, exige um olhar atento para suas especificidades, a fim de orientar ações de saúde pública mais eficazes e adaptadas à realidade local. Dados precisos sobre a população afetada podem contribuir para a implementação de políticas preventivas e a melhoria da qualidade assistencial. Além disso, estudos internacionais complementam a compreensão sobre a diversidade clínica do IAM. Dimitrova (2023), em um estudo retrospectivos de 172 pacientes tratados por IAM, destacou que o sexo masculino foi significativamnete predominante na amostra dividida entre jovens(? 45 anos) e idosos (>45 anos) e que jovens diagnosticados com IAM estariam mais propensos a serem fumantes. Diante desse cenário alarmante, o diagnóstico precoce e o tratamento imediato do infarto agudo do miocárdio são fundamentais para a redução da mortalidade e das complicações associadas. A atuação da equipe de saúde, especialmente dos profissionais de enfermagem, é essencial para o reconhecimento dos sinais e sintomas, implementação de condutas emergenciais e monitoramento contínuo do paciente, contribuindo diretamente para a melhoria dos desfechos clínicos. Além disso, torna-se evidente a importância de desenvolver estudos regionais que tragam à luz as características clínicas e epidemiológicas locais. ampliando a base de conhecimento necessária para intervenções em saúde mais eficazes e para aprimorar a assistência de enfermagem. Objetivos: Este estudo tem como objetivo principal descrever e analisar o perfil sociodemográfico e clínico de pacientes diagnosticados com infarto agudo do miocárdio atendidos em dois hospitais localizados no Vale do Paranhana-RS. Métodos: A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem quantitativa, retrospectiva e de caráter transversal, conduzido em duas instituições hospitalares situadas no Vale do Paranhana-RS. A amostra será composta por prontuários de pacientes diagnosticados com IAM e que foram internados nas instituições no período compreendido a partir de 2023. A coleta de dados será realizada presencialmente por meio do sistema de Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP). As variáveis a serem analisadas incluem aspectos sociodemográficos, tais como idade, sexo (femenino/masculino), cor/raça (conforme o que estiver descrito no prontuário) bem como variáveis clínicas fundamentais, incluindo o tipo de IAM (com ou sem supradesnivelamento do segmento ST), os sintomas









manifestados tanto na admissão hospitalar quanto durante a internação, a presença de comorbidades prévias (como hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, dislipidemias, tabagismo, etilismo, cardiopatias, epilepsias, doenças pulmonares), e os desfechos clínicos ao final da internação. Os dados serão inseridos em planilha de Excel. A análise dos dados será realizada por meio de estatística descritiva. com cálculo de frequências absolutas e relativas para variáveis categóricas, além de médias e desvios padrão para variáveis contínuas. A coleta de dados será realizada somente após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faccat. A pesquisa sequirá os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Resultados Esperados: Com base em dados anteriores e na literatura existente, espera-se que o perfil clínico e sociodemográfico identificado aponte para uma prevalência major de casos em indivíduos do sexo masculino, com idade superior a 60 anos, refletindo a tendência observada em estudos epidemiológicos anteriores. A prevalência elevada de fatores de risco cardiovasculares clássicos, como hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e hábitos de vida não saudáveis (por exemplo, tabagismo, etilismo e sedentarismo), também é esperada. Além disso, pretendese verificar a distribuição dos tipos de IAM, diferenciando entre os casos com e sem supradesnivelamento do segmento ST, bem como observar os desfechos hospitalares, como alta, transferência para unidades de maior complexidade e mortalidade. Considerações: Este estudo busça fornecer subsídios robustos para a implementação de ações preventivas e educativas voltadas ao público mais vulnerável ao infarto agudo do miocárdio na região do Vale do Paranhana-RS. Além de contribuir para a prática clínica e o aprimoramento da assistência de enfermagem, espera-se que os resultados possam fortalecer a base científica local e servir como alicerce para novas pesquisas e políticas públicas de saúde que visem reduzir a morbimortalidade associada ao IAM.

Descritores: Infarto do Miocárdio, Hospitalização, Perfil de Saúde.

Referências

Referências: DIMITROVA, I. N. Acute Myocardial Infarction in Young Individuals: Demographic and Risk Factor Profile, Clinical Features, Angiographic Findings and In-Hospital Outcome. Cureus, v. 15, n. 9, e45803, 22 set. 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37876412/. Acesso em: 9 maio 2025. MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Manual de doenças cardiovasculares. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/dor-toracica/definicao/. Acesso em: 9 maio 2025. OLIVEIRA, L. R. et al. Perfil clínico-epidemiológico de pacientes com infarto agudo do miocárdio. Revista Enfermagem Atual, ٧. 94, n. 32. p. 1-10. 2022. Disponível https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/43874. Acesso em: 10 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Doenças cardiovasculares. 2023. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/doencas-cardiovasculares. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVA, K. S. C.; DUPRAT, I. P.; DÓREA, S. A. Cardiologic emergency: main risk factors for acute myocardial infarction. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 11252-11263, jul./ago. 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/15845. Acesso em: 12 maio 2025.









Distúrbios osteomusculares de trabalhadores da indústria calçadista

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Gislaine Schwertz de Oliveira, Edna Jeremias Martins. Correspondência: schwertzgislaine@gmail.com

Introdução: Os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) são lesões que afetam músculos, tendões, nervos e outras estruturas do sistema musculoesquelético, resultantes principalmente de movimentos repetitivos, posturas inadequadas e esforços físicos intensos durante a jornada laboral. No Brasil, esses distúrbios têm se mostrado uma das principais causas de afastamento do trabalho, especialmente em setores como indústria, agricultura e serviços públicos, contribuindo para o aumento dos índices de incapacidade laboral. O impacto econômico desses distúrbios é significativo, pois, além dos custos diretos com assistência médica e reabilitação, há também custos indiretos relacionados à perda de produtividade, aumento dos benefícios previdenciários e aposentadorias precoces, gerando sobrecarga para o sistema de saúde e para a previdência social (GONÇALVES et al., 2024). As Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) são doenças ocupacionais decorrentes da repetição excessiva de movimentos, posturas inadequadas e ausência de pausas, podendo causar dores crônicas, inflamações e incapacidades funcionais, além de impactar negativamente a produtividade laboral (SOCIEDADE BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA, 2022). Essas doenças têm se destacado como importantes causas de adoecimento entre trabalhadores brasileiros, com crescimento significativo nas notificações ao longo dos anos. Entre 2007 e 2016, os registros aumentaram 184%, evidenciando a crescente exposição a fatores ocupacionais de risco. Os casos foram mais frequentes em mulheres, trabalhadores entre 40 e 49 anos e com ensino médio completo, afetando especialmente profissionais dos setores da indústria, comércio, alimentação, transporte e limpeza, gerando impactos importantes na produtividade, afastamentos e custos com saúde (BRASIL, 2022). Nesse cenário, a indústria calçadista desempenha papel relevante em regiões específicas, como o Vale do Paranhana, que, junto ao Vale dos Sinos, configura um dos majores clusters calcadistas do mundo. Desde a década de 1990, essa região tem passado por transformações significativas na estrutura produtiva, com a expansão de micro e pequenas empresas decorrente da terceirização, impactando diretamente a dinâmica econômica local e as condições de trabalho. É fundamental considerar essas especificidades na análise dos fatores de risco ergonômicos (BOSA; BUGS, 2021). Uma investigação na indústria manufatureira chinesa identificou que as regiões mais afetadas são pescoço, ombros e lombar, sobretudo entre mulheres e trabalhadores com mais de cinco anos de experiência, evidenciando a vulnerabilidade de grupos específicos no ambiente laboral. Aspectos como repetição de movimentos, posturas estáticas mantidas por longos períodos e ausência de pausas para recuperação foram destacados como preditores consistentes para o desenvolvimento desses agravos (WANG et al., 2020). A taxa de prevalência geral dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) entre trabalhadores da indústria foi de 79,7%, sendo significativamente maior em mulheres (OR = 2,86; IC 95%: 2,38?3,33) e em trabalhadores com tempo de serviço entre 15 e 19 anos, indicando maior vulnerabilidade nesses grupos (WANG et al., 2020). Neste contexto, torna-se imprescindível compreender como os fatores laborais presentes na indústria calçadista contribuem para o desenvolvimento dos distúrbios osteomusculares. A análise desses elementos permite não apenas mapear os riscos ergonômicos, mas também subsidiar a formulação de intervenções efetivas voltadas à promoção da saúde ocupacional e à redução dos afastamentos por doenças relacionadas ao trabalho. Para a enfermagem, esse conhecimento é fundamental, pois a atuação desse profissional é crucial na identificação precoce dos sintomas, na educação em saúde preventiva e no acompanhamento dos trabalhadores, contribuindo diretamente para a melhoria das condições laborais e para a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Obietivo: Investigar a prevalência de distúrbios osteomusculares em trabalhadores da indústria calçadista do Vale do Paranhana, Rio Grande do Sul. Método: Este estudo possui abordagem quantitativa, com delineamento transversal e prospectivo. A pesquisa será realizada na cidade de Igrejinha, localizada no Vale do Paranhana, no estado do Rio Grande do Sul, região reconhecida pela forte presença da indústria calçadista. A escolha das indústrias participantes será por conveniência, considerando o acesso permitido e a disponibilidade dos trabalhadores. A amostra incluirá trabalhadores









da indústria com idade igual ou superior a 18 anos, sendo excluídos agueles afastados por motivos de saúde, cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida, bem como aqueles que não possam responder adequadamente aos instrumentos da pesquisa, pois a inclusão desses indivíduos poderia impactar nos resultados, comprometendo a validade das análises relacionadas às dores osteomusculares em trabalhadores ativos. Serão coletados dados sociodemográficos dos participantes, incluindo idade, sexo, escolaridade e cor/raça. Além disso, serão investigadas características laborais, como a posição predominante durante o trabalho (em pé, sentado ou alternando), tempo de servico na empresa e outras condições relacionadas ao ambiente de trabalho. Para avaliar a presença e o impacto das dores osteomusculares, será aplicado o Questionário Nórdico de Dor Musculoesquelética (NMQ), um instrumento validado e amplamente utilizado para triagem dessas condições. O NMQ é composto por questões fechadas, que envolvem a marcação de respostas para identificar a presença ou ausência de dor em nove regiões do corpo (pescoço, ombros, cotovelos, punhos/mãos, parte superior das costas, região lombar, quadris/coxa, joelhos e tornozelos/pés), tanto nos últimos sete dias quanto nos últimos doze meses. O questionário também inclui perguntas que avaliam se a dor causou limitações nas atividades diárias ou afastamento do trabalho. O NMQ não utiliza escala de intensidade numérica, mas sim respostas dicotômicas (sim/não) para a maioria das perguntas, facilitando a coleta e análise dos dados. A aplicação do questionário será feita de forma individual e respeitando a privacidade dos participantes, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações coletadas. Os participantes receberão um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) explicando os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos, a voluntariedade da participação e as garantias de sigilo. Além disso, serão verificadas medidas antropométricas dos participantes, como peso, altura e índice de massa corporal (IMC), a fim de relacionar dados físicos com a presenca de queixas musculoesqueléticas. Os dados serão analisados por meio de estatística descritiva, buscando identificar padrões e associações entre variáveis individuais, ocupacionais e clínicas. Resultados: A aplicação do Questionário Nórdico de Dores Osteomusculares permitirá identificar a prevalência, a localização e a intensidade das dores musculoesqueléticas entre os participantes do estudo. Espera-se obter dados detalhados sobre os segmentos corporais mais acometidos, como região lombar, pescoço, ombros e membros superiores, além de correlacionar essas queixas com variáveis sociodemográficas e laborais. O Questionário Nórdico de Dor Musculoesquelética (NMQ) não classifica os distúrbios osteomusculares em graus ou tipos específicos, mas atua como um instrumento de triagem que identifica a presença, a localização e a frequência das dores musculoesqueléticas em diferentes regiões do corpo. Ele investiga nove áreas, como pescoço, ombros, cotovelos, punhos, parte superior das costas, região lombar, quadris, joelhos e tornozelos, questionando se o participante sentiu dor ou desconforto nessas partes durante os últimos sete dias e nos últimos doze meses. Além disso, o questionário avalia o impacto dessas dores, verificando se causaram limitações nas atividades diárias, afastamento do trabalho ou necessidade de atendimento médico. Dessa forma, o NMQ permite analisar a prevalência das dores em curto e longo prazo, identificar as regiões mais afetadas e detectar possíveis limitações funcionais decorrentes dos distúrbios osteomusculares, auxiliando na associação dessas condições com fatores laborais e sociodemográficos. Esses resultados possibilitarão a compreensão dos principais fatores de risco associados aos distúrbios osteomusculares na população estudada, subsidiando futuras intervenções de prevenção e promoção da saúde no ambiente de trabalho. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. O estudo está registrado sob o número CAAE 71412423.4.0000.8135, garantindo que todos os procedimentos seguirão as diretrizes éticas para a proteção dos participantes, incluindo o respeito à privacidade, ao anonimato e à confidencialidade dos dados coletados. De maneira geral, os resultados poderão contribuir para a compreensão dos fatores de risco específicos no ambiente da indústria calçadista e fornecer insights para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e melhorias nas condições de trabalho, visando a promoção da saúde ocupacional. Considerações: Espera-se que a implementação de medidas preventivas, como a melhoria das condições de trabalho e o estímulo a pausas regulares, possa reduzir significativamente o impacto desses distúrbios sobre a saúde dos trabalhadores, promovendo ambientes laborais mais saudáveis e sustentáveis. Além disso, os resultados deste estudo poderão auxiliar profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, na identificação precoce dos sintomas e na promoção de ações voltadas à saúde ocupacional, contribuindo para a redução dos afastamentos por









doenças relacionadas ao trabalho. Por fim, este trabalho pretende fortalecer a integração entre pesquisa e prática profissional, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas e programas de prevenção que garantam a qualidade de vida e o bem-estar dos trabalhadores da indústria calçadista. **Descritores**: Doenças Musculosqueléticas, Saúde Ocupacional, Transtornos Traumáticos Cumulativos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Brasil 2018: uma análise da situação de saúde e das doenças e agravos crônicos: desafios e perspectivas [revisado em 2022]. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/saude-brasil/saude-brasil-2018.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

GONÇALVES, B. A. et al. Perfil epidemiológico dos casos de distúrbios osteomusculares na população brasileira no período de 2018 a 2023. Revista de Medicina, São Paulo, v. 103, n. 4, e224070, 2024. Disponível em: https://revistas.usp.br/revistadc/article/view/224070. Acesso em: 18 maio 2025.

PICOLÓTO, D.; SILVEIRA, E. da. Prevalência de sintomas osteomusculares e fatores associados em trabalhadores de uma indústria metalúrgica de Canoas ? RS. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/hhWbqyS95Mz8PwQhGdG4jFz/. Acesso em: 12 maio 2025. SOCIEDADE BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA. Ler/Dort. 2022. Disponível em: https://www.reumatologia.org.br/doencas-reumaticas/ler-dort/. Acesso em: 19 jun. 2023.

YANG, F. et al. The prevalence and risk factors of work related musculoskeletal disorders among electronics manufacturing workers: a cross-sectional analytical study in China. BMC Public Health, [S.I.], v. 23, n. 1, p. 10, 03 jan. 2023. DOI: https://doi.org/10.1186/s12889-022-14952-6. Acesso em: 12 maio 2025.

WANG, F. J. et al. Occurrence pattern of musculoskeletal disorders and its influencing factors among manufacturing workers. Beijing Da Xue Xue Bao Yi Xue Ban, [S.I.], v. 52, n. 3, p. 535-540, 18 jun. 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32541989/. Acesso em: 12 maio 2025.









Prevalência de internação hospitalar por tentativa de suicídio

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Késsia Caroline Simões Mertins, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: kessimoes18@gmail.com

Introdução: De acordo com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizados pelo Datasus, foram registrados 31.004 casos de violência interpessoal e autoprovocada no estado do Rio Grande do Sul e 70 casos no município de Taguara, ambos no ano de 2024 (Ministério da Saúde, 2024). O suicídio como um "ato deliberado, praticado pelo próprio indivíduo, com a intenção consciente ? ainda que ambivalente ? de provocar a própria morte, utilizando um meio que acredita ser letal", conforme Conselho Federal de Medicina (CFM, 2014). O suicídio é um tema complexo, delicado e que afeta indivíduos de diferentes origens, classes sociais, idades e identidades de gêneros (Ministério da Saúde, 2025). Segundo dados muitas pessoas já tentaram suicídio, porém, sem sucesso, anualmente cerca de 720 mil pessoas tiraram sua vida e destes casos cerca de 73% dos casos ocorreram em países em situação de pobreza e vulnerabilidade, sendo um tema complexo e influenciado por diversos fatores que se interrelacionam, como questões sociais, psicológicas, biológicas, culturais e ambientais (OMS, 2025). Segundo dados do Datasus revelam que os óbitos por lesões autoprovocadas dobraram nas últimas duas décadas, enquanto episódios depressivos e transtornos ansiosos se mantêm entre as principais causas de afastamentos laborais. Este significante aumento dos índices de tentativas de suicídio um pouco se deve a crise que o Brasil vem enfrentando pós pandemia, onde o isolamento social e o impacto emocional pela pandemia de COVID-19, acaba impactando diretamente no aumento dos níveis de estresse e sofrimento psíguico da população (COFEN, 2022). O comportamento suicida apresenta significativa subnotificação, especialmente nos casos de tentativa, sendo os dados mais precisos referentes aos óbitos consumados. Estimativas mostram que a ideação suicida pode alcançar até 17% da população, enquanto fatores como automutilação, uso de substâncias psicoativas e conflitos relacionais contribuem para o risco suicida. A major parte dos casos ocorre em países em desenvolvimento, embora a produção científica sobre o tema nesses locais seja significativamente menor (SOUZA et al., 2023). De acordo com uma pesquisa realizada na cidade do México que elaborou uma análise comparativa entre a população adolescente e adulta em relação ao comportamento suicida, onde se obteve como um dos seus resultados que a prevalência de tentativa de suicídio ao longo da vida é maior em adolescente (6.5%) do que entres os adultos (3.5%). tendo que nos últimos 12 meses os índices foram de 3,1% e 0,6%, respectivamente (VALDEZ-SANTIAGO,. R et al, 2023). Conforme uma pesquisa de um estudo epidemiológico de corte transversal realizada no estado de Alagoas, que analisou as características das tentativas de suicídio atendidas pelo serviço de emergência pré-hospitalar, onde se obteve como um dos seus resultados que as mulheres de um modo geral, eram mais jovens e recorrem ao método da intoxicação com mais frequência, das 144 vítimas atendidas pelos bombeiros militares pela tentativa de suicídio, homens e mulheres tiveram proporções semelhantes (OLIVEIRA.,. 2020). Um estudo realizado com pessoas trans evidenciou uma relação significativa entre preconceito internalizado, preconceito antecipado e baixo apoio social, apontando altos índices de sofrimento psíguico, sendo que a experiência de transfobia está associada a sintomas depressivos e à ideação suicida (CHINAZZO, Í R.,et al. 2021) . O comportamento suicida se caracteriza pela presença persistente de pensamentos sobre a morte e tentativas de pôr fim à vida, motivadas, muitas vezes, pelo desejo de interromper um sofrimento intenso, e não necessariamente pela vontade de morrer. Comportamentos como desesperança, auto destruição e tristeza profunda costumam acompanhar esse guadro (ANDRADE., I, C, S. et al., 2024). Observa-se associação estatística significativa entre a presença de transtornos mentais durante a gestação e nos anos seguintes ao parto com ocorrências de tentativas de suicídio. (DUARTE., W B A., SILVA., E P., LUDERMIR., A B., 2023), A análise deste perfil pode trazer importantes percepções sobre como lidar com essas situações e como seus cuidados podem ser aprimorados para reduzir a reincidência e promover a recuperação destes indivíduos. Colaborando com a promoção de saúde mental em níveis preventivos, como programas de apoio psicológico, contribuindo com a elaboração de políticas públicas para a saúde mental e interação com outras equipes multidisciplinares. Objetivos: Analisar a prevalência de internações hospitalares por tentativa de suicídio, em hospitais do Vale









do Paranhana, caracterizando o perfil sociodemográfico e clínico, além de conhecer o método mais utilizado. Método: Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, do tipo retrospectiva, transversal. cuja amostra é composta por pacientes internados por tentativa de suicídio de duas instituições referência em Saúde Mental no Vale do Paranhana, a coleta de dados será realizada por meio da análise de prontuários, utilizando uma planilha no Excel, com variáveis sociodemográficas (sexo, idade (anos), escolaridade), cidade onde reside, estado civil, comorbidades, cor, religião, desfecho, motivo da internação, primeira internação, internação, tempo de internação, CID e aspectos relacionados ao histórico de tentativa de suicídio do prontuário de cada participante, os dados serão apresentados por média, desvio padrão. mediana, amplitude interquartil, com variáveis categóricas descritas por frequência absoluta e relativa. O estudo dispensa o uso do Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pois não tem contato direto com o paciente, cumprindo, contudo, os princípios éticos estabelecidos pela Resolução n°510\2016 do Conselho Nacional de Saúde, que se refere a pesquisas em ciências humanas e sociais, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa das Faculdades Integradas de Taquara, estando registrado na Plataforma Brasil sob o CAAE: 82556524.4.0000.8135. Resultados Esperados: Com base na revisão da literatura e nas análises realizadas, espera-se que a pesquisa revele as experiências e percepções da eguipe de enfermagem diante da prevalência de internações por tentativa de suicídio na região, contribuindo para a compreensão crítica das práticas adotadas, bem como de suas fragilidades e potencialidades. Considerações finais: A partir deste estudo, busca-se subsidiar o desenvolvimento e o aprimoramento de estratégias de prevenção ao suicídio e contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental. Além disso, busca-se aprofundar o conhecimento sobre a hospitalização decorrente de tentativas de suicídio, por meio da análise comparativa dos fatores associados, bem como das questões psicossociais e ambientais que contribuem para esses casos.

Descritores: Tentativa de suicídio, Hospitalização, Saúde mental.

Referências

ANDRADE, C, S. et al. Avaliação funcional em família de pessoas com comportamento suicida: Aplicação do Modelo Calgary. Revista Cogitare Enfermagem, Paraná, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ce.v29i0.92164. Acesso em: 14 de abril de 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN. Disponível em: TabNet Win32 3.3: VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA - Rio Grande do Sul. Acesso em: 14/05/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Suicídio: prevenção. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em:Suicídio (Prevenção) ? Ministério da Saúde. Acesso em: 2 de maio de 2025.

CHINAZZO, Í R.,et al. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. Ciência & Saúde Coletiva. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019. Acesso em: 02 de maio de 2025. Conselho Federal de Medicina. Suicídio: informando para prevenir. Brasília: Associação Brasileira de Psiquiatria; Biblioteca virtual em Saúde. 2014. Disponível em: Suicídio: informando para prevenir | Brasília; Conselho Federal de Medicina; 2014. 52 p. | LILACS | SMS-SP. Acesso em:13\05\2025.

DUARTE, W, B, A., SILVA, E, P., LUDERMIR, A, B., Efeitos dos transtornos mentais comuns na gestação e seus a nove anos pós-parto para a tentativa de suicídio em mulheres. Revista Ciência & Saúde coletiva. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232024292.03742023. Acesso em: 14 de abril de 2025. Conselho Federal de Enfermagem. O Brasil enfrenta uma segunda pandemia: a da saúde mental. Brasília: Cofen, 2022. Disponível em: Brasil vive uma segunda pandemia, agora na Saúde Mental - Cofen. Acesso em: 2 de maio de 2025.

OLIVEIRA, J, W, T., et al. Características das tentativas de suicídio atendidas pelo serviço de emergência pré hospitalar: um estudo epidemiológico de corte. transversal. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro. 2020. Disponível em:https://doi.org/10.1590/0047-2085000000289. Acesso em: 14 de abril de 2025.

SOUZA., D, M, et al. Perfil dos atendimentos as tentativas de suicídio por adolescentes em pronto-socorro e fatores associados. Revista Gaúcha de Enfermagem, Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-1447.2024.20240049.en. Acesso em: 14 de abril de 2020.









VALDEZ-SANTIAGO., R. et al, Conducta suicida en México: análisis comparativo entre población adolescente y adulta. Salud Publica Mex. 2023. Disponível em:Conducta suicida en México: análisis comparativo entre población adolescente y adulta - PubMed. Acesso em: 02 de maio de 2025. World Health Organization. Nota informativa sobre os aspectos de saúde da descriminalização do suicídio e das tentativas de suicídio. Genebra: OMS, 2023. Disponível em:WHO Policy Brief on the health aspects of decriminalization of suicide and suicide attempts. Acesso em: 14 de abril de 2025. World Health Organization, Suicide. 2025. Disponível em: Suicídio. Acesso em: 14 de abril de 2025.









Fatores de risco para doença cardiovascular entre acadêmicos de enfermagem

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

William Cezar Mello, Edna Jeremias Martins, Claudia Capellari. Correspondência: williamcezarmello@gmail.com

Introdução: As doenças cardiovasculares (DCV) representam a principal causa de morte em todo o mundo, sendo responsáveis, anualmente, por milhares de óbitos também no Brasil. Essas enfermidades podem acometer tanto o coração quanto os vasos sanguíneos e englobam condições como as cardiopatias congênitas, que podem ser identificadas ainda nos primeiros anos de vida e outras patologias que se desenvolvem ao longo do tempo. Entre elas, destaca-se a doenca arterial coronariana, freguentemente manifestada por dor torácica, que pode evoluir para infarto agudo do miocárdio, configurando-se como uma das principais causas de morbimortalidade global.(BRASIL, 2022). Estima-se que 17,9 milhões de pessoas morreram de doenças cardiovasculares em 2019, representando 32% de mortes no mundo todo, dessas mortes 85% foram causadas por ataque cardíaco e derrame. A majoria das DCV, podem ser prevenidas abordando fatores de riscos comportamentais e ambientais, como dietas pouco saudáveis, uso do tabaco, inatividade física, uso abusivo de álcool e obesidade (OMS, 2021). O ingresso na vida acadêmica traz consigo fatores de risco para doenças cardiovasculares relacionados ao estilo de vida. Consequentemente comprometendo a qualidade e expectativa de vida dos universitários, bem como, seu desempenho, equilíbrio psicológico e social, aumentando sua dependência do uso de fármacos para controle de doenças, conforme revisão integrativa (GOÉS et al. 2021). Em estudo transversal, com 419 universitários de Juiz de fora, observou-se que o ambiente universitário é um local digno de atenção especial pois em um estudo demonstrou taxas preocupante de tabagismo, etilismo, consumo de drogas ilícitas, estresse elevado, síntomas depresivos, hábitos alimentares inadequados, sobrepeso e obesidade, afetando de forma direta e imediata a saúde dos universitários (CHEHUEN NETO et al, 2022). A vida acadêmica faz com que os estudantes alterem suas rotinas, diminuindo o seu tempo para atividades de lazer, prática de atividade física e conseguentemente para a alimentação. O ambiente acadêmico pode ser considerado um agente agressor devido a demanda de tempo para as atividades que estão relacionadas à graduação, desta forma os estudantes ficam mais propensos a desenvolverem fatores de risco à sua própria saúde (PAZ et al. 2023). Deste modo, além de adotarem hábitos de vida poucos saudáveis os estudantes universitários podem podem ser acometidos por outros agentes estressores, como horas extensas de estudos, enxaquecas, dores musculares, noites mal dormidas, dificuldades financeiras, pressões familiares e preocupação constante com seu futuro (CAMARGOS et al, 2021; BRESOLIN et al, 2022). Objetivo: Identificar os fatores de riscos para doenças cardiovasculares entre acadêmicos de enfermagem de uma faculdade de graduação em enfermagem do estado do Rio Grande do Sul, comparando ingressantes e concluintes. Método: Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa do tipo prospectiva transversal. O estudo é realizado em uma instituição de ensino superior do Vale do Paranhana, no estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa terá como amostra os estudantes do primeiro semestre e concluintes do curso de enfermagem. A seleção dos participantes é realizada de acordo com critérios de inclusão, estar cursando o primeiro semestre e alunos que concluíram 80% da grade curricular, são excluídos menores de 18 anos, gestantes, licenca maternidade ou estar afastado por motivo de doenca durante o período da coleta de dados. A etapa atual compreende 29 alunos ingressantes e 18 concluintes. Os dados serão coletados por meio de um questionário composto por 16 questões objetivas, que abordam aspectos sociodemográficos, como idade, sexo. Além disso, são obtidas as medidas antropométricas de cada participante ? incluindo peso, altura e cálculo do índice de massa corporal (IMC) e realizada a verificação da pressão arterial. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) das Faculdades Integradas de Taguara (FACCAT), em conformidade com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), conforme o parecer nº 6.630.080 e CAAE nº 59968722.4.0000.8135, emitido em 17 de dezembro de 2023. Todos os participantes realizam o processo de consentimento antes de iniciar a coleta de dados, garantindo confidencialidade e o sigilo das informações coletadas. Resultados Esperados: É esperado que os estudantes que estão prestes a concluir o curso apresentem um número maior de fatores de risco para doenças cardiovasculares em comparação









aos alunos que estão apenas no primeiro semestre. Dessa forma, é fundamental enfatizar a importância de uma atenção especial voltada para os estudantes que estão nos últimos anos do curso de enfermagem, a fim de promover intervenções que auxiliem na manutenção de um estilo de vida mais saudável e na prevenção de doenças. Considerações: Dessa forma, esta pesquisa poderá ter um papel fundamental na promoção da saúde dos estudantes de enfermagem e consequentemente contribuindo com a comunidade científica. O objetivo é avaliar e para que possam ser implementadas novas estratégias de saúde que possam efetivamente reduzir os fatores de risco associados ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares. Além disso, essa iniciativa não apenas promoverá um ambiente acadêmico mais saudável, mas também servirá como uma base sólida para futuras investigações na área, ampliando o conhecimento e as práticas de saúde dentro do contexto educacional.

Descritores: Fatores de Risco, Doenças Cardiovasculares, Estudantes de Enfermagem.

Referências

BRASIL. Doenças cardiovasculares: principal causa de morte no mundo pode ser prevenida. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2022/09/doencas-cardiovasculares-principal-causa-de-morte-no-mundo-pode-ser-prevenida. Acesso em: 01 maio 2025. BRESOLIN, J. Z. et al. Estresse e depressão em estudantes universitários da saúde. Rev Rene, v. 23, n. 0, p. 11, 2022

CAMARGOS, B. P. et al. A prevalência de enxaqueca em acadêmicos de medicina The prevalence of migraine in medical academics. Braz. J. Hea. Rev., v. 4, n. 5, p. 19389-19391, 2021.

CHEHUEN NETO, J. A. et al. Fatores de risco cardiovascular em estudantes de graduação de uma universidade pública federal: um estudo epidemiológico transversal. Rev. Méd. Minas Gerais, v. 31, e.31117, p. 1-10, 2022.

PAZ, G. de B.; OLIVEIRA, J. de; CAPELLARI, C. Fatores de risco para doenças cardiovasculares em estudantes universitários da área da saúde: revisão integrativa. Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica, Brasil, v. 2, n. 7, 2023. DOI: 10.56166/remici.238v2n7661. Disponível em: https://remici.com.br/index.php/revista/article/view/38. Acesso em: 14 maio. 2025.

GÓES, Anny Isabelly; et al. Fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares em estudantes universitários: uma revisão integrativa. Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras, v. 8, n. único, p. 281-291, 2021. DOI: 10.35621/23587490.v8.n1.p281-291.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Cardiovascular diseases (CVDs). 11 jun. 2021. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/cardiovascular-diseases-(cvds). Acesso em: 28 abril 2025.









Qualidade de vida em pacientes com doença renal crônica em hemodiálise no Vale do Paranhana

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Micael Guarezi, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: Micaelguarezi2018@gmail.com

Introdução: A Doença Renal Crônica (DRC) é uma condição progressiva e irreversível que afeta a função renal, exigindo cuidados contínuos e, em estágios avançados, a adoção de terapias renais substitutivas como a hemodiálise. A DRC impacta significativamente a qualidade de vida dos pacientes devido à rotina extenuante do tratamento, que envolve complicações físicas, emocionais e sociais (JESUS et al., 2019; PRETTO et al., 2020). Pacientes em hemodiálise enfrentam alterações profundas no cotidiano, como restrições alimentares e hídricas, uso constante de medicações, dependência de equipamentos médicos, afastamento do trabalho e mudancas no convívio social e familiar. Nesse contexto, a avaliação da qualidade de vida torna-se essencial para entender os efeitos da doença e orientar as intervenções da equipe de saúde (SILVA; NEGREIROS; MELO, 2021). A sobrecarga física e emocional, combinada com a condição socioeconômica precária e a falta de apoio psicossocial, reduz a percepção de bem-estar dos pacientes renais. Autores como Butyn et al. (2021), Lima et al. (2021) e Vinhal, Lopes e Morais (2022) observam que esses fatores afetam diretamente a qualidade de vida, e a utilização de instrumentos validados como o WHOQOL-bref pode ajudar a desenvolver estratégias terapêuticas mais eficazes e centradas no paciente (ABREU et al., 2025). Compreender o impacto da DRC e do tratamento dialítico na qualidade de vida dos pacientes é fundamental para que a enfermagem desenvolva cuidados pautados na escuta ativa, acolhimento e humanização, respeitando as singularidades de cada indivíduo. Objetivo: O objetivo deste estudo é avaliar a qualidade de vida de pacientes com Doença Renal Crônica em hemodiálise atendidos em uma clínica nefrológica no Vale do Paranhana, Rio Grande do Sul. Métodos: Este é um estudo quantitativo, de abordagem descritiva e transversal, a ser desenvolvido em uma clínica nefrológica no Vale do Paranhana. A população será composta por 120 pacientes diagnosticados com DRC em tratamento hemodialítico, cadastrados na unidade até o período da coleta, conforme levantamento prévio. Os critérios de inclusão são: pacientes em hemodiálise, com pelo menos três meses de tratamento e condições cognitivas adequadas para responder ao instrumento da pesquisa. Serão excluídos aqueles com comprometimentos cognitivos graves Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, será realizada uma visita à clínica para apresentar o projeto à equipe multiprofissional, abordando objetivos, metodologia e justificativa. Os pacientes serão convidados a participar após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados será realizada utilizando o WHOQOL-bref, um instrumento validado pela Organização Mundial da Saúde para avaliar a qualidade de vida dos pacientes. O WHOQOL-bref aborda quatro domínios principais em 24 questões onde abordaos aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais, além de 2 questões gerais. A aplicação será individual, com duração média de 20 minutos por participante, em um ambiente que garanta sigilo, conforto e que não interfira no tratamento. Resultados Esperados: Espera-se que os resultados revelem um comprometimento profundo da qualidade de vida nos domínios físico e social dos pacientes com Doenca Renal Crônica em hemodiálise. A rotina exaustiva de sessões dialíticas três vezes por semana, a dependência da máquina e os efeitos debilitantes do tratamento resultam em limitações severas na capacidade funcional, com fadiga intensa, dores constantes e perda de autonomia. Além disso, o tratamento impõe um isolamento social crescente, reduzindo o convívio familiar e prejudicando as relações interpessoais. Estes fatores afetam diretamente o bem-estar geral, conforme evidenciado pelos dados do WHOQOL-bref, destacando a dura realidade vivida pelos pacientes em hemodiálise. Considerações Finais: Este estudo visa preencher lacunas no entendimento sobre a qualidade de vida de pacientes em hemodiálise, utilizando uma abordagem quantitativa e um instrumento validado para a avaliação. A análise dos dados proporcionará uma compreensão mais profunda das dificuldades e necessidades dessa população, o que será um subsídio importante para o desenvolvimento de políticas e práticas de saúde voltadas à melhoria da qualidade de vida de pacientes com DRC. Espera-se que os resultados contribuam para a adocão de intervenções clínicas mais eficazes e personalizadas, além de ajudar na formação de









profissionais de saúde capacitados para lidar com as questões emocionais e psicossociais dos pacientes. O estudo também poderá servir de base para futuras pesquisas na área da nefrologia e saúde pública, especialmente aquelas voltadas ao cuidado de pacientes em tratamento de longa duração.

Descritores: Qualidade de Vida, Doença Renal Crônica, Hemodiálise.

Referências

ABREU, C. M. R. de et al. Qualidade de vida dos pacientes portadores de doença renal crônica submetidos a hemodiálise. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 25, p. e18781, 23 mar. 2025. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/18781. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico: Doença Renal Crônica no Brasil, 2013 a 2022. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. (Boletim Epidemiológico, v. 55, n. 12). Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-

conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-

12.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Doença Renal Crônica (DRC). Portal Gov.br. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/drc. Acesso em: 28 abr. 2025

BUTYN, Gabrielli et al. Perfil de pacientes renais crônicos em tratamento hemodialítico atendidos em clínica de nefrologia no interior de Minas Gerais. Brazilian Journal of Health Review, São José dos Pinhais, v. 4. 1755?1767. nov./dez. 2021. Disponível https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/24556/19626. Acesso em: 4 maio 2025. CARDOSO, Lucas Pierri; BATISTA, João Gabriel Mitzra Modesto. Qualidade de vida em pacientes com Doença Renal Crônica por meio do questionário IPOS-Renal: comparativo entre tratamento conservador e hemodialítico. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) ? Universidade Federal Santa Catarina, Campus Araranguá, Araranguá, SC. 2023. Disponível https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/248520. Acesso em: 21 abr. 2025.

CREWS, Deidra C. et al. Editorial do Dia Mundial do Rim 2019? impacto, acesso e disparidades na doença renal. Jornal Brasileiro de Nefrologia, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 1-9, 2019. Disponível em: https://www.bjnephrology.org/wp-content/uploads/articles_xml/2175-8239-jbn-2018-0224/2175-8239-jbn-2018-0224-pt.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025. GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Tratado de fisiologia médica. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. Disponível em: https://archive.org/details/TratadoDeFisiologiaMdicaGuyton13Ed/page/n7/mode/2up. Acesso em: 24 abr. 2025.

JESUS, N. M. et al. Qualidade de vida de indivíduos com doença renal crônica em tratamento dialítico. Jornal Brasileiro de Nefrologia, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 364?374, 2019. Disponível em: https://www.bjnephrology.org/article/qualidade-de-vida-de-individuos-com-doenca-renal-cronica-emtratamento-dialitico/. Acesso em: 21 abr. 2025.

LIMA, João Paulo da Silva et al. Qualidade de vida de portadores da doença renal crônica de uma capital brasileira. Research, Society and Development, v. 10, n. 7, e9210716406, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16406. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/16406/14571/208325. Acesso em: 04 maio 2025. MAGALHÃES, Victor Augusto Rocha; SILVA, Gracielle Fernanda dos Reis; JUNIOR, Humberto Caldeira Brant. Cuidados com a fístula arteriovenosa para hemodiálise: uma revisão de literatura. Brazilian Journal Health Review. 45?58. 2020. Disponível of 3. 2, p. https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/7770/6741. Acesso em: 4 maio 2025. MARTINS, Ismael; CESARINO, Claudia Bernardi. Qualidade de vida de pessoas com insuficiência renal crônica em hemodiálise. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 13, n. 5, p. 670?676, set./out. 2005. Disponível https://www.scielo.br/j/rlae/a/9JDNyTBwTMqt4br7svXJT4v/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 21 abr. 2025. Nerbass, Fabiana B.; Lima, Helbert do Nascimento; Strogoff-de-Matos, Jorge P.; Zawadzki, Bruno; Moura-Neto, José A.; Lugon, Jocemir Ronaldo; Sesso, Ricardo. Censo Brasileiro de Diálise 2023. Brazilian Journal of Nephrology, v. 47, n. 1, e20240081, 2025. DOI: 10.1590/2175-8239-JBN-2024-0081pt. Disponível em: https://www.bjnephrology.org/wp-content/uploads/articles xml/2175-8239-jbn-47-1-e20240081/2175-

8239-jbn-47-1-e20240081-pt.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.









PRÓ-RIM. Hemodiálise: o que é, quem precisa e qual o tratamento. Disponível em: https://prorim.org.br/hemodialise-o-que-e-quem-precisa-qual-o-tratamento/. Acesso em: 4 maio 2025. SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA (SBN). O que é Diálise Peritoneal. 2020. Disponível em: https://sbn.org.br/publico/tratamentos/o-que-e-dialise-peritoneal/. Acesso em: 04 maio 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. Transplante renal. 2020. Disponível em: https://sbn.org.br/publico/tratamentos/transplante-renal/. Acesso em: 04 maio 2025.

SANTOS, Danyelle Andrade dos; OLIVEIRA, Deborah dos Anjos. Assistência de Enfermagem e Qualidade de Vida do Paciente com Doença Renal: Um Estudo de Revisão. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) ? Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1049/1/TCC%20Finalizado%20_Danyelle% 20e%20deborah.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

SILVA, Angélica Aparecida da; NEGREIROS, Naiara da Silva; MELO, Raíssa de Fátima Pimentel. Qualidade de vida de pacientes em tratamento de hemodiálise. Revista Saúde em Foco, São Lourenço, n. 12, p. 449?451, 2021. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2021/08/QUALIDADE-DE-VIDA-DE-PACIENTES-EM-TRATAMENTO-DE-HEMODI%C3%81LISE_vers%C3%A3o-publica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025. VINHAL, Lucieli Boschetti; LOPES, Larissa Gonçalves; MORAIS, Elizabeth Rodrigues de. Avaliação da qualidade de vida em doentes renais crônicos hospitalizados. Visão Acadêmica, [S. I.], v. 23, n. 3, 2022. DOI: 10.5380/acd.v23i3.86806. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/86806. Acesso em: 4 maio. 2025.









Caracterização das internações relacionadas à dependência química em unidades de internações psiquiátricas

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Quézia Bonfleuer, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: kezya1mat@sou.faccat.br

Introdução: A dependência química é um problema sério de saúde pública que afeta pessoas no mundo inteiro. A utilização excessiva de substâncias como álcool e outras drogas causa impactos importantes na saúde física e mental das pessoas, além de gerar altos custos para o sistema de saúde. No Brasil, esse problema tem crescido bastante nos últimos anos. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2025), em 2021 foram realizados mais de 400 mil atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) por causa de transtornos mentais e comportamentos relacionados ao uso de substâncias psicoativas, como álcool e drogas ilícitas, um aumento de 12.4% em relação a 2020. Esse aumento mostra não só o crescimento do consumo, mas também a dificuldade em lidar com o problema de forma eficaz. Segundo Schlindwein et al. (2024), o uso indevido de drogas está ligada a vários fatores sociais, como pobreza, falta de políticas públicas, exclusão social e pouca estrutura familiar. O uso de substâncias psicoativas é frequentemente associado à tentativa de lidar com o sofrimento emocional e enfrentar adversidades da vida cotidiana. Embora existam políticas públicas que incentivem o cuidado em liberdade, como a atuação dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), ainda são recorrentes as internações em decorrência de crises relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Essas internações são mais comuns em situações graves e quando não há um acompanhamento adequado. Estudo de caso qualitativo realizado em Estratégia de Saúde da Família no Rio Grande do Sul, observa-se que o cuidado a usuários de substâncias psicoativas ainda é marcado por desafios como preconceito, deficiência na capacitação das eguipes e dificuldades de articulação com Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), apesar dos esforços de fortalecimento via matriciamento (SILVA et al., 2024). De acordo com os dados apresentados por Lima (2025), a maioria dos internados são homens jovens que vivem em situações de vulnerabilidade social, o que mostra a importância de melhorar as políticas públicas nessa área. Além disso, as pessoas com dependência química geralmente têm outros problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais. Em um estudo empírico quantitativo realizado por Fleury et al. (2022), com pacientes em tratamento para dependência química no Canadá, identificou que a presença de comorbidades físicas, transtornos mentais e menor suporte social estão associados ao uso frequente de pronto socorro e hospitalizações, evidenciando a complexidade do cuidado desses usuários. Conforme Denadai (2023), o aumento das internações compulsórias de pessoas que usam drogas indica um retrocesso nas políticas de saúde mental no Brasil. A partir de 54 processos judiciais, observam-se internações decididas pela Justiça e não fazem parte de um tratamento planejado, o que acaba afastando os usuários dos serviços de cuidado e reforçando a ideia de punição, mostrando que o sistema de saúde ainda tem dificuldades para oferecer apoio adequado. Um estudo realizado por Queiroz et al. (2023), ao analisarem 102 processos judiciais relacionados à internação compulsória por uso de drogas em um município do Rio de Janeiro entre 2016 e 2018, evidenciaram que tais medidas têm sido utilizadas como mecanismos de controle social. Segundo os autores, o discurso de recuperação justifica intervenções coercitivas, reforçando estigmas e excluindo os sujeitos do convívio social. A falta de tratamento contínuo e de serviços especializados acaba levando a internações repetidas e uso freguente dos serviços de emergência. Nesse contexto, a análise das internações psiquiátricas torna-se fundamental para compreender o perfil dos pacientes, a prevalência das substâncias psicoativas mais utilizadas e as condições de internações, especialmente em relação a natureza voluntária, involuntária ou compulsória, podendo ajudar na criação de ações mais eficazes no fortalecimento das políticas públicas de saúde mental. Objetivo: Busca-se por meio desse estudo, analisar o perfil das internações psiquiátricas por dependência química em unidades hospitalares da região do Vale do Paranhana. Método: Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de natureza retrospectiva e transversal, que está sendo realizada a partir da análise documental de prontuários de pacientes internados por dependência química em duas instituições referência em saúde mental do Vale do Paranhana A amostra é composta por prontuários de pacientes internados por dependência guímica entre 2024 e 2025, que









contenham: dados sociodemográficos (idade, sexo, cor/etnia, escolaridade, estado civil, cidade de residência e religião); dados institucionais (onde ocorreu a internação); histórico clínico (incluindo diagnóstico registrado conforme a Classificação Internacional de Doenças- CID, presença de comorbidades e se é a primeira internação): informações sobre o tipo de internação (se voluntária, involuntária ou compulsória); tempo de internação; desfecho (alta, evasão, transferência, entre outros); além das substâncias psicoativas utilizadas. Os dados estão sendo organizados e analisados no programa Microsoft Excel, sendo as variáveis quantitativas descritas por medidas de tendência central e dispersão (média, desvio padrão, mediana, amplitude interquartil) e as variáveis categóricas por frequências absolutas e relativas. Por tratar-se de uma pesquisa baseada em dados secundários os riscos envolvidos são mínimos. O estudo respeita os princípios éticos da Resolução n 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. assegurando a confidencialidade das informações e a não exposição dos participantes, sem causar danos pessoais. O projeto original foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa conforme CAAE nº 82556524.4.0000.8135. Resultados esperados: Espera-se identificar alto índice de internações compulsórias, associadas ao uso abusivo de substâncias como álcool, crack e outras drogas ilícitas frequentemente em contextos marcados pela ausência de suporte familiar, reincidência e fragilidades das redes de cuidado à saúde mental. Considerações: Diante do crescente número de internações psiguiátricas por uso abusivo de substâncias psicoativas, especialmente em contextos de vulnerabilidades sociais, este estudo pretende contribuir para a compreensão do perfil dessas internações em uma região específica. Ao analisar o tipo de internação predominante e as substâncias mais associadas aos quadros clínicos graves, espera- se sustentar reflexões sobre a efetividade das políticas públicas de saúde mental e a necessidade de fortalecimento da rede de atenção psicossocial. A caracterização desses dados poderá orientar estratégias mais adequadas para prevenção, cuidado contínuo e readaptação social, diminuindo a recorrência de internações e promovendo abordagens mais humanizadas e resolutivas no tratamento de dependência química.

Descritores: Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias, Tratamento Psiquiátrico Involuntário, Usuários de Drogas.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. Atendimento a pessoas com transtornos mentais por uso de álcool e drogas aumenta 11% no SUS. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/atendimento-a-pessoas-com-transtornos-mentais-por-uso-de-alcool-e-drogas-aumenta-11-no-sus Acesso em: 01 de maio de 2025.

DENADAI, Mirian Cátia Vieira Basílio. Internações compulsórias e restrição da liberdade de pessoas que usam drogas. Revista Katálysis, v. 26, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e91592 Acesso em: 04 de maio de 2025.

FLEURY, Marie-Josée. CAO, Zhirong. GRENIER, Guy. HUYNH, Christophe. Preditores de uso frequente de pronto-socorro e hospitalização entre pacientes com transtornos relacionados a substâncias recrutadas em centros de tratamento de dependência. Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública (IJERPH), v.19, n. 11, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph19116607 Acesso em: 01 de maio de 2025.

LIMA, Guilherme Naco. Internação psiquiátrica de pessoas com transtornos por uso de substâncias: aspectos clínicos e legais. 2025. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Medicina) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2025. Disponivel em https://docs.bvsalud.org/biblioref/2025/03/1589555/guilherme-naco-lima-tcc-psiquiatria-2025.pdf Acesso em: 01 de maio de 2025.

QUEIROZ, Larissa de Abreu. ASSIS, Fátima Buchele. MARTINHAGO Fernanda. Perfil dos processos de internação compulsória decorrentes do uso de drogas: uma pesquisa documental. Saúde em Debate, v. 46, n. 134, p. 1161-1174, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104202213416. Acesso em: 04 de maio de 2025.

SCHLINDWEIN, Vanderleia de Lurdes Dal Castel. LOPES, Fábio José Orsini. SILVA, Fernando Henrique Melo. JÚNIOR, Itamar José Félix. Sofrimento Psíquico, uso de drogas e trabalho. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 49, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2317-6369/35722pt2024v49edcinq17 Acesso em: 01 de maio de 2025.









SILVA, Vanessa Alvez Mora da. Cuidados aos usuários de drogas em uma estratégia de saúde da família: potencialidades e desafios. Cogitare Enfermagem, v. 29, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ce.v29i0.93351 Acesso em: 04 de maio de 2025.









Doação e transplante de órgãos

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo expandido

Sabrina Letícia Weber, Rubellita Holanda Pinheiro Cunha Gois, Monique Eva de Vargas Cardoso, Mariele

Cunha Ribeiro.

Correspondência: sabrinalweber1999@gmail.com

Introdução: O Brasil é o segundo maior transplantador de órgão do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, mas possui o maior sistema público de transplantes. O transplante de órgãos acontece de duas formas, da oferta gratuita de doação de órgãos de pessoa viva para um familiar ou de um falecido para qualquer pessoa, desde que seus familiares autorizem. Diante disso, há uma limitação na legislação acerca dos transplantes de órgãos no Brasil, pois, não favorece a diretiva antecipada de vontade, ou seja, a manifestação expressa do falecido na intenção que fosse feita a doação de seus órgãos. Segundo o relatório de doação de órgãos no país, em 2023 foram registrados 14.138 potenciais doadores, foram realizadas 8.180 entrevistas com as famílias, porém, a taxa de recusa foi de 42,4%, sendo realizadas 4.129 doações efetivas. Ainda, o Brasil apresenta uma lista de espera para transplante de órgão de 45.799 mil pessoas, sendo 26.895 do sexo masculino e 18.904 do sexo feminino. Ademais, o estado do Rio Grande do Sul está no quinto lugar na lista de realização de transplante. Objetivo: Descrever as etapas de doação e transplante de órgãos de pessoa falecida. Método: Revisão de literatura baseada no Manual de Doação e Transplantes da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil 2017. Resultados: O processo de doação e transplante é composto por uma série de passos que devem ser seguidos de forma ordenada e precisa. Primeiro passo é a detecção de potenciais doadores, que são pacientes em coma com causa conhecida, grau 3 na escala de Glasgow e uso de ventilação mecânica. Segundo passo é o diagnóstico de morte encefálica, que é a perda irreversível das funções cerebrais e do tronco encefálico, assegurando que as causas reversíveis foram excluídas, tais como: hipotermia, drogas depressoras do sistema nervoso central e alterações metabólicas. Ainda, necessário realizar 2 testes clínicos com intervalo de tempo de 6 a 48 horas, para estabelecer ausência dos reflexos do tronco encefálico e estado de apneia, com a realização dos seguintes testes: reflexo pupilar à luz, reflexo corneano, reflexo vestíbulo-ocular e reflexo oculocefálico. Ressaltando que os testes devem ser realizados por 2 médicos, sendo um deles neurologista, ambos não podendo estarem envolvidos com equipes de transplante. Após a confirmação do diagnóstico, notifica-se à Central de Transplantes. Ademais, os familiares devem ser avisados do procedimento e podem chamar um médico de confiança para participar da realização dos exames. Terceiro passo é a entrevista com a família, que deve ser realizada por uma equipe de profissionais de saúde, que abordam a oportunidade de transformar a tragédia da perda de um ente guerido em um ato nobre, que pode salvar até 8 vidas. O resultado depende de predisposição prévia, consciência social, qualidade do atendimento durante a internação e a técnica dos entrevistadores. Quarto passo consiste na avaliação clínica, laboratorial e de imagem do potencial doador, para afastar doenças e determinar a viabilidade dos órgãos e tecidos. O quinto passo é a manutenção do potencial doador, que ocorre desde o processo de identificação do doador em potencial até a sala cirúrgica. A morte encefálica provoca deterioração de todas as funções do organismo, podendo desencadear parada cardíaca, por impossibilidade de manter os parâmetros hemodinâmicos. Desse modo, é necessário monitorização cardíaca contínua, saturação de O2, pressão arterial, equilíbrio hidroeletrolítico, equilíbrio ácido-básico, débito urinário e temperatura corporal. As medidas de manutenção compõem a ?regra dos 100?, que consiste na reposição de volume, infusão de vasopressores, oxigenação, equilíbrio ácido básico, normotermia e prevenir ou tratar infecções. O sexto passo envolve aspectos logísticos, selecionar os receptores, avaliar a viabilidade dos órgãos, enviar o material para a imunologia, marcar o horário da cirurgia, providenciar o deslocamento das equipes para remoção, que poderá ser aéreo ou terrestre, e a liberação do corpo. Sétimo passo envolve a remoção de órgãos e tecidos, devendo ser agendado o horário da remoção, o local, os órgãos e tecidos que serão retirados e quais as equipes que realizarão cada cirurgia. Os órgãos e tecidos devem ser removidos na seguinte ordem: coração e pulmões, fígado, pâncreas, rins, enxertos vasculares, córnea, pele e outros tecidos. Ademais, os órgãos devem ser perfundidos com solução de preservação adequada e, após, ser acondicionados em recipientes adequados para serem transportados. Oitavo passo é a alocação dos









órgãos e tecidos, sendo de responsabilidade da Central de Transplantes do Estado, baseado na gravidade, na compatibilidade imunológica e no tempo de espera da pessoa. Nono passo é o transplante, que deve ser autorizado pelo Ministério da Saúde. Décimo passo é o acompanhamento dos transplantados em ambulatório pós transplante. Considerações: O sucesso do transplante de órgãos depende de uma equipe de profissionais de saúde que estejam engajados e atentos em todas as etapas do processo de doação e transplante. Portanto, se fazem necessários investimentos em políticas públicas para disseminar essas informações, para que os profissionais de saúde e a sociedade sejam informados e conscientizados sobre a importância da doação de órgãos.

Descritores: Transplante de Órgãos, Protocolos Clínicos, Morte Encefálica.

Referências

Brasil. A Lei nº 9.434, de 4 de Fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9434compilado.htm. Acesso em: 14 de abril de 2025.

Brasil. Lei Nº 14.722, de 8 de Novembro de 2023. Institui a Política Nacional de Conscientização e Incentivo à Doação e ao Transplante de Órgãos e Tecidos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14722.htm. Acesso em: 14 de abril de 2025.

Brasil. Resolução CFM № 2.173/2017. Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina. 2012. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2173. Acesso em: 14 de abril de 2025. Brasil. Resolução CFM Nº 1.995/ 2012. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, 2012. Disponível https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2012/1995. Acesso em: 09 de abril de 2025. Brasil. Ministério da Saúde. Lista de espera e Transplantes realizados no Brasil no ano recorrente. Sistema Transplantes. Brasil. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/ptbr/composicao/saes/snt/lista-de-espera-e-transplantes-realizados-no-brasil-no-ano-recorrente. Acesso em: 09 de abril de 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Relatório de Doação Brasil - Evolução 2001 - 2023. Sistema Nacional de Transplantes. Brasil. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/snt/relatorios/doacao-serie-historica. Acesso em: 09 de abril de 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Transplantes. Brasil. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/snt. Acesso em: 09 de abril de 2025.

Costa, I. A.; Amaral, A. C. C. Z. M. Doação de Órgãos Post Mortem e as Diretivas Antecipadas da Vontade: Um conflito entre autodeterminação e a vontade familiar. Revista Argumentum, Marília/SP, V. 22, N. 3, p. 1301-1322, 2021. Disponível em: https://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1500. Acesso em: 09 de abril de 2025.

Garcia C. D.; Garcia V. D.; Pereira J. D. Manual de Doação e Transplantes: Informações práticas sobre todas as etapas do processo de doação de órgãos e transplante. Editora Libretos. Porto Alegre/RS 2017. Disponível em: https://site.abto.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Manual-dos-transplantesebook-versao-2022 compressed-1.pdf. Acesso em: 09 de abril de 2025.









Análise dos níveis de estresse e ansiedade de discentes de graduação no contexto das inundações

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo expandido

Viviane Melo da Silva, Claudia Capellari, Edna Thais Jeremias Martins. Correspondência: viviane.melo@sou.faccat.br

Introdução: Um desastre natural é descrito como sendo um evento inesperado e devastador que vai causar o comprometimento de uma comunidade ou sociedade, ultrapassando a capacidade de resposta dos recursos disponíveis (EBI et al., 2021). De maneira abrangente os desastres de fenômenos naturais podem ser classificados em diferentes categorias, de acordo com sua origem. Entre as categorias estão desastres climáticos; como secas ou incêndios em vegetação, desastres hidrológicos; a exemplo das inundações e enxurradas; desastres meteorológicos como tornados, ondas de calor e ciclones; os de natureza geológica, onde estão inseridos terremotos e deslizamentos de terra: e por fim, os de origem biológica, relacionados à surtos epidemiológicos (BRASIL, 2012). Os desastres de origem hidrológica e meteorológica, como inundações ou temperaturas extremas, foram os principais responsáveis por ferimentos na região Sul do Brasil no intervalo de 2013 a 2021. Entre esses, as inundações se sobressaíram pelo maior número de pessoas desabrigadas que necessitaram de realocação, em decorrência da destruição parcial ou total de suas moradias (FREITAS; WITT; VEIGA, 2023). A Região Sul do Brasil recebeu destaque para desastres naturais hidrológicos tidos como enchentes, enxurradas e inundações, entre os anos de 2009 a 2019. esses, representam cerca de 18% dos desastres que ocorreram nesse período em todo o país (ALVES, 2021). Muitas evidências destacam que as consequências negativas de episódios de inundação não se limitam apenas à saúde física, mortalidade, doenças transmissíveis ou danos materiais. Há importantes efeitos associados à saúde mental, especialmente no que diz respeito ao estresse e ansiedade, que causam consequências negativas para o bem-estar e saúde dos indivíduos (WALKER-SPRINGETT: BUTLER; ADGER, 2017). Os impactos adversos das inundações na saúde mental podem persistir por pelo menos três anos após o evento, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de sintomas psicológicos, como transtorno do estresse pós-traumático, conforme coorte com 1361 participantes (MULCHANDANI et al., 2020). Os estudantes universitários representam uma população constantemente exposta a pressão acadêmica e desafios financeiros, desta forma, estão entre os grupos que podem sofrer maiores impactos emocionais e psicológicos em decorrência de catástrofes naturais. Tais eventos, além de causarem interrupções de atividades acadêmicas, podem potencializar ou desencadear o deseguilíbrio emocional, prejudicando assim, a capacidade de adaptação dos discentes afetados (BUTLER; WALKER-SPRINGETT; ADGER, 2018). Objetivos: Classificar os níveis de estresse e de ansiedade de discentes de cursos de graduação diante de desastres naturais hidrológicos ocorridos no Rio Grande do Sul em maio de 2024, bem como, comparar sintomas de ansiedade durante e após o período de inundação e comparar estresse percebido por acadêmicos de graduação no período durante a inundação de 2024 e após 1 ano. Método: Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, do tipo longitudinal realizada com discentes de uma instituição de graduação do Vale do Paranhana, em dois momentos, sendo um durante a inundação de 2024 e outro após 1 ano, considerando o momento atual, em 2025. Para o cálculo amostral, foi adotado um nível de confiança de 95%, e um erro máximo de 5%, sendo o tamanho calculado da amostra de no mínimo 224 indivíduos para cada período, considerando uma amostra homogênea. Os participantes foram convidados a participar da pesquisa, conforme os critérios de inclusão: idade superior a 18 anos; e estar matriculado em algum componente curricular em 2024.1 e, atualmente, em 2025.1. O convite da participação na pesquisa deu-se através das redes sociais, grupos de whatsapp e e-mail. A coleta de dados inicial ocorreu entre maio e junho de 2024, após aceite do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), aprovado sob o CAAE nº: 79892324.9.0000.8135. A coleta de dados ocorreu a partir de um questionário eletrônico semiestruturado, elaborado na plataforma Google Forms, que abordava aspectos sociodemográficos, acadêmicos, dados descritos sobre as inundações e instrumentos padronizados para avaliação psicológica. Dentre os instrumentos aplicados para avaliação psicológica, foram utilizadas a Escala de Estresse Percebido (PSS-10) e o Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), ambas reconhecidas por sua confiabilidade e validade em estudos anteriores. Atualmente, a nova









coleta de dados ocorrerá após novo aceite do CEP da emenda do projeto de pesquisa, para análise comparativa. O estudo seguju as recomendações e preceitos éticos da Resolução 510/2016, que aborda a ética em pesquisa nas ciências humanas e sociais. As variáveis categóricas serão apresentadas em frequências absolutas e percentuais. Ainda será feita a análise univariada, por meio das medidas de tendência central e variabilidade como média, mediana, mínimo e máximo para variáveis numéricas. Sucessivamente será realizada a análise bivariada, aplicando-se a correlação de Pearson (r) com nível de significância de 5% e Teste t de Student. Os dados serão analisados com o auxílio do programa SPSS (Statistical Package for Social Science). Resultados parciais: A amostra inicial da coleta de dados contou com 319 participantes, com predominância do sexo feminino (86,8%), tendo média de idade de 26,3 (±7,9), variando entre 18 anos e 59 anos. Quanto ao nível de ansiedade avaliado por meio do Inventário de Ansiedade de Beck, 31,7% apresentavam níveis mínimos de ansiedade, 26,3% apresentava ansiedade leve, 25,4% moderada e 16,6% apresentavam níveis de ansiedade grave. O estresse foi mensurado a partir da Escala do Estresse Percebido (PPS-10), sendo que no primeiro momento de coleta de dados, 8,8% da amostra apresentou nível muito baixo de estresse percebido. 53.3% baixo nível e 37.9% estresse percebido moderado. Espera-se que, na segunda etapa de coleta de dados, prevista para o momento atual, os níveis relacionados à ansiedade e estresse seiam inferiores aos encontrados na primeira etapa, realizada em maio de 2024. Considerações: Desta forma, a pesquisa contribuirá para a compreensão dos impactos que as inundações exerceram sobre a saúde mental dos discentes de graduação, fornecendo subsídios importantes para criação de estratégias de apoio e suporte psicossocial no ambiente universitário e para formulação de políticas públicas voltadas à saúde mental de jovens adultos em situações de crise ambiental. No contexto da enfermagem, a relevância da temática reside na crescente incidência de eventos climáticos extremos e na necessidade de preparo dos profissionais para lidar com as consequências psicossociais decorrentes desses episódios. A análise dos níveis de estresse e ansiedade entre os discentes contribui para uma compreensão mais ampla dos efeitos emocionais das inundações, fortalecendo a prática da enfermagem baseada em evidências, com foco no cuidado integral e humanizado. Assim, os achados deste estudo poderão nortear acões preventivas e interventivas no âmbito da saúde coletiva e da atenção psicossocial em desastres.

Descritores: Inundações. Saúde do Estudante. Saúde Mental.

Referências

ALVES, B. O. O impacto dos desastres naturais na educação: um estudo para o Brasil. 2021. Dissertação Universidade Paulo, Paulo, de São São 2021. Disponível https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-10092021-123828/. Acesso em: 21 mar. 2025. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Classificação e Codificação Brasileira de Desastres: Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2012. Disponível https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civilsedec/DOCU cobrade.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

BUTLER, C.; WALKER-SPRINGETT, K.; ADGER, W. N. Narrativas de recuperação após inundações: saúde mental, instituições e intervenção. Social Science & Medicine, v. 216, p. 67-73, nov. 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277953618305148?via%3Dihub. Acesso em: 22 mar. 2025.

EBI, K. L. et al. Extreme weather and climate change: population health and health system implications. Annual Review of Public Health, v. 42, p. 293-315, 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9013542/. Acesso em: 21 mar. 2025.

FREITAS, A. W. Q. de; WITT, R. R.; VEIGA, A. B. G. da. A carga sanitária dos desastres naturais e tecnológicos no Brasil de 2013 a 2021. Cadernos de Saúde Pública, v. 4, p. e00154922, 2023.

MULCHANDANI, R. et al. The English National Cohort Study of Flooding & Health: psychological morbidity at three years of follow up. BMC Public Health, v. 20, n. 1, p. 321, 30 mar. 2020. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7104503/. Acesso em: 19 abr. 2025.

WALKER SPRINGETT, K.; BUTLER, C.; ADGER, W. N. Wellbeing after floods. Health & Place, v. 43, p. 66-74, jan. 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1353829216304348?via%3Dihub. Acesso em: 22 mar. 2025.









Manejo adequado e seguro para identificação de tromboembolismo pulmonar

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Milene Voltz Monteiro, Mariele Cunha Ribeiro, Rubellita Holanda Pinheiro Cunha Gois, Monique Eva

Vargas Cardoso.

Correspondência: milenevoltz@sou.faccat.br

Introdução: O Tromboembolismo Pulmonar (TEP) é uma emergência clínica grave relacionada a Trombose Venosa Profunda (TVP), caracterizando-se pela obstrucão total ou parcial da artéria pulmonar, geralmente causada pela migração de coágulos sanguíneos oriundos da circulação venosa profunda, especialmente dos membros inferiores. A obstrução compromete a perfusão pulmonar, podendo evoluir para complicações graves, como insuficiência respiratória, instabilidade hemodinâmica e óbito. No Brasil, entre 2021 e 2025 foram registrados 21.478 óbitos por embolia e trombose arterial, evidenciando a importância do diagnóstico precoce e intervenção imediata. A suspeita clínica da TEP é baseada na associação de fatores de risco e manifestações clínicas que variam desde formas assintomáticas até embolia macica com risco iminente de óbito. Nesse contexto, a adoção de protocolos sistematizado é essencial para identificação precoce e o manejo seguro do TEP, especialmente em pacientes hospitalizados. Objetivo: Analisar a importância de protocolos para o diagnóstico e tratamento de pacientes com suspeita de TEP. Método: Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, publicados em português e inglês, localizados através dos descritores na base de dados Pubmed, com busca realizada em abril de 2025. Resultados: Observou-se que a avaliação de enfermagem desempenha papel fundamental para a identificação precoce do risco de TEP. especialmente em pacientes cirúrgicos. A utilização de protocolos institucionais voltados para a avaliação e prevenção, aliados ao uso de escores clínicos validados, como escores, como Wells e Geneva, e à avaliação de exames complementares, como Dímero-D e angiotomografia pulmonar, permite identificar pacientes em risco de forma eficaz, contribuindo para a redução da mortalidade e melhoria dos desfechos assistenciais. Considerações Finais: A implementação de protocolos sistematizados no manejo do TEP em unidades hospitalares é fundamental para fortalecer a seguranca do paciente, qualificar a tomada de decisão, minimizar complicações e reduzir a mortalidade associada à doença.

Descritores: Embolia Pulmonar, Tromboembolia Venosa, Guia de Prática Clínica.

Referências

ALBRICKER A.C.L, et al. Diretriz Conjunta sobre Tromboembolismo Venoso ? 2022. Arq Bras Cardiol. 2022; 118(4):797-857. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.36660/abc.20220213. Acesso em: 18 de abril de 2025. DATASUS. Ministério da Saúde. Informações de Saúde. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nibr.def. Acesso em 27 de abril de 2024.

GÓMES, E. T., et al., (2021). Enfermagem na prevenção mecânica de tromboembolismo venoso em pacientes cirúrgicos. Revista Da Escola De Enfermagem Da USP, 55, e03738. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020002703738. Acesso em: 28 de abril de 2025.

KONSTANTINIDES SV, et al. ESC Scientific Document Group. 2019 ESC Guidelines for the diagnosis and management of acute pulmonary embolism developed in collaboration with the European Respiratory Society (ERS). Eur Heart J. 2020 Jan 21;41(4):543-603. Disponível em: doi: 10.1093/eurheartj/ehz405. PMID: 31504429. Acesso em: 18 de abril de 2025.

SOBREIRA. ML, et al. Diretrizes Sobre Trombose Venosa Profunda da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular. J Vasc Bras. 2024;23:e20230107. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1677-5449.202301071. Acesso em: 27 de abril de 2025.









Cuidar com humanidade: a atuação da enfermagem nos serviços residenciais terapêuticos

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Renan Benetti, Alana Auler Cará, Camilly Rodrigues, Juliana Pereira, Ritieli Pinto Daros, Thiago da Silva.

Correspondência: renanbenetti@sou.faccat.br

Introdução: A Reforma Psiguiátrica brasileira substituiu os hospitais psiguiátricos por servicos comunitários os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), focando na reabilitação psicossocial, a equipe de enfermagem passou a ter um papel central na humanização do cuidado nesses espaços. Objetivo: Identificar na literatura os desafios encontrados pelos enfermeiros na humanização do cuidado em serviços de residências terapêuticas. Método: Revisão de literatura, conduzido nas bases Pubmed, Lilacs e Scielo no período de abril/2025, para responder à pergunta: quais os desafios para prática do cuidado humanizado em residenciais terapêuticos? Critérios de inclusão: artigos acadêmicos, publicados em periódicos com resumo e texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Não foi realizada restrição quanto ao ano de publicação. Resultados/Discussão:Os enfermeiros que atuam nos Servicos Residenciais Terapêuticos (SRT) enfrentam desafios significativos, entre os quais se destacam o excesso de demandas profissionais, a indefinição de atribuições, a fragilidade do suporte institucional e a limitada articulação com os demais dispositivos da rede de atenção à saúde. Ademais, a inserção geográfica em áreas de menor centralidade representa um obstáculo adicional, comprometendo a autonomia dos usuários e dificultando sua plena inserção social. Em contrapartida, estratégias como a escuta qualificada, a promoção de espaços sistemáticos de reflexão coletiva entre as equipes e a implementação dos Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) revelam-se potentes ferramentas na ressignificação das práticas de enfermagem, contribuindo para a valorização do cuidado cotidiano e para o fortalecimento de vínculos terapêuticos mais humanizados. Considerações Finais: Os SRTs avançam na saúde mental, mas barreiras estruturais ainda dificultam o cuidado humanizado. Investir em educação permanente, valorizar a enfermagem e fortalecer a rede são fundamentais. A revisão mostrou escassez de estudos, reforcando a necessidade de pesquisas recentes para aprofundar o tema e promover avanços.

Descritores: humanização da assistência, enfermagem psiquiátrica, serviços de saúde mental.

Referências

Acebal JS, Barbosa GC, Domingos TS, Bocchi SCM, Paiva ATU. O habitar na reabilitação psicossocial: análise entre dois Serviços Residenciais Terapêuticos. SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 44, N. 127, P. 1120-1133, OUT-DEZ 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104202012713. Acesso em: SANTOS JUNIOR, Hudson Pires de Oliveira; SILVEIRA, Maria de Fátima de Araújo. Práticas de cuidados produzidas no serviço de residências terapêuticas: percorrendo os trilhos de retorno à sociedade. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1041-1048, dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/HWwsk4HKSm3LNtqM3XhtZHm/?lang=pt. Acesso em: 2 maio 2025. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. Divisão de Saúde Mental. Protocolo Saúde Mental: Serviço Residencial Terapêutico (SRT). 2. ed. São Paulo: SMS, ago. 2024. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2024/12/1580000/protocolo_saude_mental_srt_versao_ago24.pdf. Acesso em: 2 maio 2025. SILVA, Danielle Souza; AZEVEDO, Dulcian Medeiros de. A reforma psiquiátrica na visão de guem cuida: percepções de profissionais do serviço residencial terapêutico. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 587-594, jul./set. 2011. Disponível https://www.scielo.br/j/ean/a/DKGDf5XngYhr7vyGyr7Sb9N/?lang=pt. Acesso em: 2 maio 2025. FERREIRA, Caroline da Silva; FERREIRA, Cintia Bragheto. Residência terapêutica: permanências e rupturas nas práticas de trabalho. Psicologia & Sociedade, [S.I.], v. 27, e49795, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/ZdzrdVMkJh8SJDk9rB5hLjJ/?format=pdf. Acesso em: 2 maio 2025.









Avanços e desafios tecnológicos do Programa Volta para Casa: uma revisão da literatura

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Fellipe Edis Wolf Machado, Eduarda Baugartner, Gabrielly de Vargas, Luzângela Pimentel, Guilherme Paviani Lampert, Thiago da Silva. Correspondência: fellipe5091@gmail.com

O Programa Volta para Casa (PVC), instituído pela Lei nº 10.708/2003, é uma política pública voltada à reintegração social de pessoas após alta de internações psiguiátricas. Identificar na literatura avanços e desafios tecnológicos do programa de volta para casa após internações psiquiátricas. Revisão de literatura, conduzido na base de dados Scielo no período de abril/2025, para responder à pergunta norteadora: quais os avanços e desafios tecnológicos enfrentados após alta de internação psiquiátrica? Critérios de inclusão: artigos acadêmicos, publicados em periódicos com resumo e texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Não foi realizada restrição quanto ao ano de publicação. Pode-se analisar importantes avancos com o PVC, principalmente em termos de relação familiar, integração dos benefícios à comunidade e assistência à reabilitação psicológica como ferramenta de apoio à autonomia do paciente. O Programa Volta para Casa estimula práticas de cuidado mais humanas e territoriais. Também pode-se identificar os grandes desafios, como a ausência de serviços de saúde mental nas redes de atenção psicossociais e inadequação nas políticas complementares de moradia, trabalho e renda. As mudanças tecnológicas são baseadas na reintegração social e cidadania e mostram a necessidade de investir em tecnologias e comunicação para melhor monitorar os beneficiários e integrar servicos. Com essas ferramentas poderia se ter o controle e acompanhamento territorial e o maior cuidado com o paciente. O Programa Volta para Casa é um marco nas políticas públicas de saúde mental ao ajudar pessoas internadas a retomarem a vida em sociedade. Com a análise dos artigos, foi possível destacar conquistas, mas também dificuldades que afetam a durabilidade do programa. Conclui-se que é imprescindível reforçar a interconexão de sistemas e incluir tecnologias para consolidar os objetivos do programa e os direitos das pessoas com problemas

Descritores: Saúde mental, Política pública, Desinstitucionalização.

Referências

GUERREIRO, Ana Valéria; BESSONI, Eliane Aparecida; FURTADO, Jéssica Cristina. Entre o passado e o futuro: o que o presente dos beneficiários do Programa de Volta para o Casa ensina sobre o programa. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 4683-4692, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/JXmZWdgy9pgXh4y3PrY9jgx/. Acesso em: 25 abr. 2025.

LIMA, Sheila Silva; BRASIL, Sandra Assis. Do Programa de Volta para Casa à conquista da autonomia: percursos necessários para o real processo de desinstitucionalização. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 24, p. 67-88, 2014. Disponível em: https://www.scielosp.org/ article/physis/2014.v24n1/67-88/pt/> Acesso em: 25 abr. 2025.

LIMA, Helder de Pádua et al. Avanços e desafios do Programa de Volta para Casa como estratégia de desinstitucionalização: revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, p. 89-100, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/DZ6xR9CtYN9gdk7gVTY4nkH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 25 abr. 2025.









Oxigenoterapia hiperbárica no tratamento de feridas

Tipo de produção: Projeto de pesquisa **Categoria:** Resumo simples

Elisama Brizolla Ribas, Elisandra Cardoso campos, Sabrina Leticia Weber, Gabriela Camponogara

Rossato, Claudia Capellari.

Correspondência: Elisamaribas3@hotmail.com

Introdução: A Oxigenoterapia Hiperbárica (OH) é um equipamento inovador que permite uma terapia por meio de sessões com aplicação de oxigênio puro, nessa terapia o paciente é colocado em uma máquina onde a pressão atmosférica é maior que 200 a 300 mmHg de acordo com nível do mar, ou seja, a pressão na OH é maior do que a pressão que a pessoa respira, assim necessitando de auxílio para respirar. A grande oferta de oxigênio na corrente sanguínea é diluída no plasma o que possibilita a sua chegada aos diversos tecidos do corpo humano, permitindo os efeitos terapêuticos e auxiliando no processo de cicatrização das feridas. Objetivo: Conhecer o que existe na literatura sobre o funcionalidade da OH no contexto do tratamento de feridas. Método: Revisão narrativa de literatura, realizada no repositório Pubmed, utilizando-se os descritores Hyperbaric Oxygenation AND Wound Healing. Resultados: A OH, segundo análise dos artigos encontrados, tem proporcionado resultados positivos em termos de tratamento e cura de feridas e lesões. O foco da OH tem sido em feridas e lesões de modo geral, porém ela pode ser utilizada para outros tratamentos como: grandes queimaduras, síndrome de Fournier. A OH é considerada uma modalidade segura por apresentar poucas complicações. Existem efeitos adversos e eles podem estar relacionados com a pressão atmosférica e a toxicidade do oxigênio, podendo aparecer complicações pulmonares e neurológicas devido ao excesso de exposição à terapia. A OH é usada como complemento no tratamento de feridas auxiliando no processo de cicatrização e replicação celular, fornecendo oxigênio e nutrientes para áreas lesionadas. Considerações: O tratamento com OH aumenta significativamente as chances de cura das feridas e lesões, diminuindo a prevalência de amputações. As pesquisas são pouco escassas, tratando-se de um recurso caro e de pouco acesso. Entretanto os resultados foram positivos, pois os pacientes apresentam melhora na perfusão tecidual, na redução de edemas e na produção de colágeno.

Descritores: Oxigenoterapia Hiperbárica, Cicatrização, Ferimentos e Lesões.

Referências

ALVES F.B; CARVALHO V.R; MULLER C.J; KLAUSS J. Oxigenoterapia Hiperbárica no tratamento de feridas: uma revisão bibliográfica. Práticas Integrativas e Complementares: visão holística e multidisciplinar-Vol 2/2021. Disponível em: https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/211207006.pdf. Acesso em: 30 de abril de 2025.

CASAGRANDE, M. E. C.;TAVARES, N. A. V.; CASTRO, D. A. de; LIMA, G. T.; AMARAL, J. M.; SANTOS, L. B. de M.; SILVA, M. N.;BRANDÃO, G. V. de B. Oxigenoterapia Hiperbárica como adjuvante no tratamento de feridas / Hyperbaric Oxygen therapy as an adjuvant in wound treatment. Brazilian Journal of Health Review, [S. I.], v. 4, n. 2, p. 7154?7158, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n2-261. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27614. Acesso em: 30 apr. 2025. LIMA I.G.S. Os benefícios da oxigenoterapia hiperbárica no tratamento de feridas: revisão bibliográfica.

LIMA I.G.S. Os beneficios da oxigenoterapia hiperbárica no tratamento de feridas: revisão bibliográfica. Revista Multidisciplinar em saúde Vol.3 (2021). Disponível em: https://editoraime.com.br/revistas/rems/article/view/3404/375. Acesso em: 30 de abril de 2025.









Toxina botulínica no tratamento da paralisia cerebral espástica em crianças

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Dan Becker da Silveira, Débora Silva Alves, Guilherme Paviani Lampert, Monique Eva de Vargas

Cardoso.

Correspondência: danbecker.silveira@gmail.com

Introdução: A paralisia cerebral (PC) é um distúrbio neurológico não progressivo que afeta o movimento e a postura, sendo considerada a principal causa de deficiência física na infância. A forma espástica é a mais comum, representando entre 70% e 90% dos casos. Ela é marcada pelo aumento do tônus muscular, causando rigidez e dificuldades nos movimentos voluntários. Objetivos: Analisar a aplicação da toxina botulínica tipo A (TBA) no tratamento da paralisia cerebral espástica em crianças. Métodos: Revisão narrativa de artigos científicos publicados entre 2020 e 2024, com buscas nas bases PubMed, SciELO e LILACS. RESULTADOS: Os estudos analisados indicam que a toxina botulínica tipo A tem demonstrado resultados muito positivos na redução do tônus muscular em crianças com alterações neuro motoras. especialmente aquelas com paralisia cerebral. Essa diminuição do tônus contribui de forma significativa para a realização de movimentos voluntários, promovendo uma melhora funcional que impacta diretamente na autonomia e na qualidade de vida dessas crianças. Quando combinada com a fisioterapia, os efeitos da toxina são potencializados, resultando em avanços motores mais rápidos e duradouros. Ela favorece o desenvolvimento de habilidades motoras, prevenir encurtamentos musculares, e facilita a participação ativa da criança em atividades escolares e sociais, aspectos fundamentais para o cuidado integral e humanizado na prática da enfermagem. Em relação à segurança, os efeitos adversos relatados foram mínimos e de curta duração, como leve dor local ou fragueza muscular transitória, não havendo complicações graves nos estudos analisados. Considerações Finais: A toxina se mostrou uma opção terapêutica eficaz e segura no controle da espasticidade em crianças com paralisia cerebral espástica. Seu uso, aliado a um plano de reabilitação multidisciplinar, contribui significativamente para o desenvolvimento funcional e a qualidade de vida desses pacientes.

Descritores: Espasticidade Muscular, Toxinas Botulínicas Tipo A, Paralisia Cerebral.

Referências

Borges KR, et al. Uso da toxina botulínica tipo A no tratamento da espasticidade em crianças com paralisia cerebral: revisão sistemática. Rev. Bras. Neurol. 2022.

Rodrigues JVM, et al. Facilitação neuromuscular proprioceptiva no tratamento de pacientes com paralisia cerebral espástica: uma revisão sistemática. RECIMA21. 2023.

Souza DP, et al. Tratamento fisioterapêutico associado à utilização da toxina botulínica em pacientes com paralisia cerebral espástica: revisão integrativa. Research, Society and Development. 2021.

Taddeo PS, et al. Efeitos da aplicação da toxina botulínica no tratamento fisioterapêutico de pacientes com paralisia cerebral espástica: revisão integrativa. Repositório UNIFAMETRO. 2023. Sociedade de Pediatria de São Paulo. Paralisia Cerebral: A Scoping Review. SPSP. 2024.









US no diagnóstico diferencial de úlceras de perna

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Sabrina Letícia Weber, Vitória da Silva Pedroso, Elisama Brizola Ribas, Elisandra Cardoso Passos, Claudia Capellari, Gabriela Camponogara Rossato.

Correspondência: sabrinalweber1999@gmail.com

Introdução: As úlceras de perna se constituem em um desafio na prática clínica, especialmente no que diz respeito à precisão diagnóstica. O uso do ultrassom é importante no diagnóstico diferencial, já que estimar a diferença entre úlceras venosas e arteriais é crucial para um tratamento adequado. Objetivo: Identificar a aplicabilidade do ultrassom no diagnóstico diferencial de úlceras de perna. Metodologia: Revisão narrativa de literatura, realizada no repositório Pubmed, utilizando-se os descritores ?venus leg ulcers? AND ?ultrasound?, Resultados: O uso do ultrassom, mais especificamente aquele com doppler, é amplamente recomendado como a primeira linha de avaliação do sistema venoso dos membros inferiores devido à sua natureza não invasiva e à capacidade de fornecer informações detalhadas sobre o fluxo sanguíneo, refluxo venoso e obstrução venosa. Nas úlceras venosas, é possível identificar padrões de obstrução e refluxo, visualizar os segmentos venosos profundos, superficiais e perfurantes, além de avaliar a compressibilidade, fluxo venoso fásico e refluxo venoso com medição do tempo de fechamento das válvulas. Caso haja detecção de incapacidade de válvulas venosas, o exame deve ser realizado também na posição ortostática. A doenca arterial concomitante à estase venosa está presente em 16% dos casos. Nos casos de úlcera arterial, se espera que o exame aponte redução ou ausência do fluxo sanguíneo. A distinção entre as patologias é essencial para o direcionamento terapêutico. Se, nos casos venosos, há indicação de terapias compressivas, como o uso de meias elásticas, nos casos arteriais pode indicar a necessidade de revascularização. Importante destacar que, em caso de trombose venosa profunda identificada pelo exame, o uso de compressão elástica é contraindicado. O enfermeiro pode utilizar o ultrassom à beira-leito ou em ambiente pré-hospitalar. No entanto, sua utilização para diagnóstico nosológico está vetada. Conclusão: O uso do ultrassom no diagnóstico diferencial de úlceras de perna pode ser decisivo para a conduta assertiva e adequada, o que contribui para uma abordagem mais individualizada e eficiente.

Descritores: Ultrassonografia Dopple, Ondas Ultrasónicas, Úlcera da Perna.

Referências

Thomas F. O. D.; Marc A. P., William A. M.; et al. Management of venous leg ulcers: Clinical practice guidelines of the Society for Vascular Surgery® and the American Venous Forum, Journal of Vascular Surgery. Volume 60, Issue 2, Supplement, Pages 3S-59S, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jvs.2014.04.049. Acesso em: 30 de abril de 2025.

Paul J. R. Arun R. Baljendra S. K.; et al. ACR Appropriateness Criteria® Lower Extremity Chronic Venous Disease. Journal of the American College of Radiology, Volume 20, Issue 11, Supplement, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jacr.2023.08.011. Acesso em: 30 de abril de 2025.

COFEN (Conselho Federal de Enfermagem). Resolução COFEN Nº 679/2021, Aprova a normatização da realização de Ultrassonografia à beira do leito e no ambiente pré-hospitalar por Enfermeiro. 2021. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-679-2021/ Acesso em: 30 de abril de 2025.









Residenciais terapêuticos nas práticas do reintegrar: revisão de literatura

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Taís Souza da Silva, Ana Clara Benetti Noel, Maria Eduarda Silveira da Silva, Thiago da Silva. Correspondência: siat.souza@yahoo.com.br

Introdução: A reforma psiguiátrica brasileira propõe substituir os manicômios por uma rede de atenção psicossocial mais humanizada. Os residenciais terapêuticos acolhem pessoas com transtornos mentais graves, promovendo autonomia e inclusão social. Objetivo: identificar na literatura as Práticas de cuidados produzidas no serviço de residências terapêuticas. Método: Revisão de literatura, conduzido nas bases de dados Pubmed e Scielo no período de abril/2025, para responder à pergunta norteadora: quais as práticas de cuidados estão sendo realizadas pelos profissionais de saúde nos serviços de residências terapêuticas? Critérios de inclusão: artigos acadêmicos, publicados em periódicos com resumo e texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Não foi realizada restrição quanto ao ano de publicação. Resultados/Discussão: As práticas de cuidado identificadas incluem acolhimento, escuta ativa, apoio emocional e esclarecimento. O acolhimento favorece o vínculo entre profissionais e moradores; a escuta ativa cria um espaco de expressão e reflexão; o apoio emocional valida o sofrimento e busca soluções em conjunto; e o esclarecimento fornece informações que ajudam na compreensão da condição clínica, reduzindo a ansiedade e incentivando a autonomia. Para a eficácia dessas práticas, é essencial enxergar os usuários como sujeitos com identidade, desejos e vínculos sociais. A reinserção e o desenvolvimento da autonomia são aspectos centrais para a melhoria da qualidade de vida. Contudo, os profissionais enfrentam desafios como o desgaste emocional, baixos salários, sobrecarga e falta de reconhecimento. Também lidam com situações difíceis, como agressividade de pacientes e a necessidade de manter o autocontrole sem comprometer a qualidade de vida. Considerações Finais: As práticas de cuidado nas residências terapêuticas promovem autonomia e inclusão, ao reconhecerem os usuários como sujeitos integrais. Contudo, os desafios enfrentados pelos profissionais exigem valorização e melhores condições de trabalho, a fim de fortalecer esse espaco como um ambiente de cuidado digno e humanizado.

Descritores: Saúde mental, Serviços de saúde mental, Moradias assistidas.

Referências

Neves ES, Souza MMT, Tavares CM, Vasconcelos CBS. O processo de trabalho dos cuidadores de saúde que atuam em residências terapêuticas. Revista Pró-UniverSUS. 2014 Jan./Jun; 05 (1): 21-26.

Vieira, F. R., & Lussi, I. A. O. (2022). Participação e autonomia de pessoas que moram nos serviços residenciais terapêuticos: contribuições da terapia ocupacional. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 30, e3006. https://doi.org/10.1590/2.

Lima, L. A. B., & Miranda, F. J.. (2018). ANÁLISE DO TRABALHO DOS CUIDADORES EM SAÚDE NAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS. Psicologia & Sociedade, 30, e174842. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174842 4. Massa, P. A., & Moreira, M. I. B.. (2019). Vivências de cuidado em saúde de moradores de Serviços Residenciais Terapêuticos. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 23, e170950. https://doi.org/10.1590/Interface.170950 5.

RAJÃO, Alexandre; Residências Terapêuticas, Para; et al. Ministério da Saúde.[s.l.:s.n.],2004.Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf









Tratamento domiciliar de feridas em uma Estratégia de Saúde da Família: relato de experiência

Tipo de produção: Relato de experiência **Categoria:** Resumo simples

Graziela Soares de Almeida, Magna Birk, Rubellita Holanda, Gabriela Camponogara Rossato.

Correspondência: grazielasoares@sou.faccat.br

Introdução: O cuidado de pessoas com feridas é uma prática histórica da enfermagem, regulamentada e ampliada pela resolução nº 567/2018 do COFEN. Em contextos de vulnerabilidade social, o manejo de feridas crônicas exige do enfermeiro habilidades técnicas e atuação crítica, promovendo autonomia e cidadania. Objetivo: Relatar a experiência de cuidado com ferida crônica em uma paciente atendida na Estratégia de Saúde da Família (ESF). Método: Trata-se de um relato de experiência realizado pela acadêmica de enfermagem durante a realização de visitas domiciliares no período do estágio na atenção primária no município de Igrejinha. Resultados: A paciente apresenta feridas crônicas sem etiologia definida, sendo acompanhada pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) desde o ano de 2022. Deambula com dificuldade e necessita de apoio para os cuidados diários. Foram realizadas visitas domiciliares em dias úteis para avaliação e troca de curativos, com a filha da paciente assumindo os cuidados nos finais de semana. Durante o acompanhamento, foram utilizados polihexanida (PHMB) em solução e gel, creme barreira, papaína 2% e 10%, ureia, sulfadiazina de prata, além de tratamentos com antibióticos via oral e injetáveis. O uso de PHMB gerou uma leve melhora inicial, mas sem evolução significativa. A ausência de evolução duradoura pode ser atribuída não apenas à limitação do produto, mas também às condições precárias de higiene e ao contexto psicossocial da paciente. Considerações finais: A experiência evidenciou a insuficiência de recursos terapêuticos e estruturais da atenção básica para lidar com casos complexos de feridas crônicas, especialmente guando associados a fatores psicossociais e socioeconômicos. Embora o município forneça algumas coberturas, não há disponibilidade de tecnologias avançadas. A continuidade do uso de produtos de baixa resolutividade contribui para desperdício de recursos públicos, representando a longo prazo um custo maior para o sistema.

Descritores: Ferida, Enfermagem, Atendimento domiciliar.

Referências

ASSIS, B., et al. Práticas e perspectivas no manejo de feridas na Atenção Primária à Saúde: Uma análise exploratória no contexto da saúde coletiva. Research, Society and Development, 2025. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/47977/37787/493539. Acesso em: 26 abr. 2025.

CESTARI, V. R. F. et al.. Vulnerabilidade em saúde, educação e liberdade: reflexão à luz de Hannah Arendt. Escola Anna Nery, v. 26, p. e20210207, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução nº 567/2018 [Internet]. Brasília: Cofen; 2018 [acesso 17 abril 2025]. Disponível: RESOLUÇÃO COFEN Nº 567/2018 - Cofen FAMINAS. Fatores que dificultam o tratamento de feridas crônicas no âmbito da Atenção Básica. Revista Científica FAMINAS, 2024. Disponível em: https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/822. Acesso em: 25 abr. 2025.

SILVA FILHO, B. F. DA . et al.. Autonomia do enfermeiro no cuidado à pessoa com lesão crônica. Revista Bioética, v. 29, n. 3, p. 481?486, jul. 2021.









Tecnologias sociais aplicadas para geração de renda: uma revisão da literatura

Tipo de produção: Revisão da literatura **Categoria:** Resumo simples

Andressa Tainara Valk Chagas, Bruno Gabriel da Silva Ramos, Emily Melissa Mentz dos Reis Schoenardie, Gamaliel Gewehr, Guilherme Martins Corrêa, Thiago da Silva.

Correspondência: andressavalkchagas@gmail.com

Introdução: Às tecnologias sociais (TS) são um conjunto de conhecimentos, técnicas, ferramentas, produtos ou servicos voltados para o desenvolvimento socioambiental, com potencial de promover mudancas socioeconômicas para a população. Objetivo: Identificar na literatura quais as tecnologias sociais aplicadas para geração de renda em comunidades vulneráveis. Método: Revisão de literatura, conduzido nas bases de dados Pubmed, Lilacs e Scielo no período de abril/2025, para responder à pergunta norteadora: quais as tecnologias estão sendo utilizadas na promoção de geração de rendas aos indivíduos em vulnerabilidade? Critérios de inclusão: artigos acadêmicos, publicados em periódicos com resumo e texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Não foi realizada restrição quanto o ano de publicação. Resultados/Discussão:Os dados expostos destacaram a necessidade e a importância das tecnologias sociais para a geração de renda, por meio de tecnologias leves(produção e venda de doces e artesanatos) e apoio social, criando meios para a redução da vulnerabilidade social e a promoção da sustentabilidade. Essas tecnologias sociais são vistas como opções sustentáveis pelo fato de serem de baixo custo e serem adequadas às necessidades locais de cada indivíduo. Elas estimulam a autonomia do povo e favorecem redes de conhecimento e solidariedade. Porém, seus resultados dependem de apoio institucional da esfera governamental por meio de políticas públicas consistentes. É necessário que essas tecnologias sejam desenvolvidas com participação coletiva do governo e usuários, para garantir um resultado duradouro. Considerações Finais: Observa-se que na atualidade as tecnologias sociais estão desatualizadas e não estão contribuindo tanto quanto o esperado, ademais nota-se uma falta de incentivos para a produção de estudos acerca do tema, dificultando ainda mais o processo de aplicação desta tecnologia para a recuperação socioeconômica da população.

Descritores: Tecnologia Social, Mercado de trabalho, Vulnerabilidade Social.

Referências

Dagnino RP, organizador. Economia solidária e tecnologia social: construindo pontes. Campinas: Gapi/Unicamp; 2012. Documento de Trabalho do Curso Gestão Estratégica em Tecnologia Social.

FERREIRA, Antonio; SILVA, Maria José; SOUSA, Marcos et al. Promovendo saúde em comunidades vulneráveis: tecnologias sociais na redução da pobreza e desenvolvimento sustentável. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 36, esp, 2015.

SOUZA, Maria Clara; OLIVEIRA, João Pedro; SILVA, Ana Paula et al. Dimensões Constitutivas de Tecnologias Sociais no Campo da Saúde: uma proposta de construção e apropriação de conhecimento em territórios vulneráveis. Textos & Contextos (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2015. 3.